PETER BURKE

VENEZA e AMSTERDÃ

UM ESTUDO DAS ELITES DO SÉCULO XVII

editora brasiliense

PETER BURKE

VENEZA E AMSTERDÃ

UM ESTUDO DAS ELITES DO SÉCULO XVII

Apresentação:
Edgard S. de Decca
Tradução:
Rosaura Eichemberg

editora brasiliense

Apresentação

Existem muitas maneiras de apresentar o livro de um autor já conhecido do público. Por exemplo, apontar continuidades e descontinuidades em seus trabalhos, procurar indicar suas afinidades intelectuais com outras vertentes do pensamento ou entrar no mérito do livro que está sendo apresentado. Embora qualquer destas opções seja legítima, prefiro, à guisa de apresentação, explorar alguns problemas relacionados ao enfoque adotado por Peter Burke em seu livro *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*. Nesse sentido, gostaria de adiantar que boa parte das considerações apresentadas aqui já foi muito bem discutida por outro historiador inglês, Lawrence Stone, em um artigo publicado na revista Daedalus em 1971. Trata-se de questões pertinentes ao estudo de biografias coletivas, gênero histórico a que os antigos historiadores ingleses deram o nome de *prosopography*, traduzido para o português como prosopografia, que em nossa língua tem outro significado.[1] Segundo Stone, "prosopografia é a investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões — sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e

posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação.''[2]

Um dos desenvolvimentos desta vertente historiográfica tem uma dívida indiscutível com as ciências sociais, cujos métodos estatísticos e quantitativos foram amplamente utilizados em pesquisas de opinião, mais especificamente em enquetes baseadas em conjuntos uniformes de questões aplicadas a grupos sociais pré-selecionados. Com a aplicação de metodologias de pesquisa das ciências sociais foram abertos novos caminhos para a historiografia: estudos de história demográfica, estudos sobre mobilidade social ao longo de determinados períodos de tempo, estudos sobre relações entre movimentos intelectuais e religiosos e seus condicionantes ocupacionais, sociais e geográficos.

O trabalho de Peter Burke não se situa, entretanto, entre os estudos históricos que se constituíram a partir do desenvolvimento dos métodos estatísticos das ciências sociais. Ao contrário, Burke parece recuperar, com um sentido crítico, uma tradição de estudos de biografias coletivas das elites que teve repercussão na Inglaterra e nos Estados Unidos nas décadas de 1920 e 1930. O prof. Stone nos assegura que foi durante esse período que a aceitação da prosopografia, como gênero histórico, ganhou força entre os historiadores ingleses. O objetivo desses trabalhos pioneiros era confirmar, fundamentalmente, a concepção de que toda a ação política encobriria, em última instância, profundos interesses pessoais e de grupos. Num certo sentido, a concepção de que toda ação política encobre interesses não deixa de ser claramente *hobbesiana*. Além disso, indica de que forma as análises desses autores ficaram comprometidas pela ótica dos documentos por eles selecionados. Uma

das limitações apontadas pelo prof. Stone, no que concerne à documentação, é a de que boa parte das fontes utilizadas por esses historiadores diz respeito a questões de troca, transferência e compra e venda de propriedades. Nesse sentido, podemos compreender de que forma a ótica das fontes pode condicionar a concepção de história embutida nos estudos prosopográficos, segundo a qual toda ação política carrega por trás de si interesses egoístas de ordem econômica.

Os estudos de prosopografia durante as décadas de 1920 e 1930 tornaram-se verdadeiros clássicos do gênero, cabendo lembrar o livro de Sir Louis Namier, *Structure of politics at the accession of George III*, publicado em 1929, e o de Sir Ronald Syme, *Roman Revolution*, publicado dez anos depois.[3] O peso dessa tradição historiográfica na Inglaterra foi enorme e propiciou o aparecimento de inúmeros seguidores do método da prosopografia no estudo das elites, que ficaram conhecidos coletivamente como Corporação Namier.

Desde o início do livro, Peter Burke reconhece ao mesmo tempo as limitações da aplicação dos métodos da prosopografia e sua eficácia quando se trata de fazer a história das elites. Ele está plenamente convencido de que essa tradição historiográfica acabou cunhando uma concepção da história vista do alto, uma vez que é muito difícil aplicar o método da prosopografia para uma história vista de baixo, a partir das camadas populares da sociedade. Em última instância, é necessário reconhecer que o método da prosopografia está condicionado pela natureza da documentação disponível e utilizada e que as biografias coletivas das elites são possíveis porque as elites registram e guardam, em boa parte, a sua memória. Já as classes populares, além da dificuldade que enfrentam de produzir e resguardar o registro escrito de sua experiência, têm sua memória apagada pelos dominantes.

Com relação a esse problema, são elucidativas as questões colocadas pelo prof. Stone: ''Os únicos elementos das camadas populares sobre os quais se pode ter algo mais

que uma visão altamente impressionista são as minorias perseguidas, dado que os relatórios policiais e legais, freqüentemente, fornecem muito das informações necessárias, especialmente em sociedades de longa tradição burocrática e de controle policial, como a França. O estranho resultado é que dentre os grupos de pobres e humildes sobre os quais nós podemos encontrar um bom assunto, sobram apenas os grupos minoritários, que são por definição excepcionais, dado que estão revoltados contra a moral e as crenças da maioria.[4]

Nesse particular, devemos louvar o trabalho de Burke sobre as elites de Veneza e Amsterdã do século XVII, pois sua trajetória de estudos, embora restrita às biografias dessas elites, não constitui uma história vista pelo alto. Ao estudar as elites de duas cidades de perfil republicano, em pleno século XVII, ele nos indica, logo no início do livro, as possibilidades e limitações dos estudos prosopográficos.

Burke consegue, ao longo dos capítulos, despir a prosopografia de seu caráter *hobbesiano*, segundo o qual toda ação política encobriria interesses individualistas e de grupos, estando a história nas mãos e nas cabeças clarividentes das elites. Tomando todos os cuidados que o método da prosopografia exige, o autor nos oferece um questionário extremamente sugestivo, que nos faz adentrar o ambiente cultural e político das elites dessas duas cidades fascinantes, de tão contraditórias e diferentes formações.

Para o leitor atento de seus livros, Burke dá uma lição de criatividade e abertura intelectuais na adoção de metodologias de trabalho apropriadas a cada objeto de estudo. A partir de seu enfoque prosopográfico das elites de Veneza e Amsterdã, o autor enriqueceu o repertório de questões da história social. Depois desse livro, Burke enveredou por um caminho bastante diferente: o estudo da cultura popular na época moderna. Desde então, ficou evidenciado seu interesse em estudar as camadas populares e fazer uma história vista de baixo.[5]

Em um ambiente historiográfico como o nosso, no qual as questões de método de pesquisa ficam sempre reduzidas ao estéril e perigoso debate ideológico, a obra de Peter Burke se constitui em um exemplo de independência intelectual e senso crítico, uma vez que nela metodologias e instrumentos da pesquisa histórica são permanentemente avaliados em função dos objetos de análise escolhidos pelo autor.

Edgar Salvadori de Decca*

* Professor-doutor do Departamento de História da UNICAMP.

Um comerciante está acostumado a empregar o seu dinheiro principalmente em projetos lucrativos, ao passo que um simples cavalheiro rural costuma empregar o seu em despesas. Um freqüentemente vê o seu dinheiro afastar-se e voltar às suas mãos com lucro: o outro, quando se separa do dinheiro, raramente espera vê-lo de novo. Esses hábitos diferentes afetam naturalmente os seus temperamentos e disposições em toda espécie de atividade. O comerciante é, em geral, um empreendedor audacioso: o cavalheiro rural, um tímido em seus empreendimentos... Além disso, os hábitos de ordem, economia e atenção, que a atividade mercantil naturalmente cria num comerciante, tornam este mais apto a executar, com proveito e sucesso, qualquer projeto de desenvolvimento.

Adam Smith, *The Wealth of Nations*,
livro III, capítulo 4

O estudo das elites

Este livro é um ensaio de história social comparada. Foi apenas nos últimos anos, em particular na França, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, que a história social passou a ser uma disciplina séria e independente. Seus métodos estão se tornando tão rigorosos quanto os da história econômica, depois de um longo período em que foi prerrogativa de amadores e antiquários que nada mais coletavam (como Croke escreveu, cruel mas corretamente) do que uma "velha loja de antigüidades" de informações confusas. A falha encontrava-se, em parte, na concepção negativa de história social corrente até bem pouco tempo, uma concepção expressa na notória definição de George Macaulay Trevelyan, "a história sem a política".[1] A nova história social poderia ser definida de forma mais positiva como o estudo da mudança social em comunidades específicas, sendo que "mudança social" significa mudança na estrutura social, ou seja, na estrutura dos grupos que formam a sociedade. Os novos historiadores sociais tentaram combinar a atenção ao detalhe e o interesse por mudanças ao longo do tempo, próprios do historiador tradicional, com o interesse do cientista social por problemas e, portanto, por comparações. Assim, tendem a focalizar a história de grupos sociais particulares, em regiões

específicas, durante um período maior que o de uma geração, de um século ou, até, mais longo. Exemplos que vêm à mente são o trabalho de E. P. Thompson sobre a classe operária inglesa no começo do século XIX; a obra de Lawrence Stone sobre a nobreza inglesa, 1558-1641; a de Elinor Barber sobre a burguesia na França do século XVIII; a de Marc Raeff sobre a nobreza da Rússia do século XVIII; a de Hans Rosenberg sobre aristocratas e burocratas na Prússia; e a de Emmanuel Le Roy Ladurie sobre os camponeses de Languedoc nos séculos XVI e XVII.

Pelo menos, o historiador de aristocracias pode aprender algo com o estudo sociológico das "elites", definidas como grupos superiores, em todo este livro, segundo três critérios: status, poder e riqueza. A figura dominante no estudo sociológico das elites é, certamente, Vilfredo Pareto, autor de *Treatise on General Sociology* (1916). Pareto saqueou a história para seus próprios fins; os historiadores bem poderiam usá-lo para os seus objetivos. Seu modelo de sociedade era o de um "sistema" de partes ou partículas que interagem a fim de produzir "equilíbrio social". O historiador social talvez ache útil (sem necessariamente se comprometer com uma grandiosa teoria geral) observar a interação de fatores econômicos, políticos e culturais na vida de um grupo social. Pareto afirmava que um importante mecanismo do equilíbrio social constituía o que ele chamava de "circulação das elites". Fazia distinções entre tipos de elite como "leões" (os militares) e "raposas" (os políticos); ou *Rentiers* e "especuladores" (ou, talvez, *entrepreneurs*). *Rentiers* são essencialmente homens que vivem de rendas fixas, enquanto os *entrepreneurs* buscam o lucro. Entretanto, fiel à sua ênfase no impacto de uma parte do sistema social sobre as outras, Pareto usava estes termos para se referir não apenas à base econômica das duas elites, mas à sua constituição psicológica e intelectual. Os *entrepreneurs* são ativos, imaginativos, interessados em inovações, "especuladores" tanto no sentido filosófico como

econômico do termo. Os *rentiers* são passivos, sem imaginação, conservadores. A distinção lembra a que Adam Smith estabelece entre o "comerciante" e o "cavalheiro", e Smith também se interessa pelo "temperamento e disposição" de seus dois grupos.[2] Mas, ao contrário de Smith, Pareto não se manifesta a favor de um grupo, o dos *entrepreneurs*. Nota que períodos de crescimento econômico favorecem o *entrepreneur*, ao passo que períodos de estagnação favorecem o *rentier*. Mas afirma que essas duas elites têm cada qual uma função social: uma promove a mudança, e a outra opõe-se a inovações. Ambas as funções são necessárias. Uma sociedade dominada por *rentiers* estagnaria; uma dominada por *entrepreneurs* se dissolveria no caos. O necessário é um judicioso equilíbrio entre os dois. As elites seguem seus próprios interesses; não visam ao equilíbrio social, mas o equilíbrio social resulta de sua interação. Cada grupo tem objetivos conscientes que afetam a sociedade, mas ambos não têm consciência de suas funções sociais — as conseqüências não premeditadas de suas ações deliberadas.[3]

Pareto é brilhante e estimulante, mas opera num nível tão geral que o historiador talvez sinta que perdeu a sua base de apoio. Como um corretivo a essa "teoria grandiosa", C. Wright Mills escreveu *The Power Elite* (1956), dando assim nova vida ao estudo do assunto. Nesse livro, escrito com paixão e imaginação, Mills estudou as hierarquias políticas, comerciais e militares dos Estados Unidos na época da guerra da Coréia, enfatizando que elas "se entrelaçavam", que uma elite "compacta e poderosa" passara a dominar a América, que os comerciantes e os generais influenciavam decisões políticas de importância fundamental, e que isto era ruim. Mills tinha muito a dizer sobre o estilo de vida e as atitudes da elite, e tentei seguir o seu exemplo neste sentido. Entretanto, a controvérsia provocada pelo seu livro evidenciou a dificuldade de se testar, empiricamente, a teoria da elite, por exemplo, de se mostrar que uma determinada elite forma um gru-

po coeso. Foi Robert A. Dahl quem formulou de modo lúcido e elegante os problemas fundamentais de método. Ele define uma "elite dominante" como uma minoria cujas preferências regularmente prevalecem em casos de conflito a respeito de questões políticas de importância capital, o que significa que se precisa de: 1) uma minoria bem definida; 2) situações de conflito; e 3) provas de que a minoria regularmente prevalece, antes de se poder usar o termo "elite dominante".[4] Isto talvez seja minimizar o poder que uma elite tem para sufocar conflitos potenciais — por exemplo, negando-se a fornecer informações cruciais —, mas é uma advertência valiosa acerca da necessidade de rigor metodológico.[5] Como solução aos problemas de método que formulou, Dahl focalizou o processo de tomada de decisões numa única cidade, New Haven. De 1784 a 1842, afirmou, "o status social, a educação, a riqueza e a influência política achavam-se reunidas nas mesmas mãos", num grupo que ele chamou de "patrícios", homens de famílias tradicionais de New Haven que exerciam a profissão de advogados. Na metade do século XIX, a industrialização da América estimulou a mudança social, e os patrícios foram substituídos pelos *entrepreneurs* os industrialistas que tinham riquezas e ganharam poder, mas careciam de status elevado. Quanto ao século XX, Dahl concluiu que o "pluralismo" tomou o lugar da "oligarquia", que os "notáveis econômicos" e os "notáveis sociais" de New Haven talvez influenciem decisões específicas, mas não há muita imbricação entre riqueza, status e poder.[6]

O historiador da Europa do século XVII tem algo a aprender com esses escritores e, na verdade, com outras obras recentes sobre as elites. Tanto Mills como Dahl sugerem que é bom estudar a imbricação entre homens de riqueza, homens de status e homens de poder. De Pareto, podem-se tomar emprestados os conceitos de *rentier*, *entrepreneur*, "sistema social" e "função social". O exemplo de Dahl também sugeriu que a pesquisa sobre as elites talvez

fosse mais viável, se, em lugar de uma nação, se tomasse uma cidade como o foco de atenção. Na Europa do século XVII, não havia muitas cidades com independência política suficiente para justificar essa abordagem, mas duas cidades eram independentes, Veneza e Amsterdã. Havia entre elas certas semelhanças óbvias, das quais os contemporâneos estavam bem conscientes. Assim, o duque de Rohan comentou em 1600 que, no tocante à riqueza, Veneza era a única rival de Amsterdã, e, em 1618, o veneziano A. Donà chamou Amsterdã de "a imagem de Veneza nos seus primórdios" *l'immagine della già nascente Venezia*. Em 1650, um panfletário de Amsterdã acusou a poderosa família Bicker de querer assumir o poder da República e criar uma outra Veneza.[7] Numa Europa composta principalmente de monarquias, tanto Veneza como Amsterdã eram as maiores cidades de suas Repúblicas. Numa Europa em que a classe dominante ainda tendia a se identificar com guerreiros, os patrícios de Veneza e Amsterdã eram predominantemente civis. Nos termos de Pareto, eram raposas num mundo de leões. Numa Europa em que as elites governantes em geral desprezavam o comércio, Amsterdã e Veneza sobressaíam como lugares onde, pelo menos no início do século XVII, o comércio e a política podiam ser combinados com sucesso. Os valores dos dois grupos incluíam enfaticamente a tolerância e a parcimônia, duas qualidades que não eram usualmente valorizadas pelos líderes do século XVII. Numa Europa cujas classes dominantes tendiam a passar a maior parte do tempo em suas propriedades rurais, os patrícios de Veneza e Amsterdã viviam sobretudo na cidade. A base econômica, o etos e o estilo de vida dos dois grupos mudaram de modo semelhante no decorrer do século; ao contrário da New Haven do século XIX, eles começaram como *entrepreneurs* e terminaram como *rentiers*.

Mas também havia diferenças marcantes. A elite veneziana era formada por nobres; a elite de Amsterdã, por plebeus. Os venezianos eram católicos; os amsterdameses,

em sua maioria, protestantes. Em Amsterdã, a família nuclear era o foco da lealdade, mas em Veneza esta se devia à família extensa. Porém, tanto as semelhanças como as diferenças sugeriam que talvez valesse a pena fazer a comparação sistemática. A abordagem comparativa da história tem várias vantagens e atrai a atenção do historiador para aquilo que os contemporâneos usualmente não percebem — por exemplo, o fato de que sua sociedade é um sistema de partes interdependentes. Neste livro, vou mostrar que, em relação aos burgueses de Amsterdã, a elite veneziana, como nobreza, era mais orientada para a família, e menos para as realizações individuais; era, também, mais preocupada com a ostentação, especialmente com a ostentação familiar, ao passo que os amsterdameses davam mais valor à frugalidade, uma virtude burguesa reforçada pelo seu calvinismo. As crianças educadas numa família nuclear, como em Amsterdã, mostravam-se mais inclinadas a desenvolver a necessidade de realizar alguma coisa do que as crianças venezianas nobres, criadas numa família extensa. Educados numa antiga universidade, a de Pádua, e vivendo numa cidade que tinha um passado glorioso, mas deixara de crescer, os venezianos tinham uma tendência maior a valorizar o antigo do que os amsterdameses, educados em novas instituições como o Athenaeum e a Universidade de Leiden, e vivendo numa cidade bastante nova e em rápida expansão. Além disso, o fato de ser comum, em Veneza, o casamento de apenas um irmão em cada geração, não pode ser compreendido sem referência ao sistema do qual esta convenção social fazia parte: a necessidade de um controle da natalidade para não empobrecer a família; o fato de os irmãos se inclinarem a morar juntos no palácio da família, de modo que os solteiros não ficassem isolados; a importância das oportunidades de carreira para os celibatários na Igreja e na Marinha (pois muitos oficiais navais casavam-se tarde ou não contraíam matrimônio de modo algum).

A história comparada também ajuda a ver o que não existe. O fato de Veneza não ter crescido nesse período e de os venezianos não formarem sociedades anônimas parece mais significativo quando se consideram o rápido crescimento de Amsterdã e a importância da Companhia Holandesa das Índias Orientais. Inversamente, o exemplo veneziano leva a perguntar por que os amsterdameses não investiam mais pesadamente em terras, e sugere que talvez se pudesse ver a relação de Amsterdã com a província da Holanda em termos de uma cidade-estado que dominava o território ao seu redor.

A abordagem comparativa surge naturalmente para quem está de fora, ao passo que a história de Amsterdã e Veneza foi escrita, em sua maior parte, pelos seus cidadãos (freqüentemente por descendentes de patrícios, como Cicogna, Nani Mocenigo, da Mosto, Elias). Dois exemplos ilustres são *History of Venice in Private Life* (1879), de Pompeo Molmenti, e *The Vroedschap of Amsterdam* (1903-05), de J. E. Elias. Cada um desses livros representou para seu autor o trabalho de toda a vida, e os dois são um belo exemplo de seu gênero. Molmenti preocupava-se com a história social, dando particular atenção aos patrícios, e, se não escapou totalmente dos defeitos da "velha loja de antigüidades" em sua abordagem da história social, foi um pioneiro em sua área. Elias era um historiador político que coletou informações sobre a genealogia, cargos e riqueza de todos os membros do conselho da cidade; sua obra é, de fato, um tesouro de dados insuficientemente analisados. Os dois escreveram com grande amor pela sua cidade e total identificação com ela e é apropriado que uma praça de Veneza tenha hoje o nome de Molmenti. Um estranho não pode ter a pretensão de competir com as virtudes desses homens, mas uma abordagem diferente talvez o impeça, pelo menos, de levar água ao Grande Canal ou ao Amstel.

Os capítulos restantes vão levantar e tentar responder as seguintes questões:

- Qual é a estrutura da elite em Amsterdã e Veneza? Como ela é recrutada? Trata-se de um "estamento" ou de uma "classe"?
- Quais são as suas funções políticas? Em que medida ela domina, a quem e por que meios?
- Qual é sua base econômica? Ela é rica ou pobre, e de onde vem sua riqueza?
- Qual é seu estilo de vida?
- Quais são suas atitudes e valores mais importantes?
- Em que medida ela patrocina as artes?
- Como é educada?
- Como e por que ela muda durante o período estudado?

O período de que este livro se ocupa é um longo século XVII que vai, aproximadamente, de 1580 a 1720. É conveniente começar tão cedo o século, porque o conselho da cidade de Amsterdã foi quase completamente substituído em 1578 (a famosa *Alteratie*, enquanto em Veneza houve importantes mudanças constitucionais em 1582, com um declínio do poder do Conselho dos Dez e de sua "junta". É conveniente terminar esse século XVII mais tarde, porque foi no início do século XVIII que os dois grupos deixaram de se envolver em guerras estrangeiras, quando a República Holandesa assinou o Tratado de Utrecht com os franceses (1713), e os venezianos, o Tratado de Passarowitz com os turcos (1718). Não há nenhum outro momento óbvio até o final do século XVIII, quando as duas repúblicas finalmente chegaram ao seu término, para se interromper a pesquisa.

A abordagem adotada neste livro é prosopográfica, isto é, fez-se uma tentativa de responder as oito perguntas listadas acima por meio do estudo da biografia coletiva de 563 homens. Em Veneza, foram selecionados para o estudo os doges e os *procuratori di S. Marco* (discutidos nas páginas 28-30), 244 homens ao todo; em Amsterdã, foram os 319 burgomestres e membros do conselho da cidade. Em cada caso, as datas escolhidas foram 1578-1719, inclusive.

Os membros desses grupos que figuram no texto serão marcados daqui em diante com um asterisco. As limitações e perigos da abordagem prosopográfica foram recentemente descritos por um de seus principais adeptos ingleses, o professor Lawrence Stone, e suas advertências certamente se aplicam ao estudo de Veneza e Amsterdã no século XVII.[8] A limitação mais óbvia é a da insuficiência de dados. No caso dos 563 homens estudados a seguir, foi usualmente possível descobrir alguma coisa sobre suas famílias, riqueza e carreiras políticas, mas é muito mais difícil saber de seus gostos em pintura ou de suas concepções de Deus. Em cada uma das cidades, uns poucos indivíduos deixaram dados abundantes, e fizeram-se, por exemplo, estudos sobre M. A. Barbaro*, Nicolò Contarini*, Lunardo Donà*, Paolo Paruta*, Coenraed van Beuningen*, C. P. Hooft*, Jacob van Neck* e Nicolaes Witsen*.[9] Há um grande grupo sobre cujas atitudes encontram-se somente alguns poucos dados, e um grupo ainda maior a respeito do qual existem apenas alguns indícios ou absolutamente nenhuma pista. Aqui o perigo óbvio é aquele sobre o qual Stone alertou os futuros prosopográficos: o de tratar-se a amostra sobre a qual se têm informações confiáveis como uma amostra aleatória de toda a população que está sendo estudada, quando ela não é nada disso. Partirei usualmente de exemplos bem conhecidos, como os oito homens listados acima, mas vou tentar não pressupor que sejam representativos de todo o resto. No caso do patrocínio das artes em Amsterdã, há boas razões para supor que a minoria sobre cujo patrocínio estamos bem informados — Andries de Graeff*, por exemplo, ou Joan Huydecoper* — não representava a maioria de seus colegas de cargo. Em outras palavras, mesmo usando os métodos da biografia coletiva, não é possível generalizar sobre uma base absolutamente firme; por outro lado, falar sobre o grupo sem considerar alguns de seus membros, um a um, é generalizar sem base alguma.

Ao longo de todo este estudo, vou me referir às duas elites como "patrícios". O termo *patricii* foi cunhado na

Roma antiga para designar os filhos dos primeiros senadores, ou *patres*, e, portanto, os membros de certas famílias antigas. Voltou a ser empregado pelos humanistas, no século XV, em relação às aristocracias urbanas como as de Nuremberg e Veneza e, desde então, a tendência tem sido usar o termo neste sentido.[10] Em Veneza, no século XVII, usava-se o termo *patrizii* em referência aos nobres em geral, enquanto que em Amsterdã não era empregado. Entretanto, será conveniente usar o termo ''patrício'' neste livro para referências aos 563 homens que constituem o seu tema. O modo como os 563 homens foram escolhidos será discutido no próximo capítulo.

Estrutura

O maior problema enfrentado na realização deste estudo foi identificar as duas elites. Por mais rigoroso que se tente ser na análise de biografias coletivas, é-se obrigado a escolher essas biografias com base, em primeiro lugar, em dados mais impressionistas. É necessário tentar responder a questão: que grupos tinham status, poder e riqueza em Veneza e Amsterdã no século XVII? O essencial a ser estabelecido é que Veneza era uma ''sociedade de estamentos'', no sentido de que se dividia em grupos de status formalmente definidos, e que o poder e a riqueza tendiam a acompanhar o status. Amsterdã era uma ''sociedade de classes'' (muito mais incomum na Europa do século XVII), na medida em que seus grupos de status eram definidos informalmente, com a conseqüência de que o status tendia a acompanhar a riqueza e o poder.[1]

Em Veneza, a divisão tradicional da sociedade em três estamentos — o clero, a nobreza e o resto — ainda era levada suficientemente a sério para ser um fato social. Pode-se tratar do clero em poucas palavras. Como em outras partes da Europa católica, havia uma distinção importante entre o alto clero, de status elevado — o patriarca, os bispos da *terraferma* (o continente italiano, ao norte), o *primicerio* ou deão de S. Marco, — e o baixo clero, de status in-

ferior, como os párocos e os frades. Os integrantes do alto clero eram usualmente nobres, enquanto os do baixo clero pertenciam, em geral, ao terceiro estamento. O segundo estamento era um grupo de status elevado legalmente definido. Nobres eram aqueles homens, mulheres e crianças cujos nomes estavam registrados no *libro d'oro*, o livro de ouro. Em 1580, tal fato significava, com pouquíssimas exceções, que descendiam de pessoas consideradas nobres em 1297 (a famosa *Serrata*, ou "fechamento"). Em 1594, havia 1 967 nobres do sexo masculino com mais de vinte e cinco anos, sem contar os nobres honorários, como a família Este. Na metade do século XVII, quando o governo encontrava-se em dificuldades financeiras, tornou-se possível comprar títulos da nobreza ao preço de 100 mil ducados por transação. Apesar da "agregação" de cem novas famílias por esse meio, em 1719 havia apenas 1 703 nobres do sexo masculino com mais de vinte e cinco anos, a idade com que ingressavam no Grande Conselho — uma pequena minoria da população de Veneza que, em 1720, assim como em 1580, consistia em aproximadamente 140 mil habitantes.[2] Dentro desse estamento, havia gradações de status. As famílias antigas eram consideradas mais ilustres do que as novas, e as mais ilustres dentre todas eram as vinte e quatro "famílias antigas" (*case vecchie*) que alegavam já serem nobres e venezianas antes de 800. Entretanto, se as procissões podem ser vistas, em Veneza ou em qualquer outro lugar nos primórdios da Europa moderna, como materialização da estrutura social (razão pela qual disputas sobre a procedência eram levadas mortalmente a sério), torna-se claro que, do ponto de vista do status, a distinção fundamental entre um e outro nobre consistia nos cargos que exerciam. Primeiro vinha o doge, depois os *procuratori di S. Marco*, uma espécie de nobreza para toda a vida e, a seguir, os detentores de outros importantes cargos políticos. Status e poder estavam intimamente associados em Veneza, e ao poder devemos agora voltar nossa atenção.

Em teoria, Veneza era governada por um conselho, o Grande Conselho (*Maggior Consiglio*), que incluía todos os nobres do sexo masculino com mais de vinte e cinco anos, além de uns poucos abaixo dessa idade. Nesse sentido, status e poder coincidiam exatamente. É claro que uma assembléia de uns dois mil membros era grande demais para exercer poder efetivo, e sua função mais importante consistia em nomear alguns de seus membros para os cargos políticos. Também havia uma câmara alta, ou Senado, que fazia outras nomeações importantes e, às vezes, podia exercer pressão sobre o Grande Conselho; mas até o Senado, com aproximadamente duzentos membros, era demasiado grande para a tomada efetiva das decisões. Para descobrir quem exercia o poder em Veneza, é necessário atentar para os que detinham os cargos principais. Calculou-se que havia cerca de oitocentos cargos na Veneza do século XVII, e a maioria tinha alta rotatividade, mudando de mãos a cada seis meses, oito meses, um ano ou três anos. O estudioso da política veneziana precisa identificar os cargos principais e os homens que regularmente os detinham. Como se sabe que um homem era poderoso? Porque detinha cargos principais. Como se sabe que certos cargos eram principais? Porque homens poderosos tendiam a exercê-los. O perigo da circularidade é óbvio. É difícil encontrar melhor solução que a dos contemporâneos, segundo os quais os cargos importantes incluíam as embaixadas, as indicações para governar cidades importantes da *terraferma*, ser *savio*, ser um membro do Conselho dos Dez ou ser nomeado para um alto cargo na Marinha. Mas, concentrar-se nos detentores de cargos importantes provoca o risco de omissão dos líderes latentes, as eminências pardas que detinham mais poder do que aquele garantido pelos seus cargos. Dizia-se que Domenico Molin, irmão do Doge Francesco Molin*, era um desses homens.[3]

Depois de status e poder, a terceira hierarquia a investigar é a da riqueza. Para fins de taxação, uma investigação sistemática da riqueza dos venezianos foi realizada pelo governo em 1581, 1662 e 1711. O historiador tem razões

para agradecer o fato de que, em Veneza, ao contrário da maior parte da Europa, a nobreza estava sujeita à taxação. Em 1581, segundo os registros dos impostos, 59 chefes de família declararam uma renda anual de mais de 2 mil ducados,[4] proveniente de terras e casas. Todos eram nobres, com exceção de três: dal Basso, di Mutti e della Vecchia. Em 1711, setenta chefes de família declararam uma renda anual de 6 mil ducados ou mais; todos eram nobres exceto um (Donado Pozzi), embora outros onze fossem nobres recentemente "agregados" (Bonfadini, Bressa, Carminati, Correggio, Fini, Labia, Minelli, Papafava, Piovene, Vidman e Zenobio). Infelizmente para o historiador, as declarações de imposto de renda não dão informações sobre a riqueza que não estava investida em terra ou casas. Mas virtualmente todos os ricos proprietários de terra eram nobres, embora muitos nobres não fossem homens ricos. Em Veneza, como em regiões da França, Espanha, Polônia ou Japão, o nobre pobre era um fenômeno bem conhecido. A riqueza estava ligada ao status e ao poder, porque alguns cargos, como as embaixadas, levavam os que os exerciam a contraírem tantas despesas que eles tinham de ser ricos para aceitá-los; porque os plebeus ricos, da metade do século XVII em diante, podiam comprar um título de nobreza; e porque alguns nobres eram capazes de comprar as nomeações de elevado status para os cargos de *procuratori di S. Marco*. Em suma, havia suficiente imbricação entre status, poder e riqueza para o historiador falar de uma elite relativamente unificada.[5]

"Nem todas as estrelas da Via Láctea precisam ser conhecidas pelos astrólogos, mas apenas as grandes que influenciam este mundo sublunar", observou um estudioso contemporâneo da política veneziana.[6] Como uma amostra substancial desses homens influentes, decidi me concentrar nos vinte e cinco doges do período e nos *procuratori di S. Marco*, referidos daqui em diante como "procuradores". O doge constituía o chefe oficial do Estado, mas era incapaz de tomar a iniciativa política: um príncipe sem o poder.[7] Os procuradores cuidavam da igreja de S. Marco e prestavam certas caridades: circulavam por Veneza distribuindo esmolas, tomavam conta de menores e da propriedade de pessoas que morriam intestadas. Vinham depois do doge na escala de status oficial, e os doges deviam ser escolhidos dentre eles (sete doges, no período, não o foram); constituíam exceções à alta rotatividade dos cargos em Veneza, pois sua nomeação valia para toda a vida, e eram senadores *ex officio*, embora deixassem de participar do Grande Conselho, mesmo sendo por ele nomeados. Havia nove procuradores "ordinários", mas podiam ser feitas nomeações "extraordinárias", o que acontecia freqüentemente por dinheiro, usualmente de 20 mil a 25 mil ducados. Cerca de um terço das nomeações no período foi de caráter extraordinário. Nessa ocasião, houve 237 procuradores (e, com os sete doges que não eram procuradores, o grupo a ser estudado chega a 244). Nem todos os venezianos poderosos eram procuradores, mas a maioria dos procuradores era ou tinha sido poderosa; aproximadamente três quartos tinham exercido altos cargos antes da nomeação, e, uma vez nomeados, sua posição como senadores permanentes dava-lhes a oportunidade de serem influentes. Nem todos os venezianos ricos eram procuradores, mas os procuradores estavam entre os homens mais ricos de Veneza. Em 1581, nove entre dezoito procuradores tinham 2 mil ducados por ano ou mais, renda proveniente de casas e terras; em outras palavras, 50% provinham das sessenta famílias mais ricas. Em 1711, vinte entre trinta e oito procuradores declararam 6 mil ducados por ano ou mais, de modo que mais de 50% pertenciam às setenta famílias mais ricas, e cerca de 30% dos chefes de família mais ricos eram procuradores. O aumento do número de procuradores entre 1581 e 1711 mostra que em Veneza, assim como na Inglaterra do século XVII, as necessidades financeiras do governo provocavam uma "inflação de honrarias". Talvez seja significativo que o preço de uma procuradoria equivalia apenas a cerca de um quarto do custo do ingresso de

uma nova família na nobreza italiana. Em Veneza, a grande diferenciação dava-se entre os que eram nobres e os que não o eram.

Em Amsterdã, a divisão tradicional da sociedade em três estamentos estava deixando de ser útil. Se o clero católico tinha sido considerado um estamento separado, via-se o clero protestante como um grupo de profissionais, quase semelhantes aos advogados e aos médicos. Quanto ao segundo estamento, os nobres holandeses tendiam a se concentrar em Haia (na corte do *stadholder*,* quando havia este chefe de Estado) ou no campo, em suas próprias terras. O termo "estamento" continuava a ser usado pelos contemporâneos, mas mudou de significado ao ser aplicado a grupos diferentes dentro do terceiro estamento. Assim, no começo do século XVII, C. P. Hooft* referia-se a pessoas "de estamento médio ou até mais baixo" (*van middelbaren ofte noch lageren staet*) em oposição às "pessoas mais ricas, mais ilustres e mais notáveis" (*de rijcksten, eerbaersten ende notabelsten personen*).[8] Um panfleto publicado em Amsterdã, em 1662, expressava choque em relação a mercadores e vendedores que esqueciam sua posição e elevavam-se acima de seu estamento (*boven sijnen staet treden*), embora o autor admitisse que em Amsterdã os mercadores incluíam muitas pessoas de "poder e riqueza" (*macht en middelen*).[9] Havia claramente a necessidade de um novo termo para caracterizar de forma nova as diferenças de status social, e o termo "classe" estava começando justamente a ser empregado nesse sentido. No século XVI, a palavra latina *classis* era usada para designar grupos religiosos no sistema presbiteriano de governo da igreja; no início do século XVII, empregava-se o termo para referências a "classes" de alunos; no final do século XVII, para indicar grupos de tributação. A *Ética* (1678), de Spinoza, contém a afirmação de que os

* Chefe e magistrado supremo da antiga república dos Países Baixos. (N.T.)

homens transferem o amor ou ódio que sentem por um estranho para "toda a classe ou nação a que ele pertence".[10] Um primeiro emprego do termo "classe", em inglês, tem igualmente como contexto a estrutura social da República Holandesa.[11] Parece útil assumir este termo e descrever a elite de Amsterdã como uma "classe superior", querendo dizer com isso que não se definia o status social em termos legais, mas que, na prática, um status elevado era atribuído pelos companheiros a homens de poder e riqueza;[12] um estado de coisas que chocava alguns observadores estrangeiros — em 1586, um membro do círculo de Leicester descreveu com desprezo a classe regente holandesa como os "lordes soberanos moleiros e queijeiros".[13]

Resta ver se o poder e a riqueza estavam imbricados em Amsterdã, onde é mais fácil identificar os homens de poder do que em Veneza, porque há menos cargos e sua rotatividade não é alta. Amsterdã tinha um Conselho da Cidade, ou *vroedschap*, com 36 conselheiros (*raadslieden*) nomeados para toda a vida. Havia um xerife (*schout*), nove magistrados (*schepenen*) e quatro burgomestres, que eram freqüentemente, mas nem sempre, membros do Conselho. Os burgomestres não dependiam do *stadholder* nem do Conselho, o que era incomum em cidades holandesas e um indício da influência política de Amsterdã.[14] Os burgomestres eram nomeados por um ano pelos ex-magistrados e ex-burgomestres, mas um dos quatro exercia um segundo mandato para assegurar continuidade. Juntos, os burgomestres e o Conselho chegam a 319 homens.[15] Esses homens são a "elite de poder" de Amsterdã no período.

A melhor e única fonte para saber da riqueza dos amsterdameses é, como em Veneza, a investigação feita para fins de tributação. Houve tributação em 1585, 1631 e 1674.[16] O *kohier*, ou imposto, de 1585 mostra que, em Amsterdã, os homens mais ricos e os segundos em riqueza eram burgomestres e que, aproximadamente, metade do Conselho pertencia às 65 famílias mais ricas. Segundo o *kohier* de 1631, 24 chefes de família tinham um patrimônio de 200 mil florins[17] ou mais (a tributação incidia sobre a propriedade,

e não sobre a renda). Desses 24 indivíduos, seis eram membros do Conselho (e, dos restantes dezoito, sete eram mulheres ou crianças). Segundo o *kohier* de 1674, 81 chefes de família tinham um patrimônio de 200 mil florins ou mais; quinze eram membros do Conselho, quatro eram futuros membros (e dezenove dos restantes eram mulheres ou crianças). Havia, em Amsterdã, homens ricos, que nunca pertenceram ao Conselho. Entre os homens mais ricos de Amsterdã, em 1631, estavam D. Alewijn, G. Bartolotti e B. Coymans. Nenhum deles participou do Conselho, mas seus parentes de sangue ou por casamento faziam parte do grupo. Podemos concluir que a riqueza, o status e o poder imbricavam-se em grande medida e que é possível estudar os 319 burgomestres e os conselheiros como uma elite unificada.

Uma pergunta óbvia sobre as elites refere-se ao seu recrutamento. Quem as escolhia? A partir de que grupos eram escolhidas? Com base em que critérios?

Em Veneza, os procuradores eram eleitos pelo Grande Conselho. Mas como certos indivíduos chegavam a ser eleitos? No século XVI, Contarini fez uma famosa descrição da constituição veneziana, declarando que são eleitos procuradores os homens que ocuparam muitos cargos e que possuem notório valor (*una riguardevole bontà*).[18] Alguns escritores do século XVII foram mais cínicos. Sugeriram que o importante era dinheiro, conexões familiares (*parentele*) ou patronato (*amicitia adherenze*). Neste caso, referiam-se provavelmente ao grupo de protegidos que votava a favor de seu patrono, e não ao patrono que conseguia um cargo para um de seus protegidos. Este era o "tripé"[19] em que se baseava o sucesso político em Veneza. Era o que importava numa instituição política informal básica de Veneza, o *broglio*, a reunião de nobres na praça de São Marcos ou no Rialto, onde se davam as intrigas e as barganhas, antes das eleições formais no Grande Conselho. "O homem com parentes importantes é respeitado, e aquele que tem amigos é provido de cargos."

Não é fácil dizer o quanto estes diferentes fatores eram importantes. Tome-se o dinheiro, por exemplo. Um terço

dos procuradores comprava o seu cargo. Isto não prova que não teriam sido eleitos de outra maneira, embora procuradores extraordinários tendessem a ter exercido menos cargos importantes do que os ordinários. Mas, para se tornar procurador, era de grande ajuda ter sido embaixador, e só um homem de riquezas podia arcar com as despesas de um embaixador. Ter freqüentado uma universidade ajudava alguém a colocar o pé no primeiro degrau da escada dos cargos, e isto também custava dinheiro. Até os procuradores "ordinários" precisavam de dinheiro.

Quanto à família, algumas estatísticas mostram claramente a sua importância. Dos 244 homens, 42 eram filhos de doges ou procuradores; trinta, irmãos de doges ou procuradores; dezoito, netos; dezoito, genros; doze, sobrinhos. Esses dados confirmam aqueles que os contemporâneos assinalam: que havia um pequeno número de famílias ricas e poderosas no meio da nobreza italiana, "os príncipes de sangue" como eram, às vezes, chamados — por exemplo, a família Corner (ramo de S. Maurizio), que era conhecida como "os Medici de Veneza".[20] Membros dessas famílias tinham mais chances de ser eleitos para um cargo, desde a época em que se candidatavam para um posto secundário de *savio agl'ordini* até o momento em que tentavam se tornar procuradores.

Como sugeriu um observador francês, o poder dessas famílias era exercido através da pequena nobreza "que é inteiramente sua" (*qui sont entièrement à leur dévotion*).[21] Infelizmente, sabe-se muito pouco sobre as ligações entre patronos e protegidos dentro do Grande Conselho e do *broglio*; os votos a favor e contra nomeações individuais são registrados, mas não os nomes daqueles que votaram. O historiador nada mais pode fazer do que coletar fofocas contemporâneas; por exemplo, a história de que M. Grimani* foi eleito doge porque L. Donà* persuadiu seus protegidos entre os eleitores a votarem a favor de Grimani; ou a de que Alvise Priuli* era "um grande partidário de seus protegidos" (*assai partigiano dei suoi clienti*).[22]

O fator mais difícil de se medir é, certamente, o talento. Sobre o talento, é preciso afirmar duas idéias contrárias. A primeira é que um nobre capaz que não pertencesse a uma família rica ou poderosa tinha uma chance de chegar ao cargo mais elevado. Talvez o caso mais espetacular tenha sido o de Nicolò da Ponte*, que começou como um nobre pobre de uma família de menor importância, gerou um patrimônio de 150 mil ducados e surpreendeu a todos com a sua eleição para o cargo de doge, quando tinha uns 87 anos. Nicolò Contarini* não provinha de um ramo muito ilustre de sua família e, em 1582, declarou uma renda de apenas 323 ducados; mas, apesar de tudo, tornou-se doge em 1630. Lunardo Donà não era membro de uma família poderosa, tendo declarado 326 ducados em 1582, mas tornou-se doge em 1606. Por outro lado, os escritores do século XVII às vezes teciam comentários sobre o número de mediocridades nos altos cargos de Veneza. Um contemporâneo anônimo (não sabemos se um desapontado concorrente a algum cargo) disse que homens talentosos às vezes deixavam de ser procuradores por terem ofendido alguém, enquanto alguns procuradores "impressionavam pelas suas roupas e nada mais" (*non fanno altra figura che quella della lor veste*).[23] Cerca de 25% dos procuradores não ocupavam nenhum cargo importante antes de comprar o seu posto. Alvise Barbarigo*, por exemplo, foi descrito por um contemporâneo como "sem virtudes e sem vícios, um homem que não fala no Senado", e por outro como "um bom senador, zeloso no serviço público, mas sem qualidades que realmente sobressaiam" (*che spicchino di molto*).[24] De Daniele Bragadin, ficamos sabendo que ele não exerce o cargo e, no que diz respeito aos votos, "deixa-se levar pela corrente", mas era rico e tornou-se procurador na idade precoce de trinta e três anos, por 20 500 ducados.[25] Alessandro Contarini foi general de Exército do grande Francesco Morosini, mas era descrito como "uma presença majestosa" (*una maestosa presenza*) sem nada por dentro, como um palácio desabitado.[26]

Não só mediocridade, mas ineficiência, corrupção e até traição eram acusações feitas contra alguns membros da elite. Zuan Capello*, em certa época *Capitano Generale da Mar*, o supremo comandante naval, foi preso por algum tempo devido a uma acusação de procrastinação, embora acabasse por ser absolvido. Francesco Morosini*, que teve a mais gloriosa carreira naval do século, foi acusado de desviar dinheiro público para o seu bolso. Zorzi Morosini*, outro oficial naval, foi preso em certa ocasião por má administração, porém, mesmo assim, chegou a se tornar *Capitano Generale da Mar* e a ser nomeado cavaleiro pelo Senado, devido a seus serviços. Zuan Pesaro* foi julgado por suas falhas como comandante contra as forças papais, em 1643, mas terminou a sua vida como doge. Zacaria Sagredo* perdeu a sua procuradoria em 1630, por ceder terreno ao inimigo; cinco anos mais tarde, tinha nas mãos a ilustre nomeação de *podestá* de Pádua. Piero Venier* foi preso por desafiar um oficial superior e, em outra ocasião, por abandonar o Arsenal quando estava oficialmente de guarda, mas foi eleito procurador por mérito, e não por dinheiro. Jacopo Soranzo* perdeu a sua procuradoria em 1584 e foi banido sob acusação de revelar segredos de Estado, mas foi libertado dois anos mais tarde. Qual seria o erro da justiça, a acusação ou o perdão? Em todos esses casos, o historiador pode se perguntar se uma "panelinha" de poderosas famílias acobertava as faltas mais graves de seus membros, ou se um homem poderoso ficava propenso a ser falsamente incriminado pelos seus rivais. Um escritor contemporâneo sugeriu que Soranzo, por exemplo, foi vítima de inveja.[27]

Em Amsterdã, os critérios formais para obter um cargo no Conselho eram: ter mais de vinte e cinco anos, ser um cidadão e ter residido em Amsterdã nos últimos sete anos. Os burgomestres precisavam ter mais de quarenta anos. Não era muito difícil tornar-se um cidadão na Amsterdã em expansão. A população da cidade chegava a aproximadamente 30 mil habitantes em 1590; a cerca de

90 mil habitantes em 1620; a uns 140 mil habitantes em 1640; e estabilizou-se em aproximadamente 200 mil habitantes, de 1680 em diante.[28] Era possível tornar-se um *poorter*, ou cidadão, de Amsterdã de três maneiras: por nascimento, por casamento ou pelo pagamento de uma taxa — oito florins em 1600; cinqüenta florins em 1650. Mais de mil novos cidadãos foram de fato admitidos, numa velocidade crescente, durante trinta e cinco anos, de 1578 em diante.[29] Um grande número de pessoas era, assim, elegível para o Conselho de Amsterdã, mas preenchiam-se as vagas por cooptação.

Como em Veneza, importavam a conexão familiar, o patronato e a riqueza, bem como a habilidade. Dos 319 membros da elite, 91 eram filhos de outros membros, 52 eram genros, 44 eram netos, dez eram irmãos e nove eram sobrinhos. Se um indivíduo fosse conselheiro, certos parentes próximos (como irmãos) ficavam automaticamente excluídos, mas havia modos de se contornar esta regra. Os irmãos Cornelis e Andries de Graeff* representavam uma força poderosa na política de Amsterdã, no começo do século XVII. Cornelis, o irmão mais velho, foi conselheiro de 1639 a 1664. Seu irmão estava, portanto, excluído, mas foi, na verdade, eleito conselheiro em 1665, pouco depois da morte de Cornelis. Porém, antes disso, Andries teve a possibilidade de se tornar burgomestre, o que de fato aconteceu. De 1655 a 1662, um dos dois era sempre burgomestre e, ao todo, foram burgomestres dezessete vezes. Os irmãos Andries e Cornelis Bicker* viveram uma situação semelhante. O irmão mais velho, Andries foi conselheiro de 1622 a 1652 e burgomestre dez vezes. Cornelis nunca foi conselheiro, mas foi burgomestre três vezes. Em 1646, sete membros da família Bicker ocupavam cargos políticos ao mesmo tempo (cargos de menor importância incluídos), o que talvez tenha sido um recorde.[30] As famílias Bicker e de Graeff eram intimamente ligadas por casamento. Duas filhas de Jacob de Graeff casaram-se com dois irmãos Bicker, e seu filho Andries de Graeff casou-se com Elisabeth Bicker.[31]

O patronato também tinha importância. Em sua autobiografia, Nicolaes Witsen*, filho de Cornelis Witsen*, conta-nos que foi nomeado para o Conselho em virtude de sua amizade com o poderoso burgomestre Gillis Valckenier*, e que foi nomeado magistrado só em 1673, porque até 1672 a facção Valckenier era mais fraca do que a facção oposta, liderada pelos de Graeff.[32]

Apesar de tudo, havia consideráveis oportunidades para ''homens novos'' entrarem no conselho, ou seja, pessoas cujos ancestrais não tinham sido burgomestres ou conselheiros de Amsterdã. Pelo menos quinze membros da elite eram imigrantes de primeira geração em Amsterdã, e 33 eram imigrantes de segunda geração. Esse grupo de 48 cidadãos inclui oito burgomestres: Adriaen Cromhout*, nascido em Friesland, Louys Trip*, nascido em Dordrecht; C. Bambeeck*; A. Pater*; J. Popper*; J. Munter*; C. van Teylingen* e A. Velters*, todos filhos de imigrantes em Amsterdã. É extraordinário que destes 48 provenientes de Calais, de Cologne, de Riga, bem como dos Países Baixos, apenas dois viessem do Sul. Porém, um terço da população de Amsterdã em 1622 era formada por imigrantes de primeira e segunda geração, originários do Sul. Talvez se pudesse considerar este dado como a confirmação estatística da opinião de que os amsterdameses tratavam esses sulinos com hostilidade — expressa na famosa peça de Bredero, *The Spanish Brabanter*.[33]

É claro que ser novo em Amsterdã não significava necessariamente que um homem fosse novo na classe regente. Havia ligações entre os regentes de Amsterdã e os de outras cidades. Adriaen Pauw* era filho de um burgomestre de Gouda; Claes van Heemskerci* era filho de um burgomestre de Leiden; e Willem Dedel*, o único imigrante de primeira geração a ingressar na elite depois de 1672, era filho de um burgomestre de Haia. Entretanto, não é difícil encontrar burgomestres de Amsterdã cujos ancestrais não tinham sido regentes de modo algum. Quatro exemplos famosos são Jacob Poppen*, Frans Banningh Cocq*, Nico-

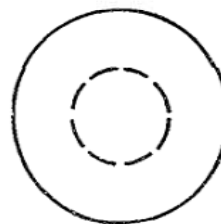
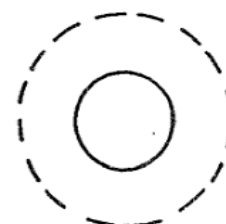
laes Tulp* e Louys Trip*, e um exame de suas carreiras ajudará a mostrar que oportunidades existiam em Amsterdã para os política e socialmente ambiciosos.

Jacob Poppen* era filho de um imigrante em Amsterdã que conseguiu um trabalho de acondicionar arenques. Aos 27 anos, Jacob casou-se com Liefgen Wuytiers, filha de um antigo conselheiro, e no mesmo ano tornou-se tenente na guarda cívica. Três anos mais tarde, veio a ser diretor de um asilo de pobres e, passados outros três, foi escolhido como conselheiro. Acabou sendo um burgomestre.

Frans Banningh Cocq* era filho de um farmacêutico, um imigrante de Brennen que se dizia ter sido mendigo, mas que se casou com Lijsbeth Banningh, cuja família estava bem representada no Conselho, nos séculos XV e XVI. O próprio Frans adotou o nome de Banningh, foi para a universidade e com 25 anos, casou-se com Maria Overlander, filha de Volckert Overlander*, um mercador rico que tinha participado do Conselho nos últimos vinte anos e que, tendo sido também um dos novos, casara-se com uma Hooft, família das mais ilustres da Amsterdã do século XVII. Quatro anos depois de seu casamento, Frans Banningh Cocq* entrou no Conselho. Exerceu o cargo de burgomestre quatro vezes, foi nomeado cavaleiro pelo rei da França, sob o nome de Heer van Purmerland (a propriedade lhe adveio através da mulher) e encarregou Rembrandt de realizar a "Ronda Noturna". Filho de um comerciante de tecidos, Nicolaes Tulp* era formado em Medicina por Leiden. Entrou no Conselho relativamente cedo, com 29 anos, e lá foi capaz de celebrar cinqüenta anos de participação. Seu segundo casamento foi com uma filha de um membro da elite, mas a esta altura já tinha sido conselheiro por oito anos. Foi burgomestre quatro vezes, embora tivesse sessenta e um anos na primeira vez (em contraste com o homem novo, Andries Bicker* tornara-se burgomestre com 41 anos, apenas um ano acima da idade mínima). Louys Trip* era, com maior evidência, um forasteiro, uma vez que nascera em Dordrecht, mas era um homem extremamente rico, um fabricante de munições (sua mãe era uma de Geer) e tinha a estima do *stadholder* (mais tarde, Guilherme III da Inglaterra), que o fez conselheiro, depois de seu expurgo de 1672. Tornou-se burgomestre dois anos mais tarde.

O exemplo de Frans Banningh Cocq* ilustra o valor de uma sistemática política de casamentos para uma família ambiciosa, ao passo que o exemplo de Louys Trip* ilustra as oportunidades criadas por crises políticas. De modo semelhante ao de Trip, homens novos entraram no Conselho em 1578, quando partidários da revolta contra a Espanha assumiram o governo de Amsterdã. Na verdade, a maioria dos que ocupavam cargos públicos depois da *Alteratie* consistia de homens novos (as exceções mais óbvias são Wilhelm Baerdesen* e Jacob Banningh*), e um dos burgomestres, Adriaen Cromhout*, era, como se disse, um imigrante. Seus descendentes deveriam ser figuras ilustres na política de Amsterdã na geração seguinte.

Em suma, uma comparação entre o recrutamento da elite em Amsterdã e Veneza é complicada pelo fato de que em Amsterdã examina-se um único processo, o recrutamento para o Conselho, enquanto em Veneza se examinam dois processos — o recrutamento para a procuradoria e o recrutamento para cargos de menor importância. Mesmo assim, sobressaem algumas diferenças importantes entre as duas cidades e uma delas pode ser melhor expressa por meio de um diagrama.

Veneza

Amsterdã

Em Veneza, havia um grupo — os nobres, — rigorosamente definido, que podia ser eleito para governar mas, também, um grupo interno, definido de modo mais liberal, que realmente governava. Em Amsterdã, havia um grupo — os cidadãos—, aberto ou definido de forma bastante liberal, que podia ser eleito para governar mas, também, um grupo interno muito mais fechado que realmente governava. Em geral, pode-se dizer que Veneza era uma sociedade relativamente fechada, em cuja nobreza, na primeira metade do período, nenhuma família nova foi admitida. Mesmo depois das nobilitações da metade do século XVII em diante, os procuradores continuavam a ser recrutados entre as mesmas antigas famílias. As únicas exceções são G. B. Allbrizzi*, Vicenzo Fini* (o tio), Vicenzo Fini* (o sobrinho), Ottavio Manin* e Antonio Ottobon*. A maioria dos novos nobres eram imigrantes em Veneza, provenientes, em geral, do continente; eram capazes de comprar um título de nobreza em nível inferior, mas não o conseguiam em nível mais elevado. A mobilidade social ascendente era difícil em Veneza, o que, no entanto, também acontecia com a mobilidade social descendente. Um nobre pobre ainda era um nobre, e membros da elite interessavam-se em ajudar esses nobres. Silvestro Valier* deixou um fundo para trinta famílias nobres em decadência, e Ferigo Contarini* ocupou-se da fundação de uma academia onde os filhos de nobres pobres podiam receber uma educação adequada gratuitamente. Por outro lado, Amsterdã era uma sociedade mais aberta. Havia possibilidade de mobilidade geográfica, e um imigrante podia se tornar burgomestre. Era possível a mobilidade social ascendente, assim como a mobilidade social descendente; cinco membros da elite faliram e tiveram de abandonar o Conselho: J. Hooghkamer*, J. Van Neck*, J. Rijn* e D. Tholincx*. (Este ponto ilustra a ligação entre riqueza e poder.) Em suma, Veneza era uma sociedade de estamentos, e Amsterdã, uma sociedade de classes.

Portanto, seria de se esperar que, em Veneza, a família fosse mais importante, e que, em Amsterdã, fosse o indivíduo. As estatísticas parecem confirmar essa impressão: em Veneza, 244 membros da elite provinham de 66 famílias, uma média de 3,5 membros para cada uma. Treze famílias tinham seis ou mais membros, liderados pelos dezessete Contarini, quatorze Corner e treze Mocenigo. Em Amsterdã, 319 membros da elite provinham de 156 famílias, pouco mais de dois membros para cada uma; seis famílias tinham seis ou mais membros, liderados pelos treze Bicker e onze Backer. A família parece ter em Veneza quase o dobro da importância. Mas é necessário cautela: ''família'' não significava a mesma coisa nas duas cidades.

Uma característica marcante da nobreza veneziana em geral era o fato de os nobres terem poucos sobrenomes entre si. Em 1594, 1 967 nobres do sexo masculino com mais de vinte e cinco anos tinham 139 sobrenomes entre si, cerca de quatorze indivíduos para cada nome. Os nomes mais comuns eram Contarini (cem homens com mais de vinte e cinco anos), Morosini (68), Querini (54), Malipiero e Priuli (52 cada um).[34] Como certos prenomes mostravam-se extremamente populares (havia sete Alvise Mocenigo na elite, durante o período), as possibilidades de confusão eram grandes. Até os contemporâneos cometiam enganos; em 1607, o Grande Conselho não sabia ao certo qual Andrea Vendramin era *podestà* de Chioggia. Não é surpreendente descobrir que os venezianos tendiam a usar patronímicos, mas mesmo esse recurso nem sempre impedia a confusão. O antiquário Capellari, do século XVIII, atribui ao doge Domenico di Giulio Contarini* uma carreira diplomática que, de fato, pertence a um outro homem com os mesmos três nomes.

A questão crucial, do ponto de vista do estudo das elites, é o significado de ser um Contarini ou um Morosini na Veneza do século XVII. Os historiadores tendem a concordar que a unidade importante não era o grupo com o mesmo sobrenome (*famiglia*, talvez melhor traduzida como

"clã"), mas o ramo (*ramo*) ou a casa (*casa*), o grupo que vivia junto no mesmo lugar e, usualmente, recebia um nome de acordo com esta situação. Desta forma, havia na elite membros Corner de cinco ramos diferentes — S. Cassian, S. Luca, S. Maurizio, S. Polo, S. Samuele — nomeados segundo as paróquias em que viviam. Alguns ramos de um clã podiam ser ricos, enquanto outros eram miseravelmente pobres. Não se deve pressupor que os membros do mesmo clã votassem da mesma maneira no Grande Conselho e em outras partes. No célebre conflito entre os "velhos" e os "jovens", no final do século XVII, Alberto Badoer apoiou os primeiros, ao passo que Ferigo Badoer apoiou os últimos.[35]

Entretanto, gostaria de propor que a solidariedade do clã tem sido um tanto subestimada. Havia um brasão comum, um ponto que importava no século XVII. Quando um certo Girolamo Corner, de um ramo menos importante do clã, foi condenado à morte por traição, no começo do século XVII, os ramos principais ofereceram 100 mil ducados, uma soma longe de ser pequena, para livrá-lo do apuro, provavelmente com o intuito de conservar o nome do clã sem nódoa.[36] Alguns testamentos dos Corner prescreviam que a mulher com a qual se extinguiria um determinado ramo do clã devia se casar com um outro Corner para manter a riqueza dentro do clã.[37] Não há dúvida de que alguns ramos dos principais clãs sabiam que tinham laços com outros ramos, sendo provável que esse fato tenha contribuído para a solidariedade entre eles. A pergunta crucial é saber se era maior a probabilidade de um nobre veneziano votar a favor de um outro nobre com o mesmo sobrenome nas eleições para os cargos, não tendo importância os demais aspectos. Essa questão não pode ser respondida diretamente, mas é sugestivo que houvesse cinco doges Contarini durante o período, provenientes de ramos diferentes. Isto é, eles constituíam menos de 5% da nobreza, mas 25% dos doges. Um escritor anônimo da metade do século XVII discute as principais figuras na política veneziana e seus bens, enfatizando o apoio que os parentes dão a certos membros das famílias Contarini, Zustinian, Mocenigo e Morosini — entre os maiores grupos com o mesmo sobrenome.[38] Sobre Girolamo Zustinian, por exemplo, esse autor escreve que "no que diz respeito às eleições públicas, ele depende dos chefes (*caporioni*) da família Zustinian", uma expressão que dificilmente se refere a um único ramo.

Na vida privada, o ramo era certamente a unidade, e sua organização merece descrição mais detalhada. Não se tratava de uma família nuclear. Caracteristicamente, era um grupo de irmãos vivendo num palácio com suas esposas e filhos. Quando um nobre se casava, inclinava-se a trazer a esposa para o palácio, a construção que simbolizava o ramo e o mantinha unido. Em seus testamentos, os nobres exortavam os filhos a não se dividirem a fim de formar outros ramos; Antonio Grimani* chegou a dizer a seus filhos para manterem uma cozinha e uma mesa em comum.[39] É difícil ser preciso sobre o tamanho médio do ramo ou casa. Uma lista de 1714 faz menção a 216 famílias nobres, 667 casas (*case*) e 2 851 homens.[40] Isso significaria uma média de pouco mais de quatro homens em cada ramo. Provavelmente havia igual número de mulheres: jovens solteiras que viviam em casa e as esposas dos homens. E, certamente, a família também incluía os criados. Alguns ramos eram manifestamente maiores do que estas cifras. Pelos menos 45 membros da elite tinham quatro ou mais filhos que sobreviveram à infância (a tendência era não registrar todas as meninas nas genealogias), e cada um de, pelo menos, sessenta procuradores tinha quatro ou mais irmãos. Mas até o ramo médio era claramente maior do que a família veneziana média, que tinha 3,7 membros na década de 1580 e 4,5 membros em 1642.[41]

Os testamentos fazem muitas referências à "honra da casa" (*l'honorevolezza della casa*). Estas não são palavras vazias. A casa era capaz de exigir muito do indivíduo. Um exemplo dramático é o do patriarca Zuan Dolfin, que começou sua carreira na igreja, mas teve de abandoná-la

devido aos "interesses da família"; foi necessário que ele cuidasse dos irmãos menores, quando o pai estava desempenhando uma função fora de Veneza.[42] As meninas podiam se colocadas em conventos para poupar os dotes, e havia a possibilidade de os homens não se casarem, porque este era o meio mais confiável de um controle legítimo da natalidade: 30% da elite nunca se casava, e a cifra para a nobreza em geral, no mesmo período, é de aproximadamente 60%.[43] As famílias nobres venezianas, como as famílias nobres de outros lugares, viam-se diante de um dilema: crianças demais adotando o estilo de vida a que a família estava acostumada arriscavam contribuir para o empobrecimento da casa; por isso, o uso crescente de *fedecommessi* (morgado) que tendia a estabelecer a primogenitura com a demora de uma geração; a família provia o sustento dos filhos mais jovens, mas não o dos filhos desses filhos. Tal medida tinha o efeito de desencorajar o casamento dos filhos mais jovens, mas expunha a família ao risco da extinção da casa por falta de herdeiros masculinos. Era difícil encontrar uma estratégia que evitasse os dois perigos: empobrecimento e extinção. Em geral, a nobreza veneziana chegou mais perto do segundo perigo, tendo-se observado um declínio de 1 967 homens com mais de vinte e cinco anos, em 1597, para 1 703 (apesar da "agregação"), em 1719. A elite, que tendia a ser mais rica que o nobre médio, casava-se mais freqüentemente, mas muitas figuras importantes nesse período foram homens solteiros. Nicolò Contarini*, Lunardo Donà*, Francesco Erizzo*, Francesco Molin*, Francesco Morosini*, Nicolò Sagredo* são todos exemplos. Os casos de Erizzo*, Molin* e Morosini* fazem lembrar que, fora da Igreja, a Marinha constituía a carreira óbvia para um nobre solteiro.

A "casa" veneziana pode ser descrita como um tipo "colateral" de organização familiar. As relações que tendiam a ser acentuadas eram as de irmão-irmão e as de tio-sobrinho. Há farta evidência disso na elite. Pasquale Cicogna* era muito chegado a seu irmão Antonio. Lunardo

Donà* tinha uma relação estreita com seu irmão Nicolò, que se mudou para o palácio do doge quando Lunardo foi eleito. Zuan Bembo*, outro doge solteiro, era íntimo de seu irmão Filippo, com quem foi enterrado e para cujos filhos deixou a sua propriedade. Nicolò Donà tinha uma relação estreita com seu irmão Francesco e filhos. A divisão de trabalho entre os irmãos era um modo pelo qual a casa podia promover a carreira política de um de seus membros (ajuda financeira constituía outra forma de contribuição). Battista Nani* foi capaz de dedicar suas energias à política, porque seu irmão Agostino assumiu o governo da família, e a situação de Nicolò Contarini* era semelhante. O Senado reconheceu essa "relação especial" entre irmãos, quando nomeou Girolamo Corner* cavaleiro pelos serviços de seu falecido irmão Cattarino. A forma tradicional da organização comercial em Veneza, a *fraterna*, institucionalizou a mesma relação. Não há dúvida de que esta ligação entre irmãos contribuiu para o desenvolvimento de imensos grupos de parentes ou "clãs" como os Contarini.

Há muito menos para se dizer sobre a família em Amsterdã, mas tal fato é significativo em si.[44] As companhias comerciais eram compostas de indivíduos, e não de famílias. Os irmãos comerciavam para si mesmos. Os quatro filhos de Gerrit Bicker* entraram todos no comércio, mas dividiram o mundo entre si, e cada um se ateve à sua área. Filhos adultos quase sempre moravam em casas separadas. Os irmãos Andries e Cornelis de Graeff* moravam na mesma rua, a Heerengracht, mas em casas diferentes, e também tinham casas de campo diferentes. O morgado era um fato conhecido da elite de Amsterdã, mas parece ter sido menos importante do que em Veneza — outro sinal de "individualismo". A propriedade de um falecido era simplesmente dividida entre seus filhos. As declarações de renda em Amsterdã diferem bastante das prestadas em Veneza. Em Veneza, um nobre declara que mora com seus irmãos no palácio da família e depois declara a propriedade da família, acrescentando sua "especialidade" ou pro-

priedade individual, se tiver alguma. Em Amsterdã, os irmãos e até as irmãs eram tributados separadamente. Desta forma, no *kohier* de 1674, seis membros da família de Geer, um homem e cinco mulheres, têm de pagar um tributo de 217 florins cada um. Possuíam independência financeira. Propriedades e moradias não constituem tudo, mas, pelo menos, são indícios valiosos de uma estrutura familiar. A impressão geral é de individualismo, no sentido de que os filhos eram independentes de seus pais durante praticamente toda vida, e de que os filhos mais jovens não dependiam de seus irmãos mais velhos. Até as filhas podiam demonstrar uma independência incomum em outros lugares. Para tomar um exemplo de Delft, cidade próxima onde o caso se tornou uma *cause célèbre*, o burgomestre Geraldo Welhock teve de fazer grandes esforços para impedir que sua filha se casasse, contra a sua vontade, com um homem que ela escolhera, e o casamento veio realmente a acontecer depois da morte do pai.[45] Os registros dos impostos sugerem que a viúva rica, chefe de uma família, era um fenômeno importante de Amsterdã.

Em suma, pode-se dizer que, em Amsterdã, dominava a família nuclear — homem, mulher e filhos solteiros. Em Veneza, a forma predominante de organização social era a família extensa, que abrangia várias gerações e incluía os filhos casados do sexo masculino. Em Veneza, a "família conjunta" predominava: a residência era em conjunto, assim como o consumo e o direito de propriedade. Havia muito mais ênfase na família em Veneza do que em Amsterdã. Naquela, as famílias remontavam a um passado muito mais distante, ao passo que, em Amsterdã, era difícil levar as genealogias a períodos anteriores ao século XV. Amsterdã era, afinal, uma cidade bem nova, sua elite não se compunha de nobres, mas de homens que só começaram a se acostumar ao uso de sobrenomes no século XVI.

O sistema social veneziano parece ter sido mais orientado para a família; o sistema de Amsterdã, para a realização pessoal. Em Veneza, era possível que homens de certas

famílias se tornassem doges, sem realmente tentarem obter o cargo. Alvise Contarini*, Carlo Contarini* e Domenico Contarini* são todos exemplos. Ninguém em Amsterdã foi premiado dessa maneira, nem mesmo os Bicker. Em suma, a distribuição de riqueza, status e poder fazia-se segundo critérios diferentes em Veneza e Amsterdã. A elite veneziana era parte de um estamento legalmente privilegiado de nobres que demonstravam ter considerável lealdade para com suas famílias extensas. A elite de Amsterdã era um grupo governante informalmente definido, antes parte de uma classe que de um estamento, mais individualista e orientado para realizações, que atribuía menos importância a lealdades familiares (particularmente na primeira metade do período) e definia a "família" de um modo muito mais restrito.

Funções políticas

Em Veneza, a elite governava não apenas uma cidade, mas um império marítimo e terrestre. Creta e Moréia eram os resquícios do império marítimo (Chipre fora perdido pouco antes de o período começar). O império no continente ou *terraferma* incluía de 1,5 milhão a 2 milhões de pessoas, algumas vivendo em cidades bastante grandes. Brescia tinha aproximadamente 40 mil habitantes na metade do século XVII; Pádua, cerca de 30 mil, e Vicenza, uns 25 mil habitantes.[1] Em outras palavras, Veneza era menos uma cidade que um Estado territorial, e o governo desse Estado envolvia a elite em múltiplas funções. Talvez seja útil distinguir quatro funções principais — o governo central, o governo local, a guerra e a diplomacia — e examinar os cargos exercidos por membros da elite, pelo menos os cargos mais importantes.[2]

Cento e cinqüenta e um membros da elite tinham cargos importantes no governo central, como membros do Colégio, do Senado e do Conselho dos Dez. O Colégio era um grupo de 26 homens; o doge, seus seis conselheiros, os dezesseis *savi* e os três chefes da *quarantia*. Cinco dos *savi* ocupavam-se particularmente do continente, e cinco eram jovens aprendendo a arte de governar. Os chefes da *quarantia* eram juízes. O senado ocupava-se particularmente das

decisões sobre a guerra e a política externa, e o Conselho dos Dez cuidava das questões relativas ao crime.

Cento e onze membros da elite tinham cargos importantes no governo local, o governo do império. Cidades vassalas podiam manter suas próprias leis e até seus próprios conselhos municipais, mas enviavam-se nobres de Veneza para governá-las. Cidades importantes tinham dois *rettori* (governantes); um *podestà*, que cuidava dos assuntos civis, e um *capitano*, que cuidava dos problemas militares. O mais ilustre desses postos era o de *podestà* de Pádua. Talvez fosse possível comparar os *rettori* venezianos com os *intendants* franceses, especialmente porque seus relatórios sobre o estado da região que governavam não eram a parte menos importante de suas tarefas. Os *provveditori generali* de Palma e Candia eram mais ou menos vice-reis que governavam respectivamente Friuli e Creta, por isso são incluídos antes na categoria de governo local do que na de cargos militares.

Setenta e cinco membros da elite tinham importantes cargos militares ou navais. A elite veneziana não se compunha inteiramente de "raposas". Exemplos famosos de "leões" são Zuan Bembo*, Francesco Erizzo*, Francesco Molin* e, o mais celebrado de todos, Francesco Morosini*. Todos foram eleitos doges depois de carreiras militares ilustres, ocupando postos como *capitano in golfo*, o que cuidava do Adriático; *generale contra Uscocchi*, nomeado para exterminar os uscocos (refugiados cristãos do Império Otomano que se tornaram piratas, operando a partir de Senj e de outros lugares na costa da Dalmácia); *provveditore d'armata*, no comando de uma frota; e *capitano generale da mar*, o comandante-em-chefe naval, nomeado só em tempo de guerra (*provveditore generale da mar* era o cargo mais elevado em tempo de paz). A marinha era uma carreira normal para um nobre veneziano, e reservavam-se dois postos em cada galera para nobres adolescentes, mas eles não monopolizavam os postos de oficiais (por exemplo, o dinamarquês Curt Siversen foi *tenente generale*, em 1660). As forças terrestres não eram comandadas por venezianos. No topo da hie-

rarquia encontravam-se, usualmente, grandes nobres de outras partes da Itália, como Luigi d'Este, um comandante de infantaria em 1614, ou Alessandro Farnese, príncipe de Parma, que comandou a cavalaria veneziana na metade do século XVII. Podia-se encontrar, ainda, um nobre estrangeiro, como John Ernest de Nassau, comandante dos mercenários holandeses em 1617. Abaixo deles, os oficiais eram principalmente nobres do continente.[3] Mas os nobres venezianos ligavam-se ao Exército para supervisionar os comandantes profissionais, como "comissários de campo" (*comissario in campo*), sem o consentimento dos quais o comandante não podia agir, ou, no nível mais elevado, através do cargo que Francesco Erizzo exerceu quatro vezes, o de *provveditore generale dell'esercito in terraferma*.

Setenta e quatro membros da elite foram embaixadores numa ou noutra época. Das quatro áreas, esta é a que parece mais obviamente dominada pela elite. Os diplomatas tinham uma boa chance de se tornarem procuradores, e os procuradores tinham uma boa chance de serem nomeados diplomatas. Uma situação que seria de se esperar: diplomatas na Europa do século XVII tinham de ser homens de status elevado e considerável riqueza. Cerca de 25% da elite não exercia nenhum cargo importante. Marco Contarini*, rico e amante de música, é um exemplo. É improvável que quisesse ocupar algum cargo.

Um ponto que precisa ser acentuado, ênfase que os números até agora citados não lhe concedem, é a quantidade de vezes que os membros da elite exerciam um cargo importante (Girolamo Zustinian* foi *savio del consiglio* treze vezes); se um homem fosse nomeado embaixador uma vez, seria provavelmente nomeado várias vezes (Anzolo Contarini*, por exemplo, foi duas vezes embaixador em Roma, duas vezes na Inglaterra, uma vez na França e uma vez junto ao imperador Ferdinando III). Membros da elite podiam ocupar dois ou três cargos ao mesmo tempo. Agostino Nani*, por exemplo, foi nomeado procurador em 1612 e, de 1612 a 1616 exerceu outros cargos quinze vezes. Somente em 1612, foi um *savio*, um embaixador extraordinário e

um "reformador de estudos" da Universidade de Pádua.[4] Essa multiplicidade de cargos num único ano é sinal de que, em Veneza, os quatro principais setores políticos — o governo central, o governo local, a guerra e a diplomacia — não se excluíam. Como o tradicional mandarim chinês ou o funcionário público inglês, o patrício veneziano era mais um homem de muitos talentos do que um especialista, antes um amador que um profissional. Nove membros da elite exerceram cargos importantes em todos os quatro setores, e 47 ocuparam cargos em três deles. No sistema político, havia um lugar para o especialista em assuntos navais, como Francesco Morosini*, e um lugar para o entendido em finanças, como Zuanfrancesco Priuli*, diretor da Casa da Moeda, que foi eleito procurador porque descobriu como resgatar a dívida pública. Mas caracteristicamente veneziana é a minoria de homens de múltiplos talentos, inclusive os doges Lunardo Donà*, Francesco Erizzo*, Antonio Priuli* e Bertucci Valier*. Donà foi embaixador na Espanha, *capitano* de Brescia, *savio* e *provveditore generale di terraferma*; Antonio Priuli* comandou uma galera, participou do Conselho dos Dez, foi enviado à França como embaixador e foi nomeado *capitano* de Pádua. Dois ilustres diplomatas, Batista Nani* e Simone Contarini*, foram solicitados para serem *capitano generale da mar*, o supremo posto naval, sem terem passado por qualquer experiência naval anterior. Ambos recusaram, mas o significativo é que tivessem sido solicitados. Nicolò Contarini* exerceu seu primeiro cargo militar com a idade de 64 anos, na guerra contra os Habsburgo, em 1617.[5]

Havia cargos que envolviam a administração da cidade, e membros da elite os exerciam, mas eram relativamente pouco importantes. Por exemplo, havia os *provveditori di notte*, que tratavam da segurança de Veneza. Os próprios procuradores tinham funções cívicas, tais como atos de caridade, mas isto já não constituía uma parte importante de suas tarefas. A cidade transformara-se, ao se tornar o centro de um Estado territorial.

O uso da expressão "funções políticas" provoca o risco de uma falsa impressão. A elite não consistia inteiramente em desinteressados servidores públicos. Muitos deles queriam o poder, e, como um grupo, exerciam o poder à custa de outras pessoas. Uma concepção de poder de soma zero é tão necessária para o historiador ou cientista social quanto uma concepção funcional. Excluídos do poder estavam três grupos: a pequena nobreza, os plebeus de Veneza e a população subjugada, nobres e plebeus, do império veneziano.

Em teoria, a pequena nobreza não estava absolutamente excluída do poder.[6] A opinião tradicional sobre a constituição veneziana (que encontra sua expressão mais famosa no estudo feito por Gasparo Contarini, no século XVI) era que se tratava de uma constituição mista, na qual o doge representava o elemento monárquico; o Senado, o elemento aristocrático, e o Grande Conselho, o elemento democrático. No começo do século XVII, Traiano Boccalini também enfatizava que Veneza era uma meritocracia no sentido de que qualquer nobre podia aspirar a um alto cargo.[7] Nem todos aceitavam essa opinião, embora talvez tenha funcionado como uma ideologia que ajudava a manter a elite no poder. Jean Bodin, com seu talento para penetrar sob a superfície da realidade política, afirmava, no final do século XVI, que Veneza tinha sido alternadamente monarquia e democracia, mas "transformara-se numa aristocracia, e de uma forma tão sutil que nem todos percebiam bem que o Estado estava mudado". De modo semelhante, um estudo anônimo sobre o governo de Veneza, escrito por volta de 1660, declara que Veneza é uma oligarquia que dissimula o fato (*oligarchia... in modo... segreto e latente*).[8]

Para decidir essa questão de um modo satisfatório, seria necessário fazer um estudo estatístico das eleições para uma grande quantidade de cargos durante um longo período, um estudo melhor realizado por um grupo do que por um historiador individual. As conclusões provisórias do nosso último capítulo assinalavam que o ingresso na elite

não era impossível para um nobre capaz que não pertencesse a um ramo rico ou poderoso de sua família, mas era muito mais fácil para os ricos e bem-relacionados, e que a distinção contemporânea entre uma alta nobreza (*grandi*) e o resto tinha substância. A pequena nobreza ressentia-se de sua exclusão do poder e de vez em quando trabalhava unida contra os *grandi*. O conflito constitucional de 1582, quando o Conselho dos Dez e sua "junta" perdeu para o Senado o poder sobre a política externa e as finanças, foi de certa forma um conflito entre os nobres da alta e da pequena nobreza; "os senadores de maior peso, com seus protegidos e suas relações", apoiavam a permanência da junta. No final do século XVI, a nobreza veneziana esteve perto de se dividir em dois grupos. Vários conflitos diferentes quase chegaram a se fundir: uma geração mais velha, os *vecchi*, versus outra mais jovem, os *giovanni*; a alta nobreza versus a pequena nobreza; os partidários da Espanha versus os partidários da França; os devotos versus os anticlericais.[9] Outro exemplo da "falta de harmonia que se verifica hoje em dia entre os nobres da alta e da pequena nobreza" (*i grandi e la nobilità minore*) foi o conflito entre o Senado e o Grande Conselho em 1656. O Senado nomeou Antonio Bernardo* *capitano generale da mar*, mas o Grande Conselho escolheu Lazzaro Mocenigo em seu lugar.[10] Mas o exemplo mais famoso da pequena nobreza como uma força na política do período deve ser encontrado no começo do século XVII, no movimento associado a Renier Zen*.[11]

Em 1625, o rico e piedoso Zuan Corner* foi eleito doge. Ele favoreceu os seus parentes num grau que ultrapassava o favorecimento costumeiro praticado pelos doges, e foi atacado por Zen*, que passou a descrever o enorme abismo entre os nobres da alta e da pequena nobreza. Zen* gozava das boas graças do Grande Conselho; em certa ocasião, levantou-se, falou durante quatro horas e foi escutado com "espantosa atenção"; um contemporâneo estimava que quase dois terços do Grande Conselho pertenciam à sua "facção".[12] Dizia-se que ele queria depor o doge, e

o perigo foi levado a sério, a ponto de um dos filhos do doge tentar assassiná-lo, em 1627. A facção dos nobres pobres declarou que não conseguia entrar no Conselho dos Dez e exigiu o ingresso. De fato, o que aconteceu foi uma pequena mudança na posição do Conselho dos Dez; a eleição de Zen* como procurador (1628); e, após a morte de Zuan Corner, em 1629, a sucessão por Nicolò Contarini*, que não era um dos *grandi* e que foi eleito com a ajuda dos votos dos partidários de Zen*, outro candidato nessa eleição.

O movimento Zen* revela vários aspectos da estrutura da política veneziana, como acontece freqüentemente com os conflitos abertos. Em primeiro lugar, é interessante descobrir que o líder dos nobres pobres não pertencia a esse grupo. Renier Zen* só foi eleito procurador quando seu movimento já estava em andamento, mas ele era bem relacionado, aliado a importantes ramos dos clãs Barbarigo e Contarini, e já tinha servido como embaixador em Sabóia e em Roma, antes de 1625. Em segundo lugar, observamos neste caso como a pequena nobreza era capaz de pressionar a alta nobreza. Em terceiro lugar, pode-se ver que essa pressão tinha seus limites. Qualquer pessoa, naturalmente, pergunta-se por que o movimento da pequena nobreza fracassou tão facilmente. Uma explicação possível está na força dos laços sociais transversais: a "solidariedade horizontal" de nobres pobres e nobres ricos era equilibrada pela "solidariedade vertical" de patronos e protegidos — Zen* tinha seus protegidos, mas Corner* também tinha os seus —, e um membro da pequena nobreza ficava dividido entre a fidelidade para com seu grupo social e a fidelidade para com seu patrono. Como os antropólogos sociais modernos gostam de assinalar, fidelidades em conflito são freqüentemente uma força que contribui para a coesão social, porque um homem preso em tal conflito revela um forte interesse em cuidar para que qualquer disputa seja resolvida por uma solução de compromisso.[13] Ligações transversais desse tipo podem ser a razão fundamental da relativa ausência de conflito político em Veneza. São tam-

bém um sinal de que não se deve exagerar o grau de coesão da elite.

Há menos para se dizer sobre os modos pelos quais a elite era capaz de excluir do poder os plebeus de Veneza e a população subjugada do continente. ''Dividir e governar'' parece ter sido a sua máxima fundamental. Os plebeus de Veneza podem ser divididos em: cidadãos e o resto. Os cidadãos eram uns 5% da população de Veneza; em outras palavras, não eram muito mais numerosos que os nobres. Ficavam excluídos do Grande Conselho, mas suas ambições eram satisfeitas de outras maneiras. Certos cargos lhes eram reservados: o grande chanceler, os secretários do Conselho dos Dez, do Senado e dos embaixadores. Se um embaixador morria *en poste*, seu secretário poderia assumir. Esses postos (exceto o de secretário de embaixador) eram para toda a vida. Dada a alta rotatividade de cargos entre os nobres, os secretários estavam numa posição semelhante à dos funcionários públicos graduados em relação aos ministros, na Grã-Bretanha de hoje. Alguns deles parecem ter desfrutado um poder considerável. Dizia-se que os secretários do Conselho dos Dez apoiaram a permanência da junta, em 1582; pois o poder deles foi ameaçado pelo movimento de reforma. Renier Zen* denunciou o controle dos secretários, talvez pensando particularmente em Zuanbattista Padavino, secretário do Conselho dos Dez a partir de 1584, a quem julgava responsável por uma sentença de banimento pronunciada contra ele.[14] Uma das poucas famílias novas que ingressaram não só na nobreza, mas também na elite neste período, os Ottobon, era uma família de cidadãos que tinham servido como chanceleres ou secretários. Um escritor do final do século XVI, Botero, também sugeriu que as guildas ou *scuole* ajudavam a satisfazer os cidadãos, fazendo com que eles e os nobres se unissem.[15]

Privados de seus líderes naturais — os cidadãos —, o ''monstro de muitas cabeças'' — a plebe — era menos perigoso. Gasparo Contarini atribuía a ausência de conflito entre os nobres e o povo comum em Veneza a uma justiça

imparcial e a uma regular provisão de trigo. Doges e procuradores atiravam dinheiro ao povo, quando eram eleitos. O velho costume da eleição de um doge dos pescadores, que recebia uma acolhida solene e um beijo do doge verdadeiro, poderia ser considerado um estratagema para persuadir o povo de que ele participava de um sistema do qual estava, na verdade, excluído. Um escritor do século XVII foi cínico a ponto de sugerir que o governo encorajava as duas facções do povo comum, os *Castellani* (de Castello, o bairro dos marinheiros) e os *Nicolotti* (de S. Nicolò, a paróquia dos pescadores), em suas brigas anuais de socos, a fim de manter o povo dividido.[16]

Usavam-se estratagemas semelhantes para controlar os nobres e o povo comum do continente, com graus variáveis de sucesso. Como Botero indicou, os privilégios das cidades do continente não eram abolidos sob o domínio veneziano[17], e os nobres locais ainda podiam se tornar conselheiros municipais. Os *rettori* venezianos fraternizavam deliberadamente com os nobres locais e alguns destes também se tornavam nobres venezianos. Tal foi o caso dos Savorgnan, uma poderosa família de Friuli, antes do início do período, e as ''agregações'' do final do século XVII incluíam os Angarani, nobres de Vicenza; os Bressa, nobres de Treviso; os Ghirardini, nobres de Verona; e muitos outros. Nobres do continente podiam construir uma carreira — e de fato quase sempre a seguiam — nas forças armadas da República.[18]

À parte essas concessões, os nobres locais continuavam freqüentemente a exercer na prática considerável poder. Os *rettori* ocupavam cargos por um período curto demais para chegar a conhecer as suas áreas, quanto mais trazê-las sob controle. Para dar apenas um exemplo: o conde Francesco Martinengo Colleoni era um poder considerável, perto de seu castelo de Cavernago, na área de Bergamo, no começo do século XVII; mandava matar com impunidade. O Conselho dos Dez emitiu instruções para a sua prisão em 1619, mas os *rettori* não executaram esta ordem,

escrevendo, para se desculparem, que "Cavernago é um lugar fortificado com fosso e ponte levadiça, de modo que seriam necessárias centenas de homens para cercá-lo... há armaduras para uma centena e uma porção de arcabuzes".[19]

Também no continente, o governo veneziano parece ter adotado uma política de "dividir e dominar". Quando Francesco Erizzo* estava administrando Friuli, corria o rumor de que ele teria aconselhado o governo a dar a alguns nobres o título de conde, mas a outros não, a fim de impedir que apresentassem uma frente unida. *Opinion*, do século XVII, outrora atribuído a Fra Paolo Sarpi, adverte o governo veneziano contra Pádua, Verona e Treviso, sugerindo "ser conveniente dar mostras de aplicar imparcialmente a justiça, mas nunca deixar passar qualquer ocasião de humilhá-los", e, se for possível, identificar os líderes dos descontentes, "aproveitar todas as ocasiões para exterminá-los... será mais prudente empregar veneno em vez de um carrasco, porque a vantagem será a mesma e o ódio menor". Havia certamente nobres descontentes, por exemplo, um certo Paulo Zagallo, em Campolongo, em 1646, o qual declarou que os venezianos eram "abelhudos de nariz comprido" (*becconazzi fatudi*) e que ele preferiria viver sob o domínio espanhol (foi banido por causa de seu assomo). É de se perguntar quantas pessoas pensavam como ele mas tinham a cautela de não expressar a sua opinião. Mas, para benefício dos venezianos, havia a possibilidade de uma outra aliança entre os *rettori* e o povo comum do continente contra os nobres locais, como em Brescia, em 1644.[20] Mais uma vez vemos que os conflitos contraditórios conduziam a uma relativa estabilidade.

Em Amsterdã, ao contrário, as funções políticas da elite, especialmente as oficiais, tinham um âmbito mais estreito; eram orientadas para a cidade. Uma lista dos principais cargos deixa isso claro. Além dos burgomestres e dos conselheiros, havia um *schout* (ou xerife), nove *schepenen* (ou magistrados); havia tesoureiros, ordinários e extraordinários (o número variou durante o período); mestres dos órfãos (*weesmeesteren*); mestres do seguro (*assurantiemeesteren*); comissários para assuntos conjugais (*huwellijksche zaken*), assuntos marítimos (*zeezaken*), o banco de câmbio (*wisselbank*); o banco de empréstimos (*bank van leening*), o imposto (*accijns*); e a falência (*desolate boedels*). No final do período, o cargo de agente do correio tornou-se desejável. Ser um comissário era, para muitos, subir um degrau na escada que conduzia ao Conselho e até ao cargo de burgomestre. Quase 20% da elite administrou asilos de caridade em algum ponto na sua carreira, antes ou depois de se tornarem conselheiros: os *Leprozenhuis*, por exemplo, a casa para os leprosos; ou o Sint Joris Hof; ou as casas de punição para homens e mulheres, o *Rasphuis* e o *Spinhuis*, respectivamente.

À primeira vista, as funções militares da elite de Amsterdã parecem muito mais importantes do que em Veneza. Quase dois terços do grupo eram oficiais da guarda cívica (o *burgerij* ou *schutterij*), em geral porta-bandeiras ou tenentes antes de se tornarem conselheiros, e chegavam aos postos mais elevados depois de terem ingressado na elite. É importante não levar muito a sério o fato de ser membro da guarda cívica (talvez "bandos treinados" fosse uma tradução melhor). Na verdade, graças a pintores como Rembrandt e van de Helst, não se pode esquecer que a guarda cívica, em Amsterdã e em outros lugares, constituía mais um clube do que uma instituição militar efetiva; que seus oficiais eram mais capazes de brandir um garfo ou um copo de vinho do que uma espada ou uma alabarda. Numa das raras ocasiões em que se precisou realmente de seus préstimos, a invasão francesa de 1672, os *schutterij* holandeses não foram particularmente eficazes.[21] A instituição parece um bom exemplo do elemento do jogo na cultura, tão bem analisado por Huizinga.[22] A impressão se confirma quando descobrimos que Dirk Munter* (filho de um burgomestre, e ele próprio mais tarde burgomestre) era um porta-bandeira na guarda cívica aos dois anos de idade. Da mesma forma, no começo do século XVIII, dois filhos de burgo-

mestres foram nomeados capitães da infantaria na guarnição de Amsterdã com as idades de cinco e nove anos, respectivamente.[23] Esses cargos eram um modo de recompensar protegidos, bem como parentes. Um ataque contemporâneo contra os Bicker lança a acusação de que eles colocavam seus homens como oficiais na guarda cívica.[24]

Não se deve levar demasiado a sério as atividades militares da elite, mas deve-se levá-las a sério o bastante. É fácil zombar de mercadores vestidos de soldados, e de uma guarda cívica que nada defendia, mas é preciso lembrar a importância dos *schutterij* no golpe de 1578, quando os homens novos e os exilados religiosos tomaram o governo de Amsterdã. E não se deve esquecer, ainda, que alguns membros da elite sabiam lutar. Antes de ingressar na política da cidade, J. E. Huydecoper* foi um porta-bandeira da Infantaria e Ferdinand van Collen*, um porta-estandarte dos Dragões. Depois de sua falência, Diederick Tholincx saiu de Amsterdã e ingressou no Exército. Dirck Bas*, Ferdinand van Collen* e Nicolaes Witsen* eram "delegados de campo" (supervisores civis de operações militares semelhantes aos *comissario in campo*). Os filhos de Pieter Hasselaer*, Dirck de Vlaming* e Cornelis van Vlooswijck* adotaram carreiras militares. Havia também oficiais navais na elite, como Jacob van Neck*, Laurens Resel* e Wijbrand Warwijck*.

As funções políticas da elite de Amsterdã não parecem muito grandiosas comparadas com as dos venezianos. Entretanto, o contraste não era tão grande na prática quanto formalmente. Na verdade, pode-se afirmar que o modelo italiano de uma cidade que dominava o *contado*, a região ao seu redor, é útil para compreender a posição de Amsterdã no século XVII.

Em nível mais preciso e menos importante, vale chamar a atenção para o fato de que a elite de Amsterdã exercia certos direitos sobre partes da região ao seu redor. Os burgomestres eram feudatários (*erfleenheeren*) de certos feudos (*ambachtsheerlijkheden*). Amstelveen é um exemplo bem conhecido, e Gerard Schaep* certamente achava que

os direitos de Amsterdã sobre Amstelveen não deviam ser menosprezados.[25] De forma semelhante, o cargo de intendente (*drost*) do castelo vizinho de Muiden podia ser concedido pelos burgomestres, e C. P. Hooft* conseguiu-o para o seu filho, o poeta e historiador que tornou o "círculo de Muiden" (*Muiderkring*) tão importante na história cultural holandesa. F. H. Oetgens* fez com que seu filho se tornasse *poldermeester*, ou funcionário encarregado dos pôlderes perto de Amsterdã.

Entretanto, chamar Amsterdã de uma "cidade-estado" é dizer algo mais importante e mais vago. As resoluções do conselho mostram que os conselheiros não passavam todo o tempo falando de asilos de caridade. No começo do século XVIII, passaram uma boa parte do tempo falando sobre a sucessão espanhola e o valor de uma aliança defensiva entre a República Holandesa, a Grã-Bretanha e a Suécia.[26] Por quê? Numa simplificação exagerada, porque os conselheiros governavam Amsterdã, que dominava a Holanda, que dominava as Províncias Unidas. Em teoria, a República Holandesa constituía uma federação em que as sete províncias eram iguais e, em teoria, Amsterdã não passava de uma das dezoito cidades na província da Holanda, mas, na prática, a elite de Amsterdã tinha meios de conseguir o que queria, pois pagava cerca de 44% dos impostos da província da Holanda, e a província da Holanda (desde 1612, quando foi fixada a quota) pagava 57% dos impostos de toda a República Holandesa. Em outras palavras, uma cidade pagava 25% dos impostos de toda a nação. Este ponto sobre a predominância de Amsterdã é freqüentemente lembrado, mas talvez seja útil abordar o problema através da biografia coletiva da elite.[27]

Amsterdã enviava representantes a certas instituições da província da Holanda e, em primeiro lugar, aos estados da Holanda. Havia dezenove deputações aos estados, uma da nobreza da província (*o Ridderschap*) e as outras de cada uma das dezoito cidades. A deputação de uma cidade consistia usualmente em um burgomestre ou ex-burgomestre, o "pensionário" da cidade (ou conselheiro legal) e alguns

membros do seu Conselho. Embora muitas pessoas integrassem a deputação, a cidade tinha um único voto. Primeiro votava a nobreza, depois Amsterdã, o que dava aos amsterdameses uma chance de fazer suas opiniões prevalecerem entre os indecisos. Quatro cidades mostravam-se, em geral, independentes da política de Amsterdã — Dordrecht, Haarlem, Delft e Leiden. Mas treze cidades menores seguiam, em geral, a liderança de Amsterdã, tais como Alkmaar, Hoorn, Gouda ou Schiedam, e, assim, a política de Amsterdã tornava-se a política dos estados da Holanda. Depois, havia o Conselho em Comitês (*Geecommiteerde Raaden*) da província da Holanda, que tratava dos impostos e da defesa, e dividia-se em dois colégios, um para o norte e outro para o sul da província. Dos dez membros do Colégio da Região Sul (*Zuider-Kwartier*), um era sempre de Amsterdã. Cinqüenta membros da elite ocuparam cargos no Conselho em Comitês durante o período. Outros cargos importantes na província viam-se preenchidos por membros da elite. Assim, Gerrit Delft* foi tesoureiro-geral da Holanda em 1580. Cinqüenta e um membros da elite exerceram funções num almirantado local, usualmente em Amsterdã ou Zeeland.

Por sua vez, a província da Holanda enviava representantes a certas instituições federais, das quais as mais importantes eram os Estados-Gerais (em que as sete províncias tinham igual representação) e o Conselho do Estado (*Raad van State*), que tinha doze membros, três dos quais eram da Holanda. Para os Estados-Gerais, seguiam quinze burgomestres e conselheiros como Wilhelm Baedersen*, Reynier Cant*, Andries Bicker*, Nicolaes Witsen* e Jacob Valckenier*. Para o Conselho do Estado, iam quatorze membros da elite — Reynier Cant*, Vincent van Bronckhorst, Hendrick Hudde, Jacob Hinlopen*, por exemplo. Essa última tarefa era particularmente exigente, e Bronckhorst* e Hudde* desligaram-se do Conselho da Cidade, quando foram nomeados (tinham de passar muito tempo em Haia); da mesma forma, Coenraed Burgh* deixou de assumir o importante cargo federal de tesoureiro-geral da União.

Sugeriu-se mais de uma vez que a nomeação para esses postos fora da cidade era uma forma de banir os líderes de uma facção perdedora no Conselho. Como disse C. P. Hooft*, "Para o colégio do Conselho em Comitês, em Haia, ... foram enviados ex-burgomestres de que o povo parecia querer se ver livre por aqui" (*dye men schijnt hyer liefst te willen missen*). O que se verifica a partir da cronologia confirma essa sugestão: Gerrit Witsen* foi enviado numa missão em 1617, depois de criticar a política do poderoso F. H. Oetgens*; Cornelis Bicker*, em 1651, pouco depois de o príncipe de Orange ter dado ordens para que fosse excluído do Conselho da Cidade; Henrick Hooft*, quando a facção adversária Valckenier estava no poder, e, quando Hooft* novamente conquistou uma posição elevada, foi a vez de Gillis Valckenier* ser enviado para o Conselho em Comitês.[28]

Entretanto, ainda se pode afirmar que fazer parte desses órgãos federais e provinciais ajudava a elite a influenciar, se não a dominar, o resto da República, particularmente em questões de política externa. Membros da elite, às vezes, desempenhavam um papel político crucial nos negócios holandeses; na verdade, a União de Utrecht, da qual se originaram as Províncias Unidas, foi em parte negociada por um deles, Reynier Cant*, conselheiro de Guilherme, o Taciturno e, depois, de Maurice de Nassau. E nos anos importantes a partir de 1646, quando as negociações de paz estavam em andamento, o poderoso Andries Bicker* chefiou a deputação holandesa nos Estados-Gerais. Desempenhar o papel de diplomatas era um outro meio pelo qual os membros da elite influenciavam as questões de todas as Províncias Unidas, de modo que os interesses comerciais dos amsterdameses refletiam-se na política externa da República: 24 membros da elite serviram como diplomatas no período.[29] Na época da guerra entre a Dinamarca e a Suécia, em 1644, por exemplo, os embaixadores nestas duas potências foram Andries Bicker* e Gerard Schaep*. Albert Burgh* foi embaixador na Rússia e na Dinamarca. Joan Huydecoper*, tolhido por desconhecer o alemão, foi embaixador em Brandenburg, e assim por diante.

As Companhias das Índias Orientais e Ocidentais e a Sociedade do Suriname eram um outro meio pelo qual Amsterdã e sua elite podiam influenciar o resto da República. Como a República, essas companhias tinham uma estrutura federal: havia ''câmaras'' regionais, cada uma com seus diretores, dentre os quais se escolhiam os diretores da companhia como um todo, a XVII da Companhia das Índias Orientais (Vereenigde Oost-Indische Compagnie ou VOC) e a XIX da Companhia das Índias Ocidentais. Oito membros da XVII sempre vêm de Amsterdã. Entretanto, Amsterdã nunca teve maioria absoluta na XVII, e as reuniões da VOC efetuavam-se tanto em Middelburg como em Amsterdã. Na prática, mais uma vez, o poder de Amsterdã era maior do que no papel. As câmaras de Amsterdã na VOC e na Companhia das Índias Ocidentais eram, de longe, as mais importantes (Amsterdã entrou com 57% do capital da VOC na época de sua fundação). Os amsterdameses infiltravam-se nas outras câmaras, quer por uma política de segurança para proteger seus investimentos, quer para ganhar controle. No final do século XVII, por exemplo, os amsterdameses possuíam cerca de 38% do capital da câmara Zeeland da VOC.[30] Em 1719, A. Velters* tinha 74 mil florins investidos na câmara de Delft da VOC. De qualquer forma, 103 membros da elite, aproximadamente 30%, eram diretores da VOC, da Companhia das Índias Ocidentais ou da Sociedade do Suriname. Isto significava a influência de Amsterdã sobre um império muito mais vasto do que o de Veneza. Dos dezoito governadores-gerais das Índias Neerlandesas, de 1609 a 1718 três provinham de famílias regentes de Amsterdã. Laurens Reael*, filho de um conselheiro, governou as Índias Orientais de 1616 em diante e, mais tarde, tornou-se ele próprio membro do Conselho da Cidade. Coenraed Burgh* saiu do Conselho para ser governador de Curaçao.[31]

Em 1650, um panfleto expressava o medo de que ''o grande peixe Amsterdã pudesse comer os menores'', e de que os governantes de Amsterdã (os Bicker em particular) tivessem a intenção de se tornar chefes do Estado, vindo a criar uma outra Veneza. De tom histérico e com reivindicações exageradas, esse panfleto expressava, por parte da elite, um medo que tinha algum fundamento na realidade.[32] Mas quanto de fundamento? Para responder a essa questão, precisamos seguir o conselho de Robert Dahl e identificar situações em que haja um conflito entre Amsterdã e o resto da República. Por exemplo, na década de 1590, amsterdameses influentes ocuparam-se do comércio com a Espanha, embora a República estivesse em guerra com esse país na época. Os navios que levavam milho para a Espanha navegavam com falsas bandeiras. Em 1596, houve um conflito entre os Estados-Gerais, que proibiam a exportação de milho para a Espanha e a Itália, e os regentes de Amsterdã, que se opunham a essa norma; foi Amsterdã que ganhou.[33] Embora o Conselho da Cidade de Amsterdã tivesse declarado, em 22 de março de 1607, que a paz significava o ''dano e a decadência irreparáveis destas terras'', seus membros não puderam impedir a Trégua de Doze Anos, que se prolongou de 1609 a 1621. Entretanto, a elite de Amsterdã foi capaz de envolver a República Holandesa na guerra entre a Suécia e a Dinamarca, em 1644, quando os embaixadores holandeses nos dois países beligerantes eram burgomestres de Amsterdã. Seu objetivo era forçar o rei da Dinamarca a baixar a taxa que cobrava dos navios holandeses que passavam pelo Sound.[34]

Em outros casos, como acontece freqüentemente na política, as situações de conflito complicavam-se pelo fato de estarem envolvidos mais de dois grupos, como se verá ao se examinar alguns famosos exemplos de conflitos em ordem cronológica. Em 1618, Jan van Oldenbarnevelt, Grande ''Pensionário''* Legal da Holanda, foi julgado e

* O Grande ''Pensionário'' era deputado permanente na assembléia dos Estados-Gerais, do conselho de Estado e dos Estados da Holanda. Não tinha voto deliberativo, mas fixava a ordem do dia, recolhia os votos, dirigia a diplomacia e vigiava as finanças. Nomeado por cinco anos, era reelegível para o mesmo período. (N. T.)

executado por traição. Esse foi o clímax do conflito entre o Oldenbarnevelt e o *stadholder*[35] Maurice de Nassau, um confronto entre uma política de paz e uma política de guerra, bem como entre uma forma relativamente tolerante e uma forma intolerante de calvinismo: alguns membros da elite de Amsterdã tinham entrado em conflito com Oldenbarnevelt, que apoiava a Companhia Australiana de Le Maire, uma concorrente da VOC, e se opôs à fundação da Companhia das Índias Ocidentais, quando a questão foi discutida, por volta de 1607; um dos juízes de Oldenbarnevelt foi Reynier Pauw*, burgomestre de Amsterdã, feroz calvinista, membro fundador da VOC e também interessado no comércio das Índias Ocidentais. Mas nem todo o Conselho da Cidade de Amsterdã apoiava Maurice de Nassau; na verdade, ele expurgou o conselho em 1681, expulsando oito homens e substituindo-os pelos seus nomeados.[36]

O sucessor de Maurice como *stadholder*, o príncipe Frederick Henry, declarou certa vez: ''Não tenho maior inimigo do que a cidade de Amsterdã''. Ele entrou particularmente em conflito com o burgomestre Andries Bicker*: o príncipe queria um controle centralizado sobre os almirantados locais; Bicker* fez-lhe oposição; o príncipe queria proibir a venda de navios para a Espanha; Bicker* e seus colegas Abrahem Boom* e Jan Geelvinck* envolveram-se nesse comércio; o príncipe queria continuar a guerra com a Espanha; Bicker* queria fazer a paz, o que foi finalmente feito em 1648. Depois da paz, houve um confronto entre os regentes de Amsterdã e o novo *stadholder* Guilherme II, porque Amsterdã queria reduzir o exército, o que o *stadholder* não desejava. Foi esse conflito que provocou, em 1650, o confronto mais espetacular, quando Guilherme II enviou um exército contra Amsterdã para depor a ''liga Bicker''.[37]

No período sem *stadholder* que se seguiu à morte de Guilherme, o homem mais poderoso na República, o Grande ''Pensionário'' Jan de Witt, tornou-se um aliado da elite de Amsterdã através de seu casamento com Wendela Bicker. Quando Guilherme III veio a ser *stadholder*, em 1672,

começaram novamente os conflitos com Amsterdã. Naquele ano, ele expulsou dez homens do Conselho da Cidade, inclusive Andries de Graeff*, o aliado dos Bicker, substituindo-os pelos seus nomeados. Apesar desse expurgo, conflitos entre Amsterdã e Guilherme continuaram a acontecer na década de 1680, quando Amsterdã apoiou uma política de paz e se opôs ao recrutamento de tropas.[38]

Esses conflitos seriam um meio excelente de se testar o poder da elite, se ao menos este tivesse sido coeso. Na realidade, esse poder era dividido em partidos, ou (para usar um termo com menos implicações modernas desorientadoras) em facções.[39] O príncipe de Orange foi capaz de expurgar o conselho em 1618, porque tinha o apoio da facção liderada por Reynier Pauw*, e seu sucessor foi capaz de executar um golpe semelhante em 1672, porque tinha o apoio da facção liderada por Gillis Valckenir*. Infelizmente não sabemos muito sobre essas facções, sendo particularmente difícil responder à importante questão: o conflito entre as facções era um conflito a respeito de políticas (*policies*) ou apenas uma luta por cargos? Diferenças de opinião entre burgomestres ou conselheiros não ficavam registradas nas atas das reuniões.[40] Num dos casos, temos claras evidências de um conflito a respeito de políticas (*policies*) na área estratégica da reurbanização.[41] C. P. Hooft* atacou F. H. Oetgens* e seus amigos em razão do ''lucro particular'' obtido com transações imobiliárias graças às informações de que desfrutavam devido à sua posição política. Em alguns outros casos, sabemos que se tratava de conflitos religiosos.[42]

Por mais dividida que fosse em outros aspectos, a elite era unida no seu medo da ''turba'' (*het grauw*). Um relatório não datado, do final do século XVII, redigido por coronéis da guarda cívica, trata das medidas a serem tomadas no caso de tumultos ou saques. Em 1617, as casas de alguns ilustres amsterdameses arminianos, tinham sido atacadas e saqueadas, provavelmente com o estímulo de seus adversários religiosos. Amsterdã era um porto, portanto propensa a ser a cena de tumultos de marinheiros, como aconteceu,

por exemplo, em 1624, 1628, 1652 e 1696. Depois que os irmãos Witt foram mortos por uma multidão, em Haia, em 1672, a elite de Amsterdã deve ter dormido menos profundamente à noite. Mas não fazia parte de seu estilo distrair o monstro de muitas cabeças realizando carnavais ou atirando dinheiro ao povo quando da eleição dos burgomestres, como faziam os venezianos; para a preservação da ordem pública, simplesmente confiavam na guarda cívica.[43]

Tanto em Amsterdã como em Veneza havia confrontos entre o "centro" e a "circunferência", a metrópole e o império. Mas a comparação fica complicada pelo fato de que não se pode aludir a Amsterdã como o "centro", sem qualificar essa afirmação. A cidade pode ter sido o que Lisola, o panfletário de Habsburg, denominou, o *primum mobile* da Holanda; porém Haia era sua rival como centro do governo da província e da federação. Era em Haia que se reuniam os estados da Holanda, o Conselho em Comitês, os Estados-Gerais e o Conselho de Estado. Haia também era a sede da corte do *stadholder*. O doge fazia parte da elite veneziana, mas seu equivalente holandês, o *stadholder*, estava fora da elite amsterdamesa e, às vezes, confrontava-se violentamente com ela. O mesmo deve ser dito do Grande "Pensionário".

É claro que as elites regentes de Veneza e Amsterdã não eram apenas conselheiros municipais. Dominavam impérios. Os venezianos governavam 1,5 a 2 milhões de pessoas que viviam no continente. Os amsterdameses dominavam os 700 mil habitantes da província da Holanda, se não os 2 milhões de habitantes de todas as Províncias Unidas. Esse domínio foi institucionalizado em Veneza através dos *rettori* das cidades subjugadas. No caso de Amsterdã, tratava-se de uma espécie menos formal de influência: burgomestres podiam atuar como embaixadores, e oficiais navais podiam entrar no conselho, mas a cidade não controlava a diplomacia, nem a Marinha, como se dava em Veneza. Tanto em sua estrutura política como social, Veneza era uma sociedade mais formal, Amsterdã uma sociedade mais informal.

Base econômica

Em seu famoso estudo sobre a circulação das elites, Vilfredo Pareto distinguiu os *rentiers* dos "especuladores" (ou *entrepreneurs*). Essa distinção fazia-se, em parte, com base na atitude — *rentiers* eram definidos como conservadores sem imaginação; os *entrepreneurs* como inovadores imaginativos — e, também, em termos de duas bases econômicas diferentes — *rentiers* são homens que vivem de renda fixa, *entrepreneurs* são homens cuja renda varia segundo os esforços que fazem em busca de lucro. Este pode ser um caso de determinismo econômico, mas isso não é necessariamente verdadeiro: é provável que uma renda variável estimule a imaginação, mas é também provável que um homem que gosta de inovar prefira oportunidades de lucro a uma renda fixa. Neste estudo de caso comparativo sobre as elites, é obviamente importante descobrir se os venezianos e os amsterdameses eram predominantemente *rentiers* ou predominantemente *entrepreneurs*. Seria também útil saber o grau de riqueza dos dois grupos em relação um ao outro e em relação a outros grupos nas duas comunidades.

Para descobrir a riqueza da elite veneziana e as fontes das quais derivava, não há melhor evidência do que as suas declarações de renda.[1] Os venezianos pagavam a

decima, um décimo de sua renda anual de "bens imóveis", essencialmente casas e terras. A *decima* foi tributada em 1581, 1661 e 1711 (de fato, deveria ter sido tributada muito mais vezes), e as declarações feitas por cada chefe de família ainda existem. Embora os habitantes do continente pagassem uma taxa diferente, os venezianos também pagavam a *decima* sobre a sua propriedade no continente; por isso (descontando-se as burlas) essa fonte deveria fornecer um quadro bem completo de suas terras e casas. Até o chefe de Estado devia declarar a sua renda, um procedimento certamente sem par na Europa. Em 1581, o doge e dezessete procuradores declararam a sua renda; em 1711, o doge e 37 procuradores assim o fizeram. Eles representam, virtualmente, toda a elite no começo e no fim do período, portanto vou pressupor que constituam uma boa amostra da totalidade e, embora não fossem em si um grupo econômico, a maioria pertencia ao grupo de proprietários de grandes bens.[2]

A terra tendia a estar dividida em pedaços dispersos. Isto pode ter sido uma política deliberada, um seguro contra os desastres locais que afetavam as colheitas. Os venezianos possuíam terras principalmente nas áreas de Pádua e Treviso, bem próximas, mas também tinham extensões substanciais de terras perto de Vicenza e Verona, no Polesine (perto de Ferrara), chegando até a região de Friuli (perto de Trieste). As propriedades tendiam a se dividir em pequenos fragmentos. A propriedade de Marco Contarini* em Piazzola, por exemplo, era dividida em 111 partes. Os camponeses locais cultivavam as propriedades, usualmente em troca de uma renda fixa em espécie, mas, às vezes, por um arrendamento em dinheiro ou numa base de divisão da colheita, o que criava dificuldades para os proprietários de terra na hora de compilarem os dados de suas declarações de renda; tinham de calcular sua renda média durante mais de cinco anos. Os arrendamentos tendiam a ser curtos, por cinco anos ou menos.[3] As colheitas produzidas incluíam trigo, centeio, sorgo, painço, óleo, vinho e, perto do final do período, milho ou *sorgo turco*, como era

usualmente chamado. Nos documentos, há muitas referências a galinhas e porcos, quase sempre como *regalia*, costumeiros presentes do arrendatário ao proprietário; mas há poucas referências a outras criações de animais.

A propriedade urbana consistia em casas e lojas em Veneza, ou, o que era mais raro, em outras cidades, como Pádua. Abrangia desde palácios alugados a colegas nobres até pequenas lojas, como a chapelaria, na ponte do Rialto, que pertencia a Lunardo Donà*. Em geral, parece ter sido menos importante do que as terras.

Quanto ao montante de renda derivado dessas fontes, os dezoito membros da elite que declararam sua renda em 1581 ganharam, em média, cerca de 1 300 ducados por ano, desde Marco Grimani*, com 330 ducados, até Gerolamo da Mula*, com 3 300. Os 38 membros da elite de 1711 ganharam, em média, 7 500 ducados por ano cada um, desde Piero Zen*, com 1 257 ducados, até Alvise Pisani,* com 35 000; a inflação tinha diminuído consideravelmente o valor do ducado por essa época.[4] Talvez se pudesse contrapor esses valores aos setenta ducados por ano que um pedreiro artesão ganhava em Veneza no começo do século XVII.[5] De fato, o contraste era ainda maior, porque as declarações de renda não diziam respeito aos "bens móveis" (*beni mobili*). Os bens móveis incluíam prata, jóias e dinheiro depositado na Casa da Moeda por questões de segurança (e pelos 5% de juro), investido em negócios ou emprestado a pessoas físicas, e declarado como "arrendamentos" (*livelli*).[6]

Uma certa quantidade de informações sobre bens móveis pode ser coligida a partir dos testamentos. Alguns exemplos vão sugerir a importância do dinheiro depositado na Casa da Moeda. Há referências a esses depósitos nos testamentos de Zuan da Lezze* (morto em 1625), Antonio Grimani*, que fez o seu testamento em 1624, instruindo os seus herdeiros a deixarem o dinheiro ali depositado; Alvise Barbarigo* (morto em 1678), Gerolamo Basadonna* (morto em 1697), que tinha ali depositado o dote de sua

mulher, 12 mil ducados; Alvise da Mosto* (morto em 1701), cujo enorme depósito montava a 300 mil ducados; e Ferigo Corner* (morto em 1708). Infelizmente, os testamentos quase nunca se referem à riqueza total do testador, de modo que não há como calcular a importância relativa de bens móveis e imóveis na riqueza da elite.[7]

É principalmente a partir de testamentos que o historiador pode obter um pouco de informação sobre as atividades comerciais dos patrícios.[8] Alguns estavam envolvidos no comércio, à maneira veneziana tradicional, com o Oriente. No começo do período, Antonio Bragadin* tinha agentes em Aleppo e Tripoli, e Zuan Francesco Priuli* tinha um agente em Istambul; no final do período, Alvise Mocenigo* tinha agentes em Istambul. Dois procuradores da família Foscarini (ramo *ai Carmini*) estavam definitivamente engajados no comércio: Giacomo Foscarini* e seu filho Zuanbattista Foscarini*. Paolo Paruta* estava envolvido com Alexandria. Agostino Nani* e Zuanne Dolfin* estavam ambos envolvidos com a Síria.

É interessante encontrar Antonio Bragadin* e Giacomo Foscarini* argumentando, na condição de personalidades oficiais, a favor do envolvimento veneziano no comércio de especiarias em 1584. Zuanbattista Foscarini* estava envolvido no comércio de tecidos de lã, o qual era de uma importância crescente na Veneza do século XVII, e conduzia o negócio através de um agente comercial. Em 1624, Antonio Grimani* tinha 12 mil ducados investidos numa fábrica de sabão, e exortou seus herdeiros a continuarem nesse negócio. Em 1660, Almoro Tiepolo* fundou, em sociedade com um mercador judeu, Salamon Annobuono, uma companhia para negociar seda. No final do século XVII, Domenico Contarini* tinha 2 000 ducados investidos num negócio com os irmãos Foscoli, que não eram nobres. Porém os venezianos nunca investiam em sociedades anônimas; a forma dominante de organização comercial ainda era a família, mesmo que fossem aceitos investimentos de fora, como no último exemplo citado.[9]

Também se pode encontrar a elite negociando a produ-

ção de suas propriedades, uma atividade praticada por nobres em muitas partes da Europa do século XVII, desde a Inglaterra até a Rússia. Nicolò Donà* estava envolvido no comércio de cereais; Zorzi Corner, o filho de Zuan I Corner*, vendia gado e cereais; Antonio Priuli* atuava no comércio de madeira. Na realidade, dada a extensão de terras que eram por eles arrendadas em troca de pagamento em espécie, a maioria dos membros da elite deve ter se envolvido nessa espécie de comércio, mesmo que de forma indireta, através de um intendente ou administrador.

Os membros da elite adquiriam riqueza através de herança; através do comércio, pelo menos em alguns casos; através do casamento e dos benefícios dos cargos. Em Veneza, como em qualquer outra parte nos primórdios da Europa moderna, uma esposa trazia um dote e, no grupo social que estamos discutindo, um dote nesse período poderia significar valores variáveis de 5 mil a 200 mil ducados. A última cifra é a do dote de Franceschina Dolfin, que se casou com Girolamo, filho de Antonio Priuli*, em 1618. Casar com alguém da família de um doge regente (como era o caso de Priuli* na época) era uma transação dispendiosa.[10] Um modo de aumentar o dote consistia em casar-se com alguém abaixo de seu status, fora da nobreza veneziana, e dez membros da elite assim o fizeram durante o período — por exemplo, Zuanbattista Corner* casou-se com Zanetta Noris, cuja família era de Brescia, e Benetto Soranzo* casou-se com a filha de um médico, Maria Flangini.[11]

Os benefícios do cargo podiam ser eclesiásticos ou seculares. Os eclesiásticos são mais conhecidos. Campanella chegou a dizer que "a maior parte da nobreza veneziana vive de canonicatos e bispados". Ele estava fazendo propaganda contra Veneza e exagerava, mas tinha realmente razão em exagerar.[12] Alguns membros da elite retiravam-se da vida política para entrar na Igreja, como Pietro Basadonna*, que se tornou cardeal, e Zuanne Dolfin*, que se tornou cardeal e bispo de Vicenza. Mas, como em Veneza

o ramo de um clã nobre inclinava-se a dividir os recursos entre seus membros, é preciso verificar também os benefícios recebidos pelos irmãos, tios e sobrinhos integrantes da elite. Particularmente bem-sucedidos a este respeito eram certos ramos dos clãs Grimani, Corner e Dolfin. Dizia-se que os irmãos Francesco Grimani*, Zuanbattista Grimani* e Zuan Grimani* viviam todos às custas de seu parente, o bispo de Bergamo. Outro bispo de Bergamo foi Ferigo Corner, filho do doge Zuan I Corner*, e, entre 1577 e 1722, sete dos dez bispos de Pádua saíram do clã Corner. De 1657 até bem depois do final do período, o arcebispo de Udine sempre foi um Dolfin.[13]

A tendência dos historiadores tem sido colocar menos ênfase nos possíveis benefícios dos cargos políticos, mas eles também tinham importância, e não apenas os cargos judiciários da *quarantia*, cujos salários eram uma forma bem conhecida de dar um pequeno auxílio aos nobres empobrecidos. Aliás, os cargos exercidos por membros da elite incluíam alguns de elevados salários: no começo do século XVII, cinco oficiais navais graduados recebiam, cada um, mais de 10 mil ducados por ano;[14] os embaixadores recebiam de 5 mil a 7 mil ducados por ano. É verdade que estes postos acarretavam despesas para os seus detentores, mas também é verdade que, além dos salários, havia consideráveis prerrogativas e oportunidades de ganhos. O difícil é estimar essa renda não oficial — as fontes oficiais calam naturalmente a respeito, enquanto os comentários contemporâneos podem ser exagerados; ainda assim parecem dignos de nota os comentários de observadores do século XVII sobre a "alquimia moderna" que fazia os cargos deixarem de ser uma fonte de perdas para se tornarem uma fonte de ganhos; sobre os rumores de que, na guerra com os Habsburgo, em 1617, alguns nobres ilustres teriam se enriquecido às custas de dinheiro público; sobre o fato de o grande Francesco Morosini* ter sido acusado duas vezes, em 1663 e 1670, de se apropriar de dinheiro público.[15] Um escritor da metade do século XVII até redigiu uma lista dos ganhos

dos cargos, distinguindo-os da renda, e relacionou entre os mais lucrativos os *governatori delle entrate*, que supervisionavam a taxação direta; os *provveditori al sale*, que administravam o monopólio de sal do governo, uma importante forma de taxação indireta; o *provveditore* de Corfu (cargo que valia cerca de 12 mil ducados por ano); o *provveditore* de Zante, valendo 20 mil ducados por ano; e, o mais importante de todos, o *bailo* ou embaixador em Istambul, que não tinha de prestar contas de sua renda, mas recebia dinheiro para subornar o grão-vizir (um escritor achava que um bailo talvez ganhasse 100 mil ducados em três anos, ou até mais, se fosse ganancioso; um outro, que ele era o único funcionário "que podia roubar sem escrúpulos".[16]

Depois desse exame geral dos recursos da elite veneziana, é momento de propor a pergunta geral: eram *entrepreneurs* ou *rentiers*? De um pequeno número, pode-se dizer, com alguma segurança, que eram *entrepreneurs*, no sentido de estarem envolvidos no comércio e interessados em ganhos — Antonio Bragadin*, Giacomo Foscarini*, Antonio Priuli* são exemplos já citados; outros, como Alvise da Mosto* e Ferigo Corner*, com somas consideráveis depositadas na Casa da Moeda, podem ser razoavelmente classificados como *rentiers*.[17] Mas tudo o que sabemos da maioria dos membros da elite é que possuíam enormes extensões de terra.

Possuir terras não transforma necessariamente um homem em um *rentier* (no sentido dado ao termo em todo este livro); o que importa é se sua atitude para com a terra é ativa ou passiva, se ele está interessado em "projetos de desenvolvimento" (conforme a expressão de Adam Smith) ou se apenas se contenta em ficar sentado esperando que seu intendente recolha o dinheiro dos arrendamentos. Alguns membros da elite tinham certamente uma atitude ativa para com as suas terras, como, por exemplo, Marcantonio Barbaro*, proprietário da famosa vila Maser, projetada por Palladio e decorada por Veronese. O caso de Barbaro* era um pouquinho incomum, na medida em que ele vir-

tualmente não tinha nenhuma propriedade em Veneza e nenhuma outra terra. Dos mil ducados por ano que sua propriedade lhe rendia, 60% provinham de arrendamentos e a elevada proporção de 40%, da administração direta da propriedade.[18] Outro caso é o de Ferigo Contarini*, que se interessava por agricultura (um certo Africo Clemente, notário de Pádua, dedicou-lhe um estudo sobre o assunto, em 1572) e também chefiou um consórcio de nobres para o desenvolvimento da área ao redor de Treviso. No começo do século XVII, temos também Girolamo Corner*, que se envolveu com a recuperação de terras.[19] Em 1550, um terço do continente era incultivado e, em grande parte, pantanoso, mas, por volta de 1660, sociedades de nobres, cujo objetivo era drenar os pântanos, mostravam-se extremamente ativas: canais foram cavados e pontes construídas; grande parte dos melhoramentos foi feita por meio de trabalho forçado imposto aos camponeses locais pelos governantes venezianos, sendo os beneficiários os nobres venezianos proprietários de terra.[20] Em alguns casos, podem-se observar membros individuais da elite juntando suas terras acre por acre. Luca Michiel* comprou 69 *campi* de terras em Meolo, em 1607, e outros onze *campi*, em 1610.[21] Um observador hostil deu o que se poderia chamar de explicação "imperialista" a aquisições como estas, sugerindo que os *rettori* venezianos "esfolavam" a população subjugada do continente, e que os nobres venezianos usurpavam as terras comuns e lesavam viúvas e órfãos.[22] Certamente é fato que, no continente, aproximadamente 90 mil hectares de terra comum foram vendidos a preços irrisórios entre 1646 e 1727, e que cerca de 40% dessa extensão de terras foram comprados por nobres venezianos.[23] É obviamente difícil ter certeza dos direitos da questão em cada caso individual — por exemplo, Antonio Barbarigo* tinha uma propriedade em Cassale, perto de Montagna, na área de Pádua; o povo reclamou que ele havia tirado parte da terra comum, "na qual nós, pobres camponeses, podemos criar nossos porcos", e o caso foi examinado por juízes nobres em Veneza, sendo dada a sentença a favor de Barbarigo* em 1690, um ano em que ele exercia o cargo de *provveditore delli beni inculti*, ocupando-se das terras incultivadas na *terraferma*.[24]

É também possível encontrar membros da elite com uma atitude relativamente passiva, ou de *rentier*, em relação às suas terras. Durante todo o período, membros da elite empregaram administradores ou intendentes para cuidar de suas propriedades, como teria sido de se esperar, dado o tamanho de algumas propriedades e a necessidade que os proprietários tinham de viver na cidade a maior parte do ano, por razões políticas ou de outra ordem. Africo Clemente, em seu tratado sobre agricultura (que recebeu oito edições italianas entre 1572 e 1714), recomendava aos venezianos que se munissem de "administradores hábeis e experientes" (*fattori pratici et esperti*), e que pagassem bem pelo seu trabalho, insistindo em que fossem profissionais, e não criados usados para outras tarefas, como cuidar dos cavalos. É provável que este conselho tenha sido observado e que o século XVII tenha presenciado a profissionalização e a importância crescente do administrador de uma propriedade. Prova dessa profissionalização é o fato de um certo Giacomo Agostinetti ter publicado, em 1679, um livro de instruções para esses administradores de propriedades. O autor vangloria-se de ser um "intendente puro sangue" (*fattore di razza*), pois servira durante quarenta e cinco anos no Vêneto e seu pai já fora intendente antes dele. Ele se interessa pelas propriedades que são grandes o bastante para precisar de um intendente-chefe com almoxarifes a ele subordinados (*castaldi*). Transmite a impressão de uma administração de propriedades altamente racionalizada, tecendo elogios à contabilidade de "partidas dobradas" e recomendando aos proprietários das terras que mantivessem desenhos coloridos de suas propriedades com um número atribuído a cada parte, para que pudessem visitar suas terras sem sair de Veneza. Sobre a questão do controle exercido pelo proprietário, Agostinetti é, como se teria esperado, um tanto ambivalente: sugere que os aposentos na vila não

deveriam ficar perto demais dos camponeses, o que significa barulho, nem longe demais, senão o proprietário não será capaz de manter as coisas sob os seus olhos. Passa, depois, a elogiar o senador veneziano para quem não fazia diferença comprar terras perto de Pádua ou perto de Treviso: "Não me importa se minha renda chega até mim ao longo do Brenta ou ao longo do Sile" — uma atitude de *rentier*, sem dúvida alguma.[25]

Fica claro, nos testamentos de alguns membros da elite, que eles empregavam intendentes para gerir as suas propriedades. Francesco Corner* (morto em 1584), que tivera as suas propriedades de Chipre administradas por *fattori* de forma não inteiramente honesta, recomendou aos herdeiros que cuidassem pessoalmente das propriedades; por outro lado, Alvise Barbarigo* fez uma doação testamentária especial ao *fattore* de sua vila em Merlana pelo serviço excelente e fiel. Não se deve pressupor que proprietários ausentes significassem propriedades sem melhoramentos — na metade do século XVIII, por exemplo, os intendentes da propriedade Tron, em Anguillara, perto de Pádua, recuperaram terras e aperfeiçoaram as técnicas de arar, — mas, comparando os venezianos com outros nobres proprietários de terra na Europa, é notável a falta de tratados sobre agricultura editados por sociedades agrícolas nobres e escritos por nobres.[26]

Se não é clara a quantidade exata de interesse que os membros da elite tinham pelos detalhes da administração das propriedades, é ainda menos claro o modo como tratavam os camponeses que dormiam nos estábulos ou viviam em cabanas de palha enquanto seus mestres moravam em palácios. A questão camponesa é discutida em dois tratados sobre agricultura, escritos no século XVII, para os nobres proprietários de terras no Vêneto. G. B. Barpo, um volúvel clérigo de Belluno, insinuou que uma propriedade seria uma delícia, se não fossem os camponeses, que são perversos, invejosos, orgulhosos e obstinados. Agostinetti, já citado, adotava uma linha mais moderada, afirmando

saber que alguns camponeses "põem água no vinho ou enganam de outras maneiras", mas reconhecendo que "também há bons camponeses". Segundo este autor, generosidade da parte do proprietário é um bom investimento: "bons proprietários têm bons trabalhadores". Sua atitude para com os camponeses é essencialmente manipuladora e, em certo trecho de seu livro, discute a escolha de arados e de arrendatários ao mesmo tempo: o camponês também era um instrumento. Um comentário sobre o nobre veneziano proprietário de terras pode ser lido por qualquer um que se digne a passar os olhos em *Il Barbaro*, a famosa coleção veneziana de árvores genealógicas com notas sobre as vidas de indivíduos, onde mais de uma vez irá encontrar a nota lacônica: "assassinado pelos camponeses" (*ammazzato da'contadini*).[27]

No caso de Amsterdã, as declarações de renda (*Kohieren*) são novamente a melhor fonte para se examinar a riqueza da elite.[28] Houve tributações em 1585, 1631, 1674 e 1742. O imposto era o "dois centésimos", 5% da propriedade. Em 1585, 65 indivíduos ou famílias tiveram de pagar um tributo de cinqüenta florins ou mais; dezoito membros da elite, cerca da metade da elite na época, pertencem a este grupo, e os homens com a tributação mais elevada em Amsterdã eram o burgomestre Dirck Graeff*, que pagou 210 florins, e o burgomestre Wilhelm Baerdesen*, que pagou duzentos florins. Em 1631, cem indivíduos ou famílias tiveram de pagar um tributo de quinhentos florins ou mais, o que significava que deveriam valer 100 mil florins ou mais; dezesseis destes eram membros da elite, e a maior fortuna, de 500 mil florins, foi declarada pelos herdeiros do falecido burgomestre Jacob Poppen*. Em 1674, 259 indivíduos ou famílias tiveram de pagar um tributo de quinhentos florins ou mais; incluíam-se aí 35 membros da elite, dentre os quais o mais rico era Joan Corver*, com um patrimônio de 419 mil florins (sete anos mais tarde, ele se tornou burgomestre). Depois disso, não houve nova tributação até 1742, quando um imposto sobre a renda substi-

tuiu o antigo imposto sobre a propriedade: 103 pessoas declararam uma renda de 16 mil florins ou mais, e 27 membros da elite pertenciam a esta categoria. Os burgomestres D. Trip*, J. Six* e L. Geelvinck* eram, respectivamente, o segundo, o terceiro e o quinto indivíduos mais ricos.

Obviamente, o historiador não pode aceitar estas declarações em seu valor nominal, assim como não pode aceitar as de Veneza ou de qualquer outro lugar. Em alguns casos, as declarações podem ser checadas em outras fontes e consideradas deficientes: Jacob Poppen* deixou 920 mil florins quando morreu, em 1624, mas o patrimônio de seus herdeiros foi estimado em apenas 500 mil florins, em 1631; o patrimônio de Dirck Bas* foi avaliado em 100 mil florins, em 1631, mas ele deixou 500 mil florins, em 1637; os 240 mil florins declarados por E. Trip, em 1674, eram apenas 20 ou 25% de sua riqueza real, segundo um estudo recente. Por outro lado, algumas das quantias que aparecem nas declarações podem ter sido exageradas: o patrimônio de Andries de Graeff*, por exemplo, foi avaliado em 292 mil florins, em 1674, mas a tributação foi fruto dos esforços de seus inimigos políticos G. Valckenier* e Nicolaes Witsen*. De Graeff* sabia que eles estavam querendo pegá-lo, e mudou de residência, deslocando-se para Utrecht a fim de fugir aos impostos de Amsterdã, mas esta manobra fracassou. Provavelmente foi um partidário de sua facção que pregou um papel na Câmara Municipal, com a inscrição "Mateus 17.24-27". São Mateus diz que "Jesus perguntou a Pedro: 'De quem os reis da terra cobram taxa alfandegária ou tributo? De seus próprios filhos ou de estranhos?'. Pedro respondeu-lhe: 'De estranhos'. Jesus lhe disse: 'Então os filhos estão isentos'".[29] Os intervalos entre as tributações permitem que alguns homens extremamente ricos escapem da rede, como os dois burgomestres milionários Alexander Velters*, que deixou um milhão de florins quando morreu, em 1719, e Jeronimus de Haze*, que deixou três milhões quando morreu, em 1725.

Os registros de impostos de Amsterdã, ao contrário

dos venezianos, não dizem como a fortuna de um homem era constituída. Para isso, é necessário recorrer a outros tipos de fonte.[30] Com base nessas fontes alternativas, parece que a elite de Amsterdã investia em casas, terras, navios, ações e títulos. Um resultado da grande expansão de Amsterdã no século XVII foi a inflação do preço das casas, que eram quase sempre divididas entre vários proprietários — assim, Josias van de Blocquery* possuía 5/32 de uma casa em Amsterdã. As casas eram um investimento seguro, mas não muito lucrativo; em 1622, estimava-se que rendiam 3% ao ano.[31]

Como as casas, as terras proporcionavam um lucro seguro, embora escasso, de 3% ao ano.[32] Cerca de 30% dos membros da elite parecem ter sido proprietários de algum pedaço de terra, mas não é inteiramente claro para que fins a terra era usada. O padrão parece ser diferente em cada um dos poucos casos de que se conhecem alguns detalhes. Joannes Hudde* foi descrito como um "criador de gado" (*ossenweider*); apesar disso, ele não possuía uma grande extensão de terra, apenas o equivalente a pouco mais de 4 000 florins. O trecho maior tinha aproximadamente 15 *morgen* de terra perto de Sloterdijk, um pouco além dos limites de Amsterdã, e nele havia casas de camponeses. Os camponeses cuidavam de seu gado?[33] Fredrik Willem van Loon* tinha uma fazenda, "Treslong", mas também pequenos pedaços de terra que parecem ter sido arrendados como "residências".[34] A terra de Marten van Loon*, ao contrário de outras, tinha direitos senhoriais. Jacob de Graeff* tinha um intendente (*drossard, rentemeester*) administrando sua propriedade rural de Zuidpolsbroek. Não sei se esta prática era geral.[35]

Um terceiro investimento possível, popular no final do século XVI e começo do século XVII, era em navios. Quando Cornelisz Joriszoon* casou-se com Grietge Backer, em 1588, tinha um patrimônio de 24 mil florins, dos quais 2 mil estavam investidos em navios, isto é, em empreendimentos comerciais.[36] No início do século XVII, com a ascen-

são da VOC (a Companhia Unida das Índias Orientais), esta forma de investimento foi substituída pelas ações (*actien*). As ações não eram um investimento seguro num período e numa cidade em que a especulação na Bolsa de Valores já era uma arte refinada, mas havia a possibilidade de enormes lucros. Quando o almirante Piet Hein capturou a frota de prata espanhola, em 1628, a Companhia das Índias Ocidentais pagou um dividendo de 50%. Quanto à VOC, seu sucesso pode ser medido pelo fato de Nicolaas van Bambeeck*, por ocasião de sua morte, em 1722, ter "ações antigas" da VOC cujo valor nominal era de 21 mil florins, enquanto seu valor real era de 146 mil florins.[37] Para diminuir o risco, os proprietários de ações distribuíram seus valores mobiliários entre companhias diferentes e câmaras diferentes da mesma companhia. Alexander Velters* tinha ações na VOC (câmara de Amsterdã), mas também nas câmeras da VOC em Delft e Enkhuizen. Jeronimus de Haze* investiu na Companhia Inglesa dos Mares do Sul, bem como em companhias holandesas.[38]

Uma quarta forma de investimento era em títulos (*obligatiën*), isto é, em empréstimos, usualmente à cidade de Amsterdã ou à província da Holanda. Dizia-se que esse investimento rendia 5 ou 6% ao ano, em 1622, quase o dobro do que rendiam casas ou terras; mas, em 1679, Amsterdã estava pagando juros de apenas 4%.[39] A VOC também tomava dinheiro emprestado dessa maneira. Um método de investimento na dívida pública era a compra de *rentebrieven*, ou anuidades, que podiam ser compradas e vendidas como ações (uma espécie de anuidade — a *losrente brief* — mostrava-se especificamente resgatável). Outra espécie era a anuidade de vida, que expirava com a morte do detentor do título.

É obviamente importante saber em que proporções a riqueza da elite de Amsterdã estava distribuída entre essas quatro formas de investimento. Infelizmente, só é possível dar uma resposta precisa a esta pergunta num pequeno número de casos, e a maioria deles (quinze, para ser exato) pertence ao começo do século XVIII. Tomando esses casos

como base, parece que um modelo típico de investimento para um membro da elite, por volta do ano de 1700, teria sido investir cerca da metade de sua riqueza em títulos; aproximadamente 32% em ações; 12% em casas; e 6% em terras. Evidências mais dispersas do começo do século XVII sugerem que, por volta de 1600, a terra era uma forma muito mais importante de investimento, sendo responsável por aproximadamente 30% da riqueza. A importância dos títulos era muito menor. Adquiriam-se ações em viagens específicas de navios específicos. (Para as provas que fundamentam este parágrafo, ver o Apêndice.)

Como não havia nobres, os membros da elite de Amsterdã eram quase sempre descritos pela ocupação, de modo que é possível dizer alguma coisa sobre a maneira como ganhavam o seu dinheiro e não apenas sobre como o investiam.[40] Quase a metade da elite era descrita como algum tipo de comerciante: comerciantes de arenque, por exemplo, como Cornelisz Joriszoon*, Gerrit Delft* ou C. P. Hooft*, que, aliás, também era um comerciante de cereais, assim como Jacob Coppit* ou Claes van Vlooswijck*. Estas eram as ocupações tradicionais de Amsterdã, bem como a de comerciante de madeira (Harmen van de Poll* e seu filho Jan van de Poll*) e a de comerciante de cordame (Pieter Boom*, Jan Verburch), ou a de fabricante de sabão, como vários membros da família Spiegel, ou a de cervejeiro, a ocupação com que os Bicker ganharam o seu dinheiro. Por volta de 1600, essas ocupações eram as dominantes, mas a partir de então o padrão começou a mudar.[41] Alguns membros da elite foram rápidos em ingressar no novo, perigoso e lucrativo comércio com as Índias. Gerrit Bicker* estava passando da fabricação de cerveja para o comércio com as Índias Orientais antes de sua morte, em 1604, e Hendrick Hudde* já estava envolvido nesse comércio, em 1594. Um terço da elite ocupava o cargo de diretores da VOC, da Companhia das Índias Ocidentais ou da Sociedade do Suriname. Mais para o fim do período, a atividade de banqueiro tornou-se uma ocupação importante, pelo menos

em dedicação parcial a essa atividade combinada com o comércio, como no caso de Balthasar Scott* ou de seu pai Everard Scott*, Daniel Hochepied* ou Jean Deutz*. A impressão e venda de livros tornou-se importante em Amsterdã no curso do século XVII, e o rei dos impressores amsterdameses era, certamente, o Dr. Joan Blaeu*, que tinha em Bloemgracht a maior e a mais moderna prensa da Europa. Ele fazia mapas para a VOC e também estava envolvido no tráfico de escravos para as plantações de Virgínia.[42]

Quatorze membros da elite são descritos como "vendedores de produção diária" (*zuivelkooper*) ou "criadores de gado" (*ossenweider*). Seria possível chamá-los de proprietários de terra *entrepreneurs*. Criar gado significava importar animais magros da área de Holstein, engordá-los e vendê-los para alimentar a crescente população de Amsterdã — uma ocupação que se tornava cada vez mais importante, se tomarmos como base de argumentação o fato de que, em 1660, o mercado de gado dinamarquês foi deslocado de Enkhuizen para Amsterdã.[43] Este grupo inclui Balthasar Appelman* e Joannes Hudde* e, se for acrescentado ao dos comerciantes, então os dois juntos abrangeriam mais da metade da elite. Uma outra forma de procedimentos empresariais consistia na drenagem de terras, em especial a drenagem de Purmer e de Beemster. Dos dezesseis principais proprietários de terra (*hoofd-ingelanden*) de Beemster, em 1608, quatro eram membros da elite: Pieter Boom*, Barthold Cromhout*, Jan ten Grootenhuis* e Jacob Poppen*. Este empreendimento espetacular e lucrativo (muito notável pelo uso de moinhos de vento num programa de drenagem de terras) talvez ajude a explicar como Jacob Poppen* e outros (p. 80 acima) tinham a grande extensão de terras que possuíam.[44]

Trinta membros, ou pouco menos de 10% da elite de Amsterdã, eram profissionais: advogados em sua maioria, como os três advogados de uma única família, Cornelis Cloeck*, Nanning Cloeck* e Pieter Cloeck*; mas também alguns médicos, sendo exemplos mais famosos Martin Coster* e Nicolaes Tulp*. Este também era o caso de Jan van Hartoghvelt*, para quem os adversários políticos arrumaram certa vez uma visita a um doente, porque não desejavam que ele assistisse a uma reunião crucial do conselho. Havia também alguns oficiais navais, dos quais o mais conhecido é Jacob van Neck*. Trinta e nove membros da elite eram diretores de companhias, mas não eram descritos como comerciantes ou advogados; é difícil saber se devem ser considerados comerciantes ou burocratas. Setenta e sete membros da elite, ou pouco menos de 25%, não tinham nenhuma descrição ocupacional. É perigoso argumentar a partir desta evidência negativa, mas em muitos casos também temos evidências positivas de que estes homens eram o que seus contemporâneos chamavam de *renteniers*, homens que viviam dos juros de seus títulos. Estes *renteeners* (como Sir William Temple traduziu o termo holandês) são casos clássicos do que chamamos de *rentiers* e incluíam F. W. van Loon*, Jacob Bicker* e Nicolaas van Bambeeck*.

A característica mais notável deste breve exame é certamente que, embora a elite de Amsterdã tenha sido definida, em primeira instância, segundo critérios políticos, mais da metade apresentou um envolvimento com o comércio, e um terço esteve em conexão com as Companhias das Índias Orientais e Ocidentais. Não há dúvida quanto à conexão entre a base econômica da elite e algumas de suas atitudes políticas. Há indivíduos poderosos de quem se poderia dizer, sem cometer injustiça, que se comportavam como se os interesses das Províncias Unidas fossem um negócio, e como se o que era bom para a VOC também era bom para a República Holandesa. As ligações entre negócios, política e guerra mostravam-se até mais estreitas do que as ligações que C. Wright Mills encontrou na "elite de poder" dos Estados Unidos, na época da guerra da Coréia. Os fabricantes de munições no conselho da cidade de Amsterdã incluíam Reynier Cant*, Louys Trip* e Gillis Sautijn* (os dois últimos, inseridos pelo *stadholder* Gui-

lherme III, favoreciam a sua política de guerra, quando a maioria do conselho da cidade favorecia a paz). Abraham Boom* e Jan Geelvinck vendiam navios para a Espanha no começo do século XVII, e Andries Bicker* supria a Espanha com a prata que era usada para pagar as tropas espanholas nos Países Baixos. Não é de admirar que o conselho da cidade comentasse, em 1607, que a paz seria a ruína "destas terras".[45]

A última pergunta a ser respondida sobre a base econômica da elite de Amsterdã é: eram eles *rentiers* ou *entrepreneurs*? É uma pergunta difícil, porque envolve não apenas um padrão de investimento, mas (como já se observou no caso da elite veneziana) um conjunto de atitudes. O burgomestre F. H. Oetgens* possuía uma considerável quantidade de propriedades urbanas, e um homem que vive do arrendamento de casas parece um *rentier*, mas Oetgens* era, de fato, um experimentado e inescrupuloso especulador com imóveis: era *stadsfabriekmester* de Amsterdã (planejava a expansão urbana); comprou, então, terras fora das muralhas da cidade, perto do Portão Haalerm, e depois planejou a expansão da cidade exatamente nessa direção, de modo que sua propriedade foi consideravelmente valorizada. C. P. Hooft* protestou contra o que Oetgens* estava fazendo, queria que a cidade tomasse conta das terras, mas Oetgens* conservou-as em seu poder.[46] Não é de admirar que um amsterdamês espirituoso tenha chamado parte da cidade de "Jordaan", "a terra prometida", e que o nome tenha vingado. Também Jacob Poppen*, com seus investimentos em terras, lembra um *rentier*, mas ele estava muito envolvido em "projetos de desenvolvimento", drenando o Beemster. Muito estranhamente, parece que a elite de Amsterdã tinha uma atitude mais empresarial quando estava envolvida com terras no começo do século XVII, e que a opção de deixar as terras para investir nos títulos e o surgimento de atitudes *rentier* aconteceram ao mesmo tempo.

Resumindo: o único aspecto que deveria ser possível

comparar com precisão nas duas cidades é a riqueza, mas é de fato difícil dizer qual dos dois grupos é o mais rico. O problema não é o de converter ducados em florins, mas o de comparar informações sobre renda com informações sobre propriedades. Uma estimativa plausível da riqueza média de um membro da elite veneziana, em 1711, seria 150 mil ducados, o que pode ser convertido em 300 mil florins. Para uma estimativa comparável da riqueza da elite de Amsterdã, é necessário voltar a 1675. A riqueza média de um membro da elite era, então, 167 mil florins, pouco mais do que a metade da riqueza de seu equivalente veneziano — uma conclusão surpreendente para o final do século XVII, quando Amsterdã estava no auge de seu desenvolvimento e Veneza, em seu declínio.[47]

Outras comparações são mais vagas e mais simples. Vamos supor que se descrevam *rentier* e *entrepreneur* como tipos econômicos e psicológicos contrastantes. *Rentiers* adotam uma atitude passiva para com a sua riqueza, *entrepreneurs* adotam uma atitude ativa. Por esta definição, Veneza parece ter sido predominantemente *rentier* (com alguns *entrepreneurs*), enquanto Amsterdã era predominantemente *entrepreneur* (com muitos *rentiers*). Em ambos os lugares, há uma substituição de *entrepreneurs* por *rentiers* durante o século XVII, uma mudança que será assunto de um capítulo posterior. A este contraste principal estão associadas outras diferenças: a terra era um investimento importante em Veneza, mas não em Amsterdã; investimento em sociedades anônimas mostrava-se importante em Amsterdã, mas inexistente em Veneza; Veneza talvez tenha sido colonialista na Itália Setentrional, mas os venezianos deixaram escapar o colonialismo muito mais lucrativo nas Índias.

Em alguns casos venezianos, os lucros do cargo eram um meio importante de adquirir riqueza. Esta fonte tinha relativamente pouca importância em Amsterdã, exceto, talvez, no caso do *schout*, ou xerife. Por volta de 1650, sua renda oficial era de quinhentos florins, mas a não oficial

importava aproximadamente em 6 mil florins.[48] Em geral, os lucros da política eram mais indiretos em Amsterdã. Consistiam essencialmente em influenciar a política externa da República Holandesa, fazendo-a tomar a direção que os negociantes de Amsterdã desejavam. Tratar a política com uma fonte de lucro era natural no século XVII, mas talvez choque o europeu moderno e, possivelmente, fique mais fácil a compreensão deste fato, de modo algum restrito a Veneza e Amsterdã, se o leitor lembrar que a política também era uma fonte de perdas, que alguns homens arruinaram-se para viver no estilo exigido pelos cargos políticos que exerciam. O estilo de vida e os padrões de consumo das duas elites formam o assunto do próximo capítulo.

Estilo de vida

Deixando a maneira como a riqueza era produzida e investida, vamos agora nos voltar para o modo como as duas elites a consumiam e para o tipo de vida que este consumo tornava possível. Cada um dos dois grupos tinha, além de suas atitudes e valores característicos (a serem descritos no próximo capítulo), o seu próprio modo usual de caminhar, falar, trabalhar ou descansar, formado pelo ato de ensinar as crianças a imitarem um ideal particular.[1]

O estilo veneziano era o estilo de uma nobreza que usava brasões e vivia fascinada pela genealogia. *Il Barbaro*, uma compilação das árvores genealógicas de toda a nobreza veneziana, teve início no final do século XVI. Os procuradores eram uma espécie de nobreza mais elevada e usavam roupas especiais (azuladas ou purpúreas e com mangas que se arrastavam pelo chão) que os faziam sobressair no meio dos outros nobres; depois de sua eleição, o ingresso em seu novo status era cerimonioso, ao som de trombetas, tiros de canhões e retratos expostos nas ruas; distribuíam pão, vinho e dinheiro ao povo e seguiam em procissão desde a igreja de S. Salvador até a de S. Marco.

Em outros aspectos, os venezianos eram, segundo padrões europeus, uma nobreza muito incomum. Suas longas túnicas pretas deixavam claro que pertenciam antes à

toga que à espada. Apesar do fato de alguns deles terem ilustres carreiras navais, eram essencialmente civis. Em geral, os nobres venezianos não usavam espada em público. Como os mandarins chineses, a quem se assemelhavam em mais de um aspecto, os nobres venezianos montavam tradicionalmente mal. No século XV, o humanista florentino Poggio registrou uma piada sobre um veneziano incapaz de reconhecer o seu próprio cavalo, e, no começo do século XVII, um viajante inglês, Coryat, observou: "Vi apenas um cavalo em toda a cidade de Veneza durante as seis semanas em que ali residi".[2]

Igualmente incomum para uma nobreza, o tradicional estilo de vida veneziano era antes de frugalidade que de ostentação. O doge Lunardo Donà* é um bom exemplo para se dar, porque no começo do século XVII os contemporâneos consideravam-no um modelo de nobre veneziano. Era econômico a ponto de chegar a ser avaro. Recomendou a seus herdeiros que vivessem simplesmente, e comprou a sua própria carruagem de segunda mão.[3] Quando Zuan Sagredo* era embaixador em Paris, assim rezava a história contemporânea, retornava da audiência com o rei e mandava os criados tirarem as librés, para não estragá-las.[4] Sobre a nobreza em geral, Coryat comentou que "eles não mantêm um séquito grandioso, nem oferecem uma hospitalidade digna, mas uma mesa muito frugal", apesar da riqueza de alguns deles. Observou o fato de que os nobres podiam ser vistos comprando alimentos nos mercados, atividade que ele achava estar abaixo da dignidade de seu status.[5] Esse ideal era encorajado por leis suntuárias promulgadas pelos *provveditori alle pompe*, os "superintendentes da pompa"; leis suntuárias eram bastante comuns na Europa do século XVII, mas aplicavam-se à nobreza. Em 1658, por exemplo, os nobres venezianos estavam proibidos de comer em pratos de prata, e os convidados em banquetes não podiam comer mais de setecentos gramas de maçapão numa assentada.[6]

Seriedade e dignidade também eram altamente apre-

ciadas pelos nobres venezianos. Seus mantos forçavam-nos a caminhar de modo lento e majestoso, e o uso de gôndolas tornava os seus deslocamentos ainda mais imponentes. Alguns membros da elite eram notáveis pela sua dignidade. Observou-se que o doge Francesco Morosini* nunca cruzava as pernas em público. Nicolò Corner* foi descrito como tendo uma "bela presença" (*bellissima presenza*) e uma maneira régia. Esse estilo cultural formou-se pela imitação dos velhos, pois o doge e os procuradores eram usualmente velhos. Dos 25 doges eleitos entre 1578 e 1720, a idade média na época da eleição era de 67 anos. Fynes Morrison, que visitou Veneza em 1594, fez o comentário perspicaz de que os venezianos parecem velhos cedo, "e antes parecem do que realmente são velhos".[7] Em que outro lugar senão Veneza se poderia chamar o grupo liderado por Donà* de os "jovens" (*giovanni*)? Donà tinha 46 anos, em 1582, e setenta anos quando foi eleito doge. A cerimônia também fazia parte do estilo veneziano. Coryat notou que os nobres venezianos "despedem-se com uma mesura através de gestos muito polidos e corteses, como inclinar o corpo e bater a mão direita sobre o peito". Um outro visitante comentou sobre o hábito que tinham de beijar a manga de um homem como uma forma de cumprimento.[8]

Um outro ingrediente do estilo cultural veneziano era o silêncio. As pinturas alegóricas do final do século XVI no Palácio do Doge incluíam não apenas a "fama" e a "vitória", mas também a "taciturnidade". Lunardo Donà* escreveu um lembrete para si mesmo: "não seja loquaz" (*non esser loquace*).[9] Uma inescrutabilidade estudada era o ideal. "Nunca se sabe se ele ama ou odeia alguma coisa", escreveu Sarpi sobre Donà*. Não era apenas no carnaval que os venezianos usavam máscaras. Seu interesse pela simulação e dissimulação talvez tenha relação com as suas visitas diárias ao *broglio* (p. 97 abaixo). Antonio Colluraffi, um preceptor particular de alguns nobres venezianos, aconselhava os nobres no *broglio* a penetrarem nos pensamentos dos outros "a fim de se adaptarem melhor a seus humores"

(*per potessi a'loro humori più agevolmente conformare.*) Antonio Ottobon*, em seus conselhos ao filho, recomendou que ele tomasse Proteu como modelo e agradasse a todos, sendo todas as coisas para todos os homens (*Tu dovrai qual Proteo mutar figure per renderti grato ad ognuno*). Um observador mais hostil sugeriu que os nobres venezianos "dissimulam bastante a respeito de si mesmos e, por mais que possam odiar alguém, sempre mostram uma face amistosa".[10] Se os contemporâneos achavam difícil compreendê-los, é melhor que o historiador do século XX tome cuidado ao estudar a nobreza veneziana.

Portanto, o estilo de vida do nobre veneziano era marcado pela frugalidade, pela seriedade e pela prudência. Sua nota dominante era o autocontrole. O etos desencorajava comer, beber, falar e gastar dinheiro além do necessário. Lunardo Donà* acrescentou a isto um voto de castidade, e de Nicolò Contarini* dizia-se que morreu virgem. Esperava-se que o indivíduo suprimisse seus próprios desejos por amor a sua casa e por amor a Veneza. "Eu gostaria de ser conhecido na cúria romana como embaixador de Veneza... e não como Lunardo Donà; e, da mesma forma, em Veneza, como senador desta pátria... e não pelo meu nome particular". Donà* pediu que seus herdeiros gastassem apenas quinhentos ducados no seu monumento. Modéstia ou avareza, ela passou além do túmulo. Muitos membros da elite declaram em seus testamentos que desejam ser enterrados sem pompa alguma (o que era incomum para um nobre do século XVII), e Ferigo Contarini* chegou ao ponto de impor os seus desejos com uma penalidade para o não cumprimento que implicava a perda de 10 mil ducados.[11]

Um observador do século XVII achou nesse estilo de vida, e talvez particularmente em sua seriedade e cerimônia, semelhanças com um estilo "espanhol". Mas, durante o século, veio a surgir um estilo rival "francês": mais aberto, mais brilhante, mais generoso, mais relaxado. Nicolò Corner* foi descrito como amistoso e até "jovial"; Piero Dolfin* era alegre, agradável e cheio de promessas que

não cumpria; Francesco Contarini* tinha "modos gentis" (*una dolce maniera*): o doge Domenico Contarini* impressionou um visitante francês pela sua *douceur* e sua *affabilité*.[12] Até mesmo montar a cavalo estava se tornando mais popular entre os jovens nobres no período. Em 1600, o *podestà* e o *capitano* organizaram uma justa em Pádua e, a partir da metade do século XVII, havia uma escola de equitação em Veneza, La Cavallerizza, em Mendicanti. Finalmente, embora seja difícil medir esse fato, tem-se a impressão de que crescia o consumo ostentatório.[13]

Entre os nobres venezianos, uma idéia de frugalidade pessoal coexistia com uma ênfase na pompa pública, para honrar a família ou o Estado, *il publico decoro*, como Francesco Erizzo* a descrevia.[14] Domenico Contarini* referiu-se em seu testamento ao "luxo" necessário para manter o estilo de um doge (*sostener si gran grado*). Há evidências dessa ênfase na pompa pública, fossem quais fossem os gastos, durante todo o período. Quando Henrique III visitou Veneza em 1574, foi recebido suntuosamente por Ferigo Contarini* em sua vila em Mira, às margens do Brenta; e quando o pequeno príncipe alemão Ernst August visitou Veneza em 1685, foi recebido suntuosamente por Marco Contarini* em sua vila em Piazzola; seu anfitrião até encenou uma batalha naval simulada no terreno da vila.[15] Exercer um cargo elevado implicava grandes despesas. Marin Grimani* gastou 6 943 ducados com as celebrações de sua eleição para doge, em 1595 (era próprio de um nobre veneziano registrar suas despesas de modo preciso).[16] Servir como *rettore* no continente podia ser dispendioso. Andreas Contarini* refere-se em seu testamento à "enorme despesa" exigida, quando foi *rettore* em Udine. Os contemporâneos comentavam a "pompa" com que Zuanbattista Corner* exerceu o cargo de *provveditore* de Peschiera e de *capitano* de Bergamo, na década de 1640.[17] Um outro cargo dispendioso era o de *capitano generale da mar*, porém o mais dispendioso de todos, segundo todas as probabilidades, era o cargo de embaixador, e não era raro que os inimigos de um homem fizessem intrigas para que fosse nomeado em-

baixador, a fim de arruiná-lo.[18] Comentava-se que Nicolò Corner* teria gasto 20 mil ducados em alguns dias numa embaixada extraordinária junto ao imperador. Esta cifra não deveria ser levada muito a sério. De uma embaixada extraordinária junto ao imperador, empreendida por Anzolo Contarini* e Renier Zen*, conservou-se um registro detalhado das despesas:[19] a viagem de ida e volta custou-lhes 2 500 ducados. Isso incluía o custo de transportar e alimentar o séquito, além de despesas incidentais como gorjetas para os trombeteiros, esmolas para as igrejas ao longo do caminho e a pintura de escudos para deixar nas estalagens em que se hospedaram. Ainda assim, 2 500 ducados era muito dinheiro para se gastar em poucos dias, e um embaixador ordinário mantinha o seu posto durante aproximadamente três anos. Não é de admirar que, no final do século XVII, fosse às vezes difícil encontrar nobres que aceitassem a nomeação. Alvise Pisani* foi nomeado embaixador para a França em 1698, depois de quatro candidatos anteriores terem recusado. Sendo um Pisani de S. Stefano, ele podia arcar com as despesas.

A elite de Amsterdã não tinha um estilo tradicional tão consciente, talvez porque não pertencesse a um estamento, mas a uma classe; não fazia parte de um grupo formalmente definido, mas de algo mais informal. É verdade que alguns deles eram nomeados cavaleiros em conseqüência de missões no exterior: Reynier Pauw* foi nomeado tanto por James I como por Luís XIII; Dirck Bas*, por Gustav Adolf, e Willem Backer* tornou-se cavaleiro de S. Marco, em Veneza, em 1647. Alguns membros da elite compravam propriedades rurais com títulos a elas ligados. Jacob de Graeff* passou a ser *Vrijheer* de Zuid-Polsbroek, depois de comprar essa propriedade ao príncipe de Aremberg, em 1610; Cornelis Bicker* tornou-se *Heer* de Swieten, depois de comprar a propriedade de Swieten, perto de Leyden, em 1632; Joan Huydecoper* tornou-se *Heer* de Marsseveen, depois de comprar essa propriedade, em 1640. No começo do século XVII, já se podem encontrar alguns membros

da elite compilando árvores genealógicas e tentando provar ascendência nobre. Gerard Schaep* zombou de um outro patrício por este "se vangloriar de sua árvore genealógica" (*die ydele glorie van sijn geslachtboom*), mas seus documentos ainda existem para mostrar que ele próprio acreditava que a sua família descendia da nobreza silesiana.[20] Andries de Graeff* alegava descender dos von Graben, uma família nobre do Tirol. Entretanto, este grupo dentro da elite (provavelmente uma minoria) não era formalmente distinta do resto. Ninguém poderia ter listado os patrícios de Amsterdã exatamente como o livro de ouro listava os patrícios de Veneza. A elite de Amsterdã não usava mantos oficiais como o doge, procuradores e senadores de Veneza. Em ocasiões oficiais, usavam as mesmas roupas ou casacos pretos que os profissionais e comerciantes em geral usavam. Seus movimentos não eram particularmente cerimoniosos. Embora vivessem em canais, não deslizavam em gôndolas, mas caminhavam nas ruas como todo mundo. O embaixador britânico, Henry Sidney, observou com surpresa que o burgomestre Gillis Valckenier* "anda sem um criado": "Ele anda pela rua exatamente como qualquer comerciante". Um outro embaixador britânico, Sir William Temple, generalizou a questão quando escreveu que os burgomestres de Amsterdã "não se vêem obrigados, por seus hábitos, seu séquito e suas mesas, a nenhuma despesa maior do que a dos modestos cidadãos comuns". Ao contrário, "aparecem em todos os lugares com a simplicidade e a modéstia dos outros cidadãos".[21] Esse ponto também impressionou os venezianos. Ao visitar a República Holandesa, em 1610, Tommaso Contarini ficou impressionado com o estilo de vida simples do país, ao qual, em sua opinião, os venezianos não tinham nada que se comparasse nem na época de seus ancestrais.[22]

O estilo de Amsterdã parece realmente ter se tornado um pouco mais grandioso durante o período. Nicolaes Tulp* atacou festas de casamento suntuosas e conseguiu que fosse aprovada uma lei contra essas comemorações,

em 1655; isto não impediu Louys Trip* de gastar 8 300 florins no casamento de sua filha Anna Maria com Wouter Valcknier*, em 1670 (dinheiro bem gasto, pois essa aliança ajudou-o a entrar no Conselho da Cidade, em 1672). No século XVIII, essas mudanças ainda foram mais além e podem ser ilustradas com as tributações de 1742, quando se colheu informação sobre símbolos de status como casas de campo, carruagens e cavalos. As casas de campo tornaram-se maiores no século XVIII e imitavam ainda mais as francesas. As roupas também simbolizavam uma importante mudança no estilo de vida dos regentes holandeses em geral. No século XVII, eles usavam o preto sóbrio; no século XVIII, pintaram-se com roupas coloridas. Não se considerava o autocontrole uma virtude tão importante como antes.

É claro que havia variações dentro dos dois grupos, bem como diferenças entre eles. Os venezianos incluíam tanto um rude lobo-do-mar como Francesco Molin*, famoso por beber muito e pela sua maneira direta e grosseira de falar, como Pietro Basadonna*, "um cortesão polido e astuto" (*scaltro e raffinato cortigiano*), que estava sempre sorrindo de modo sardônico.[23] Diferenças como estas não eram apenas diferenças entre temperamentos individuais, mas de estilo cultural associadas a diferenças de papel social: a elite veneziana, que monopolizava o poder em todo o Estado, precisava de oficiais navais como Molin* e de diplomatas como Basadonna*; em Amsterdã, havia uma variedade menos espetacular, porque havia menos necessidade de variedade. Os amsterdameses eram, sobretudo, um grupo de comerciantes, e a maior parte dos diplomatas e oficiais navais holandeses vinha de outros lugares. C. P. Hooft* e Reinier Pauw* tinham atitudes muito diferentes, mas um estilo de vida semelhante.

Como a *noblesse de robe* francesa, mas ao contrário da maioria das nobrezas européias do século XVII, as elites de Amsterdã e de Veneza eram essencialmente grupos urbanos.

Em Veneza, a residência principal de cada ramo do clã não era a vila ou vilas no continente, mas o palácio na cidade. O ramo podia levar o nome da parte de Veneza onde estava situado o palácio, como os Foscarini *ai carmini*, na paróquia da igreja carmelita, ou os Grimani *ai servi*, na paróquia dos servitas. Era no palácio da cidade que se gastava a maior parte do dinheiro e que se passava a maior parte do ano. A elite precisava ficar na cidade. Em primeiro lugar, por razões políticas: o Estado era governado a partir do palácio do doge, onde se davam as reuniões do Grande Conselho, do Senado, do Colégio e do Conselho dos Dez. O doge não podia sair de Veneza sem permissão; outros nobres podiam deixar a cidade quando desejassem, mas o Senado reunia-se usualmente todos os sábados (com freqüência muito maior em época de crise), e o Grande Conselho, todos os domingos de manhã. É claro que um conselho de aproximadamente dois mil membros não podia resolver todas as suas questões durante uma manhã por semana; daí a importância crucial de uma outra instituição urbana, o *broglio*. Visitantes estrangeiros observaram que a Piazza de S. Marco e sua *piazzetta* ficavam cheias de nobres "em grandes bandos" todos os dias entre as cinco e as oito da noite. Era ali que a alta nobreza cortejava a pequena nobreza, solicitando seus votos para o domingo seguinte. Um mercado político, como mais de um visitante observou, mas tudo realizado com muita cerimônia e grandes mesuras — se um nobre não se inclinava o bastante, dizia-se que tinha a "espinha dura" (*duro di schiena*) e encontrava dificuldades para conseguir o que queria. É graças a Veneza que *broglio*, no italiano moderno, mudou o seu significado: de "jardim" passou a ser "intriga".[24] A Piazza S. Marco era uma parte importante do "front" para a auto-apresentação dos nobres venezianos; era o palco onde representavam, tendo o povo comum e os visitantes estrangeiros como espectadores, e nesse palco aprenderam as artes da simulação e da dissimulação. O historiador só pode lamentar que se tenha perdido a pintura do *broglio* feita por Pietro Malombra.[25]

Era na cidade que estavam localizadas duas importantes instituições recreativas da nobreza: o salão de jogos (*ridotto*) e a academia. No século XVI, o jogo tinha adotado a forma de apostas, proibidas pelo governo, a respeito das eleições para o Grande Conselho e, no século XVII, tomou a forma politicamente mais inócua de jogar cartas por dinheiro, em salões públicos arranjados para este fim. Entre os entusiastas estavam Bertucci Valier*, Daniele IV Dolfin*, Silvestro Valier* e Giacomo Correr*, que gastava o que ganhava pagando as multas devidas por se recusar a exercer cargos políticos. Não há dúvida de que a estudada inescrutabilidade era um trunfo para os jogadores patrícios.

Quanto à academia, no século XVII já era menos um grupo informal de amigos do que um clube, com um lugar fixo de reuniões, "protetores" e um "emblema" (*impresa*). Era organizada por nobres, embora os plebeus pudessem ser convidados a participar. A Academia Délfica, por exemplo, reunia-se no palácio do senador Francesco Gussoni; seus protetores eram Zuanbattista Corner* e Alvise Duodo*; seu emblema era um tripé com o lema "daqui o oráculo" (*hinc oracula*). Cristoforo Ivanovitch, um famoso poetastro do período, era um dos plebeus que participavam como membros.[26] Duas das academias mais famosas do período foram a "Caçadora" (*Cacciatrice*) e os "Desconhecidos" (*Incogniti*). A *Cacciatrice* reunia-se no palácio do senador Andrea Morosini, e ali Giordano Bruno expôs as suas opiniões. Os membros incluíam Nicolò Contarini*, Lunardo Donà* e, entre os plebeus, Paolo Sarpi, o famoso frade servita, polímato e historiador do Concílio de Trento. Era convenção que durante as reuniões os membros "não se tratassem com cerimônia".[27] Os *Incogniti* foram fundados por Zuanfrancesco Loredan e se reuniam em seu palácio. Seus membros chegavam para as reuniões, bem literalmente incógnitos: usavam máscaras. Isto resolvia o problema da cerimônia numa reunião mista de nobres e plebeus, ao mesmo tempo que possibilitava a expressão de opiniões religiosas não ortodoxas sem o medo das conseqüências — havia

informantes e inquisidores na Veneza do século XVII. Um membro dos *Incogniti* era o famoso "libertino" Ferrante Pallavicino, e permitia-se que mulheres assistissem às reuniões, que tinham uma atmosfera erótica, frívola, porém erudita, um pouco semelhante à de um *salon* de Paris durante o período. Os membros discutiam tópicos como o valor da feiúra, por que o A é a primeira letra do alfabeto e por que Pitágoras fazia objeções aos grãos.[28] Outras duas boas razões para a nobreza veneziana ficar na cidade no outono e no inverno eram a ópera e o carnaval.

Apesar dessa ênfase na cidade, a *villeggiatura* — ir freqüentemente à sua vila no campo — era uma prática veneziana bem conhecida. O lugar mais popular para se ter uma vila ficava ao longo do Brenta; muitas das vilas, mais ou menos dilapidadas, ainda se encontram ali hoje em dia. Vilas eram fazendas — a importância da terra para a elite veneziana já foi discutida —, mas também serviam como residências de veraneio. Assim, Domenico Contarini* falou de uma visita à sua vila em Valnogaredo "para fazer um pequeno descanso naquelas nossas colinas", e Agostini Nani* construiu uma vila em Monselice com um arco na entrada sobre o qual se lia a seguinte inscrição: "Aqui vocês estão de folga; tirem as suas togas" (*Emeritam hic, suspende togam*)[29]. O fluxo e refluxo dos nobres ao longo do Brenta era um acontecimento tão regular quanto as marés. A estação de verão começava em 12 de junho e terminava no fim de julho; a estação de outono começava em 4 de outubro e terminava na metade de novembro. Para o proprietário e seus amigos, a vila era um refúgio da vida da cidade, um meio de escapar dos aborrecimentos, do calor do verão e da política. Ali ele podia estudar ou espantar o tédio quase inevitável com xadrez ou cartas, jogos de salão ou trotes.[30] Perto da vila, podia-se atirar em lebres ou sair num barco com um arco e balas de terracota para caçar aves selvagens. Mesmo quando caçava, o nobre veneziano não montava um cavalo.[31]

Os patrícios de Amsterdã formavam um grupo ainda mais urbano que os de Veneza. Tendiam a se congregar

ao longo de alguns canais, e os mais populares, para os membros da elite, eram o Herenracht e o Keizersgracht, que ainda hoje se conservam mais ou menos como eram em 1700. Por razões políticas, precisavam ficar perto da sede da Prefeitura, onde os burgomestres, conselheiros e magistrados tinham todos as suas câmaras. Não havia *broglio* em Amsterdã, nenhum Grande Conselho a ser cortejado, nenhuma necessidade de formalizar o processo de intriga e barganha, mas a elite também precisava ter ao alcance a Bolsa, a Casa das Índias Orientais, a Casa das Índias Ocidentais e o próprio porto. Por essa razão, ser enviado até mesmo a Haia significava o exílio para um patrício de Amsterdã.

Entretanto, a elite de Amsterdã também não era inteiramente urbana. Eles também tinham as suas propriedades rurais e as suas vilas, ou participações em vilas (pelo menos um terço do grupo); chamavam-nas de fazendas (*hofsteden*), lugares de campo (*buitenplaatsen*), casas de prazer (*lusthuizen*) ou casas de jogo (*speelhuizen*). Esse aspecto de suas vidas não parece ter atraído a atenção que merece, assim como as próprias vilas, a maioria das quais desapareceu.[32] Como os nomes "casa de prazer" e "casa de jogo" sugerem, essas vilas eram lugares para recreação e investimentos; vimos que a terra não era um investimento importante para a elite na última parte do período, quando as referências e vilas são mais numerosas. Os nomes de algumas das casas individuais confirmam esta impressão de que serviam para descanso; *Buitensorg* (Sans Souci), *Tijdverdrijf* (Passatempo) e *Vredenhof* (Porto da Paz) figuram entre esses nomes.[33] Os terrenos favoritos para essas vilas ficavam ao longo do Amstel e ao longo do Vecht, de Muiden a Utrecht. Essa área era uma Arcádia burguesa, evocada em romances como *Arcádia Batava*, de Heemskerk, e *Rosamond Adriática*, de Zesen, que descreve um nobre veneziano vivendo com suas filhas numa vila, às margens do Amstel; ou nas gravuras de *O Triunfante Vecht*, publicado em 1719, que se equiparam às vilas venezianas ilustradas na mesma época por Coronelli.[34] No final do século XVII, constata-se que o Conselho da Cidade reunia-se relativamente poucas vezes em junho e agosto, se é que havia alguma reunião, já que é provável que seus membros tivessem se retirado para as suas casas de prazer.[35] Entretanto, deveria ser enfatizado que o descanso oferecido por estas casas, como no caso das vilas venezianas, era um refúgio temporário, e não uma alternativa permanente para a vida urbana. Neste aspecto, elas se assemelham a seus equivalentes democráticos para os amsterdameses de hoje, os chalés e lotes de terra em Sloterdijk.

Atitudes e valores

Comparados com os outros nobres da Europa do século XVII, os venezianos tinham mais uma peculiaridade que ainda não foi mencionada: gostavam de escrever livros. A nobreza veneziana em seu conjunto publicou mais de cem livros ente 1580 e 1658; as categorias mais populares eram poemas, peças de teatro, discursos, filosofia e história, nesta ordem.[1] Os livros publicados por membros da elite incluem *A Perfeição do Universo*, de Nicolò Contarini*, um estudo geral que faz dele o único membro do grupo a apresentar uma explícita visão de mundo; *Perfeição da Vida Política*, de Paolo Paruta (seus *Discursos* e sua *História de Veneza* foram publicados depois de sua morte); *História de Veneza*, de Battista Nani*; o romance de Zuan Sagredo*, *Arcádia no Brenta*, escrito quando ele era jovem e publicado com um pseudônimo anagramático, e sua *História do Império Otomano*, escrita quando já era maduro e publicada com seu próprio nome; e o trabalho de Nicolò da Ponte sobre geometria, que dizem ter sido publicado no ano de sua morte.[2]

Os tratados inéditos dos membros da elite formam uma coleção de importância quase igual: incluem os poemas de Simone Contarini* e Antonio Ottobon*, o último em dialeto; o tratado sobre a arte da guerra, de Daniele IV Dolfin*; a história de Chipre, escrita por Paolo Tiepolo;

e, o mais famoso de todos, a história de Veneza redigida por Nicolò Contarini*, que teve uma grande circulação em manuscrito.[3] Este último livro não foi publicado por razões políticas: um grupo de trabalho avisou o Conselho dos Dez de que o livro continha máximas de Estado que seria melhor manter secretas.[4] O fato de que os outros não foram publicados sugere a ênfase veneziana no papel do amador cultivado.

Os nobres do século XVII que publicavam livros gostavam freqüentemente de afirmar que não eram escritores profissionais (ainda um grupo de pouco status nesse período), mas em Veneza a idéia do amador parece até mais importante do que em outros lugares e, como vimos, também afetava o seu sistema político. O ideal do amador é expresso de forma muito explícita em *O nobre Veneziano* (1623), de Antonio Colluraffi*, um tratado sobre a educação dos venezianos escrito por um preceptor profissional. Dado este *background*, talvez não seja anacrônico atribuir ao termo *dilettante* (empregado a respeito de um nobre veneziano no diálogo de Boschini sobre pintura) o seu sentido moderno em lugar do significado literal de alguém que sente prazer em realizar alguma coisa.[5] Um nobre veneziano que cultivava superficialmente a literatura declarou: "Sou um cavalheiro veneziano e nunca esperei ser conhecido como literato".[6] Suspeita-se haver ironia atrás desse "esperei". Zuan Sagredo* descreveu os heróis nobres de sua *Arcádia no Brenta* como "bem informados, mas não acadêmicos, mostrando a sua erudição com simplicidade" (*dotti senza professione, eruditi senza ostentatione*).[7] Dizia-se que Zuanfrancesco Loredan, durante algum tempo conselheiro dos Dez e a principal figura literária na Veneza da metade do século, dedicava os seus dias à política e escrevia suas histórias somente à noite.[8] A história de Veneza realizada por Battista Nani deu a um contemporâneo a impressão de ter sido escrita às pressas por um homem preocupado com outras questões.[9] Nani* era, de fato, um diplomata extremamente ativo que foi eleito sete vezes. Talvez a impressão descuidada

criada pela sua história fosse deliberada, um exemplo do que Castiglione chamou de *sprezzatura*, a afetação da ausência de esforço. Nani* era famoso por gozar das boas graças da casa: "Quando ele fala no Senado, todo o lugar fica em silêncio".[10] Mas o Senado não gostava de refinamento; preferia a prosa "ática" à "asiática", um discurso simples ou "senatorial" a um ornado ou "acadêmico".[11] Em suma, os venezianos tendiam a ter um molde pragmático de pensar e preferiam algarismos de aritmética a figuras de retórica. Essa tendência pode ser documentada com os *relazioni*, ou relatórios que os diplomatas de regresso a Veneza e os administradores do continente tinham de ler em público. O tom é ponderado, e eles estão cheios de fatos e números precisos.

Esses relatórios também são uma boa prova do interesse veneziano pela história, pois costumam explicar a situação na França, digamos, ou no Império Otomano, fazendo referências ao passado. Um outro sinal do interesse da elite pela história é o fato de o governo veneziano ter o hábito de nomear historiadores oficiais. As histórias de Paruta*, Contarini* e Nani* foram todas encomendadas dessa maneira.[12] Esse interesse pela história era pragmático; a história deveria ser escrita, observou Nicolò Contarini*, para ajudar nas questões políticas, e não para demonstrar eloqüência. O historiador podia ajudar, era o que freqüentemente se pensava no século XVII, formulando máximas políticas e ilustrando-as com exemplos, de modo a permitir que o leitor extraísse observações para meditação, como fez Lunardo Donà* ao ler a *História da Itália*, de Guicciardini.[13] A história oficial veneziana era, é claro, entre outras coisas, um instrumento de propaganda, o equivalente literário das pinturas históricas no palácio do doge. Mas o interesse pelo passado não era inteiramente utilitário; a biblioteca de Ferigo Contarini*, por exemplo, continha quarenta e cinco livros sobre antigüidades romanas, moedas, medalhas, inscrições, estátuas, triunfos, famílias, religião e disciplina militar.[14] Os nobres venezianos gostavam de se

identificar com os romanos[15], aliás, observe-se sua predileção por termos como "senador", "toga" ou "patrício". O clã Corner (e o clã veneziano era bem semelhante ao *gens* romano) alegava descender dos Cornelii romanos; o Loredan, de Mutius Scaevola, e o Zustinian, do imperador Justiniano.

Há menos evidências de interesse patrício pelas ciências naturais ("filosofia natural" era o termo usado na época), embora tal interesse não deixasse de existir. O exemplo mais conhecido é o de Zuanfrancesco Sagredo, que não era membro da elite, mas um parente próximo de alguns dos membros: tinha relações amistosas com Galileu, que o colocou em dois diálogos; interessava-se por astronomia e magnetismo, tinha a sua oficina e construía ele próprio instrumentos científicos.[16] Outro exemplo importante é Nicolò Contarini*, cujo livro *A Perfeição do Universo* discute (além de Deus e dos anjos) os elementos e os planetas: incentivou as pesquisas médicas do Dr. Santorio Santorio, interessava-se por hidráulica e mandou construir uma "grande máquina" em seu jardim para erguer água.[17] Ele e Lunardo Donà eram visitantes habituais da Accademia Cacciatrice, onde se travavam discussões sobre ciências naturais, e Donà* tinha relações amistosas com Galileu. Battista Nani* e outros membros de sua academia, os "Amantes da verdade" (*Filateli*), interessavam-se por botânica, e Zuanbattista Corner* possuía "instrumentos matemáticos e geométricos".[18]

Porém, não se deve dar demasiada ênfase a esses exemplos. A Cacciatrice interessava-se igualmente por questões de teologia e ética e, em geral, pode-se afirmar que o etos veneziano do amador aristocrático desencorajava a pesquisa científica e permitia apenas duas atitudes para com as ciências naturais: a primeira era um interesse de colecionador (Ferigo Contarini* tinha uma *Wunderkammer* típica dos anos por volta de 1600, que incluía indiscriminadamente minerais e ossos, os testículos de um gato e o chifre de um búfalo)[19]; a segunda era a atitude utilitária de uma elite governante (quando Galileu lecionava em Pádua, Antonio

Priuli* subiu à torre de S. Marco "para ver as maravilhas e efeitos singulares do telescópio do dito Galileu", mas um telescópio também tinha valor prático para uma potência naval).[20] Além de Nicolò Contarini*, Pola Antonio Belegno* e Anzolo Diedo* interessavam-se por máquinas. Belegno* mandou construir uma "máquina hidráulica" para servir o seu palácio e o seu jardim. Essa atitude pragmática ou utilitária é sumariada no tratado de Colluraffi sobre educação, o qual recomenda ao estudante veneziano nobre que abandone "investigações sutis e muito raras" para se dedicar a outras, e que estude matemática apenas na medida em que seja relevante "aos interesses da comunidade".[21] A matemática era associada aos estudos militares numa academia de Pádua para nobres venezianos, a Delia, fundada por Pietro Duodo quando era *capitano* de Pádua, em 1607, por acreditar que as "ciências matemáticas" constituíam conhecimento necessário para "um perfeito cavalheiro e soldado" (*perfetto cavaliere e soldato*). Mais tarde, a Delia teve Zuan Pesaro* como seu "protetor".[22]

Esse breve esboço dos interesses dos nobres venezianos confirma a ênfase corrente na natureza pragmática e empírica do estilo de pensamento veneziano. Mas não seria conveniente esquecer que ele também era profundamente marcado pelo escolasticismo, especialmente pela sua forma local, o aristotelismo da "escola de Pádua". O livro de Nicolò Contarini* sobre a perfeição do universo discute as opiniões de S. Tomás de Aquino, Ockham e Gregory de Rimini. Lunardo Donà interessava-se particularmente pela filosofia de S. Tomás de Aquino. Descartes parece ter causado pouco impacto na Veneza do século XVII, embora suas idéias e as de Malebranche fossem discutidas pelo filósofo Bernardo Trevisan. Em 1600, os venezianos tinham acompanhado o surgimento de novas idéias, mas em 1700 já não se dava o mesmo. A tradição era poderosa e a propensão a inovar, fraca. Talvez este fosse o preço de seu notável passado de realizações. Esse conservadorismo pode ter contribuído (como pensava Addison) para o declínio econômico veneziano, pois "uma nação de comercian-

tes deve sempre procurar novas mudanças e expedientes, quando surgem diferentes conjunturas e emergências''.[23]

A elite de Amsterdã também publicava livros, mas eles dão uma impressão um tanto diferente. Suas publicações incluíam um livro sobre magnetismo, de Laurens Reael*; as observações sobre medicina, de Nicolaes Tulp*; os tratados sobre botânica, de Joan Commelin*; os atlas do editor Joan Blaeu*; uma tragédia, *Medea*, de Jan Six*; as efusões religiosas de Coenraad van Beuningen*; as cartas sobre álgebra e geometria, de Johannes Hudde*; e, os mais famosos de todos, dois livros de Nicolaes Witsen*, um sobre construção de navios e o outro sobre a Tartária Oriental e Setentrional.[24] Essa lista sugere um interesse muito maior pelas ciências naturais do que o existente em Veneza; e a isso se deveria acrescentar que dois membros da elite, P. J. Hooft* e Jacob de Graeff*, partilhavam um laboratório e teriam supostamente descoberto o *perpetuum mobile*. P. J. Hooft* estudou medicina e química.

A lista também sugere que os patrícios de Amsterdã interessavam-se bem menos por história do que os venezianos, mas este ponto precisa ser qualificado. Um dos mais ilustres historiadores da Europa do século XVII, P. C. Hooft, o ''Tácito Holandês'', era filho de um burgomestre de Amsterdã, e seu pai, C. P. Hooft* também não era ignorante em questões de história. Os documentos de C. P. Hooft* fazem referência a dezesseis obras históricas que incluem Lívio, Josephus, Guicciardini, Sleidan (os *Comentários* sobre as questões alemãs políticas e eclesiásticas no século XVI), Foxe, Camden (os *Anais*) e o historiador holandês Bor.[25] Seu colega ainda mais erudito, o burgomestre Martin Coster*, possuía exemplares de Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Lívio, Plutarco e Josephus, para mencionar apenas os historiadores antigos; dos modernos, tinha livros do humanista italiano Flavio Biondo, a crônica do alemão Sebastian Franck, as memórias de Philippe de Commynes e a história de sua própria época escrita pelo bispo italiano

Paolo Giovio; tinha a história da França, elaborada por Paolo Emilio; a história da Polônia, escrita por Martin Cromer; a história da Inglaterra, composta por Polidore Vergil; e a história de Florença, escrita por Machiavelli.[26] Se houve um ''homem da Renascença'' entre a elite de Amsterdã, esse foi certamente Coster*, que tinha estudado na Itália na metade do século XVI. É também verdade que Amsterdã, como Veneza, teve um historiador oficial em certo período, o lombardo Gregorio Leti, nomeado em 1689.[27]

Esse interesse pela história era em parte utilitário. Ao dedicar a Dirck Bas* sua biografia de Henrique IV da França, P. C. Hooft discutiu sobre o valor especial da história para os governantes. C. P. Hooft* costumava argumentar no Conselho da Cidade com base em precedentes históricos; citava, por exemplo, o fato de Moisés estar acima de Aarão como um exemplo indicador de que os pregadores de Amsterdã não deveriam dizer ao Conselho o que fazer. Também havia uma boa dose de identificação com o passado. A preocupação holandesa com a revolta batava contra Roma é bem conhecida; foi expressa em peças de teatro escritas por P. C. Hooft e Vondel, e nas pinturas de Rembrandt e Govert Flinck para a sede da Prefeitura de Amsterdã.[28] Os holandeses identificavam-se com seus ancestrais, os batavos, e identificavam o império espanhol com o romano, mas não resistiam a se ver como romanos de vez em quando. Num panfleto chamado *Fin de la Guerre*, publicado em Amsterdã no começo do século XVII, Cipião, o Africano e Fábio Máximo falam sobre a melhor maneira de atacar Cartago, e o diálogo resvala aos poucos para o argumento de que a Espanha deveria ser atacada em seu ponto mais vulnerável, as Índias Ocidentais.[29] Os livros e os monumentos fúnebres de membros da elite de Amsterdã quase sempre contêm inscrições latinas que a eles se referem como *consul* (se burgomestre) ou *senator* (se um membro do Conselho da Cidade), e eles talvez se referissem a Scipio e Fabius Maximus como ''burgomestres'' de Roma. A elite de Amsterdã, como se teria esperado de um grupo em grande parte calvinista,

também se identificava com figuras do Velho Testamento, como Salomão e Moisés. Na sede da Prefeitura, a câmara dos conselheiros continha um quadro de Salomão rezando por sabedoria e outro de Moisés aconselhado por Jethro; na câmara dos magistrados, via-se uma pintura de Moisés com os Dez Mandamentos.[30]

A história também era estudada por si mesma. Isso se evidencia muito claramente nos escritos de Nicolaes Witsen*, que era um entusiástico antiquário. Interessava-se pelo traçado de trirremes, pelos navios representados nos hieróglifos egípcios e em selos medievais, por um antigo espelho encontrado na Sibéria, pela autenticidade do escudo romano do Dr. Woodward[31]; era também fascinado pela diversidade das línguas e costumes.

A idéia de que a história é um depósito de exemplos políticos era certamente bastante comum na Europa do século XVII. Muito menos comum é encontrar um grupo governante tão interessado pelas ciências naturais. Uma razão óbvia para tal fato era a presença de médicos profissionais no Conselho da Cidade, algo que não tinha equivalente em Veneza. A erudição científica de Nicolaes Tulp* provinha de seus estudos médicos. Outra razão para o interesse pelas ciências naturais era algo partilhado com Veneza: o envolvimento da elite com o mar. Isto talvez explique por que o almirante Dr. Laurens Reael* teria escrito sobre magnetismo e por que Willem Blaeu, ex-aluno do grande astrônomo dinamarquês Tyge Brahe, teria decidido ir a Amsterdã para fazer globos e mapas, transmitindo seus interesses geográficos a seu filho Joan Blaeu*. Curiosidade desinteressada parece predominante em Nicolaes Witsen*, tanto em seus estudos científicos quanto nos históricos: interessava-se por mamutes e cometas, além de querer saber se o chifre de um pretenso unicórnio pertencia realmente a um narval; fazia parte da Sociedade Real e correspondia-se com seus membros sobre conchas raras e sobre a questão de Nova Zembla ser ou não um continente.[32] Curiosidade desinteressada também parece predominante em Joannes

Hudde*, que diziam ser um dos melhores matemáticos de sua época: interessava-se por astronomia, ótica e medicina, e tinha relações de amizade com Huygens, Leibniz e Spinoza; abandonou seus estudos por uma carreira política, mas conservou interesse por hidráulica e foi encarregado do lado técnico da operação, quando os diques foram rompidos, em 1672, como uma última defesa contra os invasores franceses.[33]

Pode-se suspeitar que o *background* social de Witsen* e Hudde* fosse relevante a seus interesses. Em seu livro sobre a construção de navios, Witsen* traía uma fascinação por detalhes técnicos, como as medidas exatas das pranchas, o que em outras partes da Europa teria sido julgado indigno de um cavalheiro. Ele chegou a desenhar de próprio punho algumas das ilustrações, assim como certa vez tinha feito águas-fortes para ilustrar as *Metamorfoses*, de Ovídio. Hudde* certamente não alimentava inibições quanto ao estudo dessas ''investigações sutis e muito singulares'' como a matemática. Talvez Witsen* e Hudde* fossem capazes de se dedicar a seus interesses, porque não se identificavam com valores nobres.

A novidade, essa virtude de *entrepreneurs*, parece ter sido mais facilmente aceita na Amsterdã do século XVII do que em Veneza ou, realmente, na maior parte da Europa durante o período. Como se expressou C. P. Hooft*, ''nem toda novidade é ruim e nem toda antigüidade é boa''. Sua defesa da novidade consistia em citar exemplos de novas descobertas valiosas para os conhecimentos de astronomia, medicina e navegação; um interesse pela inovação e um interesse pelas ciências naturais andavam naturalmente juntos.[34] Em duas conferências inaugurais no Athenaeum de Amsterdã, onde muitos membros da elite foram educados, encontra-se expresso um interesse pela novidade. O professor Blasius fez uma conferência, em 1659, sobre *Novas Descobertas* (*De rebus noviter inventis*), discutindo Harvey e a circulação do sangue; e o professor de Raey falou, em 1669, sobre *A Sabedoria dos Antigos* (*De sapien-*

tia veterum), sugerindo que parte da "sabedoria" antiga não era absolutamente sabedoria.[35]

O estilo de pensamento de C. P. Hooft* foi caracterizado como empírico, racionalista e individualista.[36] No curso do século XVII, pode-se observar a penetração, em círculos de patrícios, de um estilo conscientemente matemático de pensamento que deve bastante a Descartes e Spinoza. Um exemplo da aplicação do método geométrico ao ato de tomar decisões políticas pode ser encontrado entre os documentos de Joannes Hudde* em que ele comenta um projeto de aliança defensiva com a França; começa com uma definição de uma "aliança defensiva", depois estabelece o axioma de que o principal objetivo de todos os indivíduos e Estados é a sua própria conservação, e conclui que a idéia de uma aliança defensiva com um inimigo é absurda.[37]

Esses exemplos podem induzir o historiador a exagerar a modernidade da elite de Amsterdã, sua combinação de racionalismo, protestantismo, capitalismo e ciência. Como um corretivo, talvez seja valioso considerar o caso de Coenraed van Beuningen*. Van Beuningen* é mais conhecido como um negociador altamente talentoso, mas também era um homem de amplos interesses que incluíam literatura, história e ciências naturais. Tinha relações de amizade com o biólogo Jan Swammerdam e interesse pelas idéias de Descartes. Combinava tudo isso com um interesse por misticismo, milenarismo, astrologia, interpretação de sonhos e "maravilhas sobrenaturais". Van Beuningen* pode ter sido um tipo esquizóide — sofreu um colapso em 1688 e andou pelas ruas pregando sobre o fim do mundo; foi colocado sob tutela —, entretanto, descartar os seus interesses não racionais apenas como uma forma de loucura seria uma interpretação superficial. No século XVII, muitas pessoas sensatas partilhavam esses interesses. Van Beuningen* é um exemplo interessante, mas não isolado, da coexistência da nova ciência, do cartesianismo, da astrologia e do milenarismo dentro da cabeça de um único homem.[38]

As atitudes religiosas dos patrícios de Veneza e Amsterdã mostravam-se mais semelhantes do que se teria esperado, dado que uma cidade era oficialmente católica e a outra predominantemente protestante. Em Veneza, "católico" e "papista" não significavam a mesma coisa, como observou o embaixador francês mesmo antes do Interdito. Depois de o papa ter colocado Veneza sob interdição, em 1606, o caso veneziano foi apresentado pelo teólogo oficial da República, Paolo Sarpi. Nos escritos de Sarpi, a diferença entre "católico" e "papista" é bastante clara. Sarpi acreditava que a igreja primitiva (que representava a verdadeira posição "católica") tinha sido democrática, pobre, não mundana e austera, ao passo que a igreja contemporânea ("papista") era monárquica, rica, mundana e corrupta; que o grande obstáculo à reforma necessária da igreja era a tríplice aliança do papa, da Espanha e dos jesuítas; que a ênfase agostiniana na necessidade humana da graça chegava mais perto da verdade do que a ênfase jesuítica no livre-arbítrio.[39]

A opinião de Sarpi corresponderia à da elite veneziana? Um conjunto semelhante de atitudes pode ser certamente encontrado em Nicolò Contarini*, um homem de moralidade austera que desejava a igreja afastada dos assuntos temporais e odiava os jesuítas pelo seu uso da religião como instrumento político. Agostiniano, quanto à questão da graça, seguia com interesse o Sínodo de Dort (Dordrecht) nos Países Baixos, e suas simpatias não estavam com os arminianos (às vezes acusados de serem católicos disfarçados), mas com os gomaristas (ver p. 116-7 adiante).[40] A sua era uma religião interior; seu testamento faz uma menção inusitadamente breve à Virgem e aos santos. Algumas dessas atitudes podem ser encontradas entre outros patrícios desse período. Lunardo Donà* era igualmente anti-hispânico e tecia críticas ao papado, embora não se opusesse à espiritualidade da Contra-Reforma; lia os escritos religiosos de S. Carlo Borromeo e frei Luís de Granada, notando que o último deveria ser "lido duas vezes por ano".[41] Segundo seu testamento, Antonio Priuli* esperava

alcançar o céu "graças apenas ao sangue que Nosso Senhor Jesus Cristo derramou por nós". Nicolò da Ponte* interessava-se por Santo Agostinho e defendia o herético veneziano Buccella; seu irmão Andrea fugiu para a Genebra de Calvino; o papa Pio V julgava-o um mau católico, embora o patriarca de Jerusalém tivesse opinião contrária.[42] Os relatórios de alguns patrícios que tinham servido como embaixadores em Roma mostram que eles eram anti-hispânicos e hostis ao papa por este apoiar a Espanha; exemplos que vêm à mente são Polo Tiepolo*, Polo Paruta*, Agostino Nani* e Simone Contarini*. Esse grupo, que coincide em parte, se não totalmente, com a facção dos "jovens" na política veneziana, talvez pudesse ser descrito com antipapista, no sentido de se opor às reivindicações jurisdicionais do papa, e anticlerical, pelo menos no sentido de se opor à isenção clerical da justiça e da taxação seculares. Há alguma evidência, da parte de membros da nobreza, mas não da parte de membros da elite, de uma heterodoxia mais radical. Zuanfrancesco Loredan e seu círculo são os exemplos mais famosos do que o século XVII chamava de "libertinos".[43]

Entretanto, seria desorientador não apontar igualmente exemplos importantes de uma atitude religiosa oposta. Quanto a estas questões, a elite não era coesa. Havia um partido devoto, ou, se "partido" é um termo demasiado forte, uma facção ou grupo de patrícios que demonstrava ter uma predisposição mais favorável para com o papado. As famílias papais costumavam ser transformadas em nobres venezianos honorários: os Aldobrandini, os Peretti, até os Borghese, a família do Papa Pio V, que colocou Veneza sob interdição. Os membros mais devotos da facção incluíam Zuanne Dolfin*, que terminou sua vida como cardeal (dizia-se que tinha sido eleito procurador como uma recompensa por trazer algumas relíquias importantes para Veneza);[44] Martin Brimani*, que foi nomeado cavaleiro pelo papa Sixtus V e deixou dinheiro para missas a serem rezadas pelos jesuítas; Ferigo Contarini*,[45] descrito em

1593, pelo núncio em Veneza, como "sempre favorável à igreja"; Giacomo Foscarini*, que queria ver reaberto o colégio jesuíta em Pádua; Zuan I Corner*, descrito pelo embaixador espanhol como "temente a Deus" (ele tinha um filho cardeal, e o padre nobre Zuan Tiepolo dedicou-lhe um tratado sobre relíquias venezianas)[46] e Zuan Pesaro*, outro partidário dos jesuítas.

Se alguém examina os testamentos feitos pelos membros da elite durante todo o período, deve encontrar, na maioria dos casos, uma ênfase considerável nas formas exteriores de religião, o que faz os testamentos de Nicolò Contarini* e Antonio Priuli* parecerem excepcionais. Os procuradores pedem para serem enterrados com o hábito de um franciscano ou de um capuchinho; deixam dinheiro para trezentas, quinhentas ou até três mil missas; expressam sua devoção a santos padroeiros e (este era um culto relativamente novo) a anjos da guarda; Zuan Bembo* ofereceu certa vez um navio carregado de prata à Santa Casa de Loreto; Zuan I Corner* pediu que alguém fizesse, em seu nome, uma peregrinação até lá; Alvise Barbarigo* guardava as relíquias de S. Sulpício em sua vila.[47]

Exemplos individuais como este são, é claro, um substituto pobre para um questionário. O que temos mais próximo de um questionário sobre este assunto, devemos aos jesuítas que fizeram um estudo sobre a atitude dos senadores para com a readmissão da Sociedade em Veneza. Estimavam que pelo menos metade dos senadores opunha-se à medida. O fato de Veneza em 1606 opor-se ao papa, a ponto de cair sob interdição e enfrentar ainda outros desafios, sugere que a maioria da elite governante apoiava a esse respeito uma política antipapal, no sentido de que viam o papa meramente como um príncipe temporal, quando este atacava as "liberdades" ou privilégios de Veneza. Entretanto, os testamentos da elite sugerem que a maioria aceitava uma religião exterior, uma impressão confirmada por um ato coletivo de devoção materializado na construção da igreja de Salute por ordem do Senado, como "um meio

apropriado de aplacar a cólera do céu.[48] Como conciliar a aparente contradição? O que parece ter acontecido em Veneza, em 1606, é que, numa época em que a cidade aparentava estar ameaçada pela Espanha, da qual o papa era amigo, a maioria silenciosa dos patrícios dispunha-se a aceitar a liderança de um grupo antipapal inflexível, de cujas outras atitudes religiosas não partilhava.

De forma bastante curiosa, esta era exatamente a situação em algumas cidades holandesas durante a revolta dos Países Baixos. O medo da Espanha persuadiu a maioria silenciosa a aceitar a liderança de uma minoria de calvinistas. Em Amsterdã, em 1578, um grupo de antigos exilados religiosos assumiu o governo da cidade. Incluía Wilhelm Baerdesen*, Reynier Cant* (um calvinista influente que tinha morado em Bremen), Martin Coster*, Adriaen Cromhout* (outro calvinista influente que tinha morado em Medemblik), Dirck Graeff* (outro líder calvinista que tinha achado prudente sair da cidade e viver em Emden) e Adriaen Pauw* (que tinha morado em Emden e Hamburgo). Durante alguns anos, ainda foi possível que católicos exercessem funções no Conselho da Cidade. Um exemplo é Ysbrant Dommer*, que entrou no Conselho em 1578 e ali permaneceu até a sua morte, em aproximadamente 1582. Mesmo quando os católicos desapareceram, um grupo dentro da elite, de que tamanho não sabemos, ainda se mostrou partidário da tolerância religiosa. O membro mais famoso deste grupo foi C. P. Hooft*: ao lado de sua aversão à perseguição religiosa, da parte de católicos ou protestantes, havia uma aversão a sutis debates teológicos e à ambição do clero; havia também sua concepção de cristandade como uma questão antes de "boa consciência" que de profundos problemas teológicos; em suma, sua "religião interior" (o termo *innerlycke religieusheydt* é seu). Como Sir Thomas Browne, Hooft* poderia ter afirmado: "Não condeno todas as coisas no Concílio de Trento" (ele possuía um livro do polemista da Contra-Reforma, cardeal Baronio), "nem aprovo todas no sínodo de Dort", o sínodo holandês

que declarou ser obrigação dos calvinistas acreditar que todos os homens são totalmente corrompidos e que Deus elegeu apenas uns poucos para a salvação. C. P. Hooft* casou-se com uma Blaeu, e é provável que a família Blaeu também não fosse constituída de fortes calvinistas. De qualquer modo, Joan Blaeu* costumava imprimir missas (com "Cologne" na folha de rosto) para exportar ao mundo católico. Talvez isso não fosse mais significativo do que o comércio com a Espanha em que Andries Bicker*, por exemplo, estava envolvido, mas Bicker* também não parece ter sido um forte calvinista, e Blaeu* chegou a dedicar um livro ao papa Alexandre VII. Martin Coster* foi descrito como um "feroz calvinista", e ele era certamente bastante heterodoxo, a ponto de ter que sair de Amsterdã, em 1566. Mas sua biblioteca não continha apenas Calvino (e, mesmo assim, a quantidade não era muito grande), mas obras de Erasmo e Melanchthon e os decretos do Concílio de Trento. Até Reynier Cant*, que era um presbítero da igreja calvinista, opôs-se a tentativas de expulsar os católicos, depois de 1578, e dizia-se que teria morrido católico.[49]

Na controvérsia entre o professor Arminius e o professor Gomarus sobre as profundas questões da graça e da predestinação que chegou ao auge por volta do ano de 1608, é tentador e não de todo desarrazoado ver uma analogia com a crise veneziana de 1606. Em ambas as cidades, a teologia da graça tornara-se entrelaçada com uma questão política: se o Estado devia controlar a Igreja ou não — ou melhor, se os patrícios deviam controlar o clero ou não. É igualmente tentador, porém mais desorientador, tomar o gentil Hooft* como um representante típico das atitudes dos patrícios de Amsterdã, assim como também é tentador e desorientador tomar Nicolò Contarini* como um representante típico das atitudes patrícias de Veneza. É verdade que o próprio Arminius tornara-se membro do patriciado através do casamento — em 1590, ele se casara com Lijsbeth, filha de Laurens Reael* (pai do famoso almirante Dr. Laurens Reael*). Outros membros da elite, como Dirck

Bas* e Albert Burgh*, apoiavam a posição dos "remonstrantes" ou partidários de Arminius. É verdade que o "Grande Pensionário" da Holanda, Oldenbarnevelt, apoiava tanto os arminianos como o poder da classe regente holandesa; que o príncipe de Orange apoiava os gomaristas (ou "contra-remonstrantes") e que, em 1618, quando a controvérsia estava no auge, ele expulsou do conselho de Amsterdã e de outras cidades os partidários de Arminius. Quando os remonstrantes foram forçados a fundar uma igreja separada, doze membros da elite de Amsterdã (sem falar de seus parentes próximos) ali batizaram os seus filhos entre 1633 e 1673. Incluíam-se aí Hans Bontemantel*, cujo diário político é uma fonte muito importante para o nosso conhecimento do período, Henrick Hooft* (seguindo os passos de seu tio-avô, C. P. Hooft*), Nicolaes van Loon*, Willem van Loon* e Cornelis van Vlooswijk*.[50]

Tudo isto é verdade, mas não é toda a história. A elite de Amsterdã, igual à veneziana, continha uma facção devota, *kerkelyken* (para usar o termo contemporâneo), assim como *libertynen*. O príncipe de Orange foi capaz de intervir e expurgar o Conselho da Cidade de Amsterdã, em 1618, porque tinha aliados dentro dele. A facção devota era liderada por Reynier Pauw*, uma das figuras importantes por trás da convocação do sínodo de Dort, onde os remonstrantes foram excomungados. Infelizmente, os documentos de Pauw* não foram conservados, de modo que não é possível descrever suas atitudes religiosas de forma detalhada.[51] Mas temos algumas evidências através de seu círculo, por exemplo, através de Pieter Schaep*. Pieter Schaep* escreveu uma carta a seu filho, Gerard Schaep*, quando este foi para a Universidade de Leiden, em 1617,[52] e é difícil evitar o termo "puritano", ao se descrever o conjunto de atitudes mencionadas nessa carta (certa vez Oldenbarnevelt descreveu os contra-remonstrantes para o embaixador britânico como "puritanos em dobro"). As preocupações do Dr. Schaep* eram no sentido de que seu filho deveria organizar bem os seus estudos, evitar a perda de tempo, as bebedeiras e as "prostitutas", e, acima de tudo, "temer a Deus"; citações dos Provérbios e do Eclesiastes sobre o temor a Deus ecoam por toda a carta. Os documentos de Gerard Schaep* também sobreviveram, e a imagem de Deus que deles emerge é a de um Ser que intervém constantemente na vida cotidiana, uma imagem muito diferente do Deus de C. P. Hooft*, que gostava de enfatizar a ignorância humana a respeito do divino.[53]

Assim, tanto na Amsterdã calvinista como na Veneza católica, havia um grupo devoto e um grupo anticlerical dentro da elite. Se o medo da Espanha favorecia o jogo dos anticlericais venezianos, em Amsterdã ele favorecia o jogo dos devotos. Talvez se devessem interpretar as doutrinas austeras do sínodo de Dort como a expressão de uma atmosfera de medo, que declinou quando o medo da Espanha diminuiu, na metade do século XVII. O último dos severos calvinistas da elite foi provavelmente Nicholas Tulp*, que morreu em 1674, com oitenta e um anos de idade. Talvez se pudesse estabelecer um contraste entre dois membros da família Witsen, de considerável importância no começo e no final do século XVII, respectivamente. Gerrit Witsen* era um calvinista zeloso e um amigo de Reynier Pauw*. Nicolaes Witsen* interessava-se por religião, mas de forma mais ecumênica: na Rússia, foi visitar o patriarca Nikon e tomou notas sobre o culto dos ícones, a importância de S. Nicolau e outros detalhes do culto ortodoxo; suas simpatias iam até o "santo Confúcio", e também se interessava pelo xamanismo.[54]

É perigoso tomar Coenraed van Beuningen* como representante típico de qualquer coisa, mas ele ilustra uma outra atitude religiosa possível do final do século XVII, uma outra rejeição ao calvinismo austero: opunha-se indistintamente ao catolicismo, ao luteranismo e ao calvinismo, os "*três espíritos impuros*"; suas simpatias não se voltavam para igrejas, mas para seitas — o *Collegianten* de Rijnsburg, os quacres, os behmenistas (seguidores de Jacob Boehme) e os seguidores de Labadie, outro dos "cristãos sem igreja" do século XVII.[55]

Patrocínio das artes

As diferenças de estilo de vida, de atitudes e valores dos patrícios de Amsterdã e Veneza refletiam-se em seu patrocínio das artes.

Apesar de seu ideal de frugalidade pessoal, os patrícios de Veneza acreditavam na "magnificência", que eles próprios definiam em termos de "consumo ostentoso" (uma tradução possível, embora livre, de *spendere largamente*). As grandes ocasiões para ostentar essa magnificência eram "os banquetes, os casamentos e as construções, onde é correto gastar sem pensar na despesa". O ponto sobre as construções é importante. Elas também faziam parte da "fachada" do nobre veneziano. O arquiteto Scamozzi descreveu o palácio veneziano como uma expressão do "estilo de vida da nobreza" (*l'uso del vivere della nobilità*), assinalando, por exemplo, a importância da entrada principal, "para se ser capaz de dar recepções aos parentes, quando há casamentos, e dar festas e banquetes".[1] O motivo dominante para toda esta magnificência era o orgulho da família, um senso da "honra" ou do "esplendor" da "casa", sua *honorevolezza, decoro, lustro, splendore*. O palácio da família ficava no centro da atenção dos patrícios; sonhavam durante gerações em aumentá-lo ou redecorá-lo, comprando as casas vizinhas e exortando seus descendentes a continuar

o esforço. Marin Grimani*, em seu testamento, descreve os 2 844 ducados que gastou no *soler* ou apartamento superior do palácio em S. Luca, construído para seu pai pelo famoso arquiteto da Renascença, Sammicheli, e dá instruções a seus herdeiros para mandarem fazer uma escada de pedra veronesa na entrada principal. O palácio era mais do que um lugar para viver, constituía um símbolo da família e não era certamente acidental que o mesmo termo, *casa*, fosse empregado em relação a ambos. Por isso, Antonio Grimani* escrevia sobre seu palácio em seu testamento: "Não quero que jamais seja arrendado; deve ser habitado por meus filhos e seus dependentes para sempre". Zuan da Lezze* deu a seus herdeiros instruções semelhantes de não dividirem, venderem ou arrendarem o palácio. Alguns novos e espetaculares palácios foram construídos na Veneza do século XVII, incluindo o Palazzo Pisani, no Campo S. Stefano, construído quando Alvise Pisani* era o chefe do ramo, e o Palazzo Pesaro, no Grande Canal, planejado por Zuan Pesaro* e construído por Longhena para seu sobrinho Lunardo Pesaro*. O ramo tinha comprado casas nos arredores em 1558, 1569 e 1628, o que tornou possível uma construção desta escala. Da mesma forma, Zuan da Lezze* declarou em seu testamento que tinha gasto mais de 34 mil ducados no palácio da família (perto da igreja dos Irmãos da Santa Cruz) e comprado a casa vizinha, tendo em vista futuras ampliações.[2]

Uma outra maneira de glorificar a família eram monumentos tumulares suntuosos, construídos por equipes de arquitetos e escultores; os do século XVII eclipsam os túmulos de épocas anteriores. O monumento a Marin Grimani*, em S. Iseppo, custou 5 865 ducados, mas não era nada, comparado ao monumento a Silvestro Valier*, em S. Zanipolo, que custou 20 mil ducados. Bustos agora em museus quase sempre originam-se dessas tumbas; o famoso busto de Nicolò da Ponte* feito por Vittoria é um exemplo. Um patrício poderia também decidir dar à igreja de sua paróquia uma nova fachada, encarregando escultores de transformá-la num enorme monumento da família. Andrea Contarini, filho de Carlo Contarini*, deixou 10 mil ducados para reconstruir a fachada de S. Vidal e decorá-la com os bustos de seus pais; Vincenzo Fini* e seu irmão transformaram a fachada de S. Moisè num monumento a si mesmos, a um custo de 90 mil ducados. Até mesmo a vila no campo estava se tornando um palácio, nesta época. Considere-se a vila Corner, em Poisuolo, projetada por Scamozzi para Zuan I Corner*; a vila Contarini, em Piazzola, aumentada por Marco Contarini*; e os dois exemplos espetaculares do começo do século XVIII, a vila Manin, em Passeriano (para a família de Ottavio Manin*) e a vila Pisani, em Strà, para os Pisani de S. Stefano, que forneceram seis membros à elite durante o período. Uma exceção a esta tendência era a modesta vila, em Conselve, perto de Pádua, construída por Zuan Sagredo*, cuja mesquinhez, porém, era, se não proverbial, pelo menos anedótica; ou se deveria dizer que ele mantinha a antiga virtude da frugalidade numa época cada vez mais corrupta?[3]

O patrocínio de pintores e escritores era menos uma questão da honra da casa e mais uma questão de gosto pessoal, refletindo provavelmente um interesse genuíno pelas artes. Marcantonio Barbaro* não só empregou Veronese para decorar a sua vila, mas também experimentou suas próprias habilidades de escultor. O amor de Zuan Pesaro* por pinturas levou-o a saquear algumas em certa ocasião, quando estava no comando das forças venezianas. Quem visitasse a casa de um patrício veneziano teria se impressionado com o número de pinturas, retratos em sua maioria. Tintoretto pintou Marcantonio Barbaro*, Pasquale Cicogna*, Polo Paruta*, Vincenzo Morosini* e outros membros da elite. Alguns retratos eram encomendados para glorificar a família: Nicolò Corner* tinha três retratos de sua antepassada Caterina, rainha de Chipre, e o inventário dos quadros de Francesco da Molin* começa com seis pinturas de senadores e generais da família da Molin. Outros retratos ali estavam para satisfazer um interesse pela história: retra-

tos de doges, de cardeais, o papa eventual, o rei e, até, "o Grande Turco". Pinturas religiosas estavam muito em evidência. Constituíam cerca de um terço da coleção de Ferigo Contarini* (57 dentre 153), bem como da que pertencia a Francesco da Molin* (39 dentre 136). Pinturas de Cristo, da Virgem e dos santos (São João Batista, São Francisco, Madalena e São Sebastião figuravam entre os santos mais populares) e favoritos locais (como São Marco, Santa Marina e o bem-aventurado Lorenzo Giustinian — ele próprio um nobre veneziano) também marcavam presença. O resto da coleção provavelmente teria consistido de mitologias clássicas, como pinturas de Vênus e Apolo — em representações do que os contemporâneos chamavam "invenções morais", pinturas alegóricas com títulos como *Verdade*, ou *Tempo*, *Prudência e Fama*,— e em pinturas históricas, usualmente clássicas, como *Alexandre e a Família de Dario* ou *Cipião e o Escravo Espanhol*, ambas ilustrando as virtudes de um conquistador: clemência e continência. Estas eram os equivalentes, em nível privado, das pinturas de cenas históricas no Palácio do Doge, consideradas "exemplos de virtude" (*esempli virtuosi*). Giacomo Correr* tinha uma coleção particularmente bela de pinturas históricas. Talvez houvesse algumas paisagens nas coleções venezianas do século XVII, mas ficavam relegadas a um segundo plano nas atenções.[4]

Dizia-se que, em seu leito de morte, Zuanfrancesco Loredan teria dito ao filho: "Entre outras obrigações legadas a você, deixo o patrocínio dos *virtuosi*... o nobre veneziano sempre foi o protetor dos literatos". Dedicavam-se livros a membros da elite, a alguns (como Nicolò Sagredo*) em particular, e os autores eram provavelmente recompensados. No final do século XVII, havia em Veneza uma espécie de poeta laureado não oficial, o padre Cristoforo Ivanovitch, que costumava escrever versos corteses regulares e (para o gosto moderno, pelo menos) um tanto asquerosos sobre os procuradores e outras personalidades, com o intuito de celebrar seus casamentos e nomeações políticas. Foi assim que ele escreveu um soneto para a nomeação de

Girolamo Zustinian*, quando este se tornou procurador, em 1675, com uma referência apropriada à águia no brasão do clã; um soneto para Girolamo Grimani*, quando este foi nomeado *Provveditore Generale* da Dalmácia, em 1675; e muitas outras composições de "aplauso poético", como Ivanovitch chamava os seus produtos.[5]

No final do século XVI, alguns membros da facção devota, inclusive Agostino Barbarigo* e Zaccaria Contarini*, queriam fechar os teatros e expulsar os atores de Veneza[6], mas outros patrícios tinham um vivo interesse pelo teatro e pela música. No fim do século XVI, ainda existiam as representações amadoras aristocráticas das "sociedades dos calçados" (*compagnie delli calzi*) e Andrea Dolfin* pertenceu a um desses clubes em sua juventude. Marin Grimani* era um apaixonado pela música, e Veneza foi uma das primeiras cidades na Europa a acolher a nova forma de arte, a ópera. O teatro lírico comercial (isto é, aquele no qual se entrava mediante um ingresso, e não por meio de um convite) foi introduzido em Veneza, em 1637. No fim do século XVII, havia doze teatros líricos em Veneza, dos quais oito eram propriedade de famílias nobres, inclusive Alvise Duodo*, que abriu um teatro lírico em S. Aponal, em 1651, e Marcantonio Zustinian, em cujo teatro, em S. Moisè, *Arianna*, de Monteverdi, teve a sua *première*, em 1640. Marco Contarini* mandou construir um teatro e uma sala de música em sua propriedade rural, em Piazzola, às margens do Brenta, e sua coleção de partituras de óperas era famosa: cento e vinte manuscritos de partituras que se encontram atualmente na Biblioteca Marciana, em Veneza, provêm de sua coleção, inclusive as partituras de vinte e sete óperas com música de Cavalli. Temas da história romana eram muito populares, Cipião e Alexandre entre eles; em 1585, o drama musical *O Triunfo de Cipião* foi representado diante do doge Marin Grimani*; em 1651, foi executada uma ópera chamada *Alexandre, Conquistador de Si Mesmo*, assim como *Cipião, o Africano*, de Cavalli, em 1664. A analogia com as pinturas colecionadas pelos patrícios é bastante óbvia.[7]

As obras de arquitetura e escultura encomendadas pela elite de Amsterdã mostram, como seria de se esperar, menos magnificência, menos ostentação e menos desejo de glorificação manifesta da família. Havia algumas casas grandiosas na cidade, é verdade, como a atual Herengracht 446, a casa de Andries de Graeff*; a casa de Alexander Velters* na Herengracht, avaliada em 40 mil florins; a Trippenhuis, uma prefeitura em miniatura; ou a casa que Vingbons construiu sobre o Singel para Joan Huydecoper*, a qual ocupava o espaço de três casas e tinha um jardim magnífico, com chafariz e estátuas, o que lhe dava a aparência, se vista por trás, antes de uma casa de campo que de uma residência urbana. Em geral, as casas da elite de Amsterdã não tinham as dimensões dos palácios venezianos, nem eram tão dispendiosas. Duas casas na Keizersgracht, pertencentes a membros da elite, Jan de Bisschop*, no começo do século XVII, e Daniel Bernard*, no final deste século, foram avaliadas em 14 mil florins cada uma; isso equivaleria a cerca de 7 mil ducados, muito pouco para os padrões venezianos. (Omito os estábulos de Bernard*, na vizinha Blomstraat, avaliados em mais 2 500 florins.) Outros viviam ainda mais simplesmente, como Dirk Munter* e sua mulher, um casal sem filhos, na sexta parte de uma casa na Herengracht, avaliada em 3 400 florins. Em Amsterdã, uma casa era apenas um lugar para a família nuclear viver, e não parece ter tido a importância simbólica do palácio veneziano.[8]

Os amsterdameses também não gastavam muito com os túmulos familiares. Não que o túmulo grandioso fosse desconhecido na República Holandesa; os monumentos a Guilherme, o Taciturno, e a Piet Hein são exemplos esplêndidos do contrário. Mas o monumento suntuoso não fazia parte do estilo de vida da elite de Amsterdã, fora exceções ocasionais. A família de Graeff tinha a sua própria capela, a antiga capela de St. Cornelius, na Igreja Antiga, e Cornelis de Graeff* encomendou um túmulo para o local, com esculturas de Quellin.[9]

As casas de campo da elite de Amsterdã parecem ter sido modestas em comparação com as dos venezianos do século XVII, apesar da eventual referência poética e lisonjeira a um "palácio". A tendência era não terem colunas nem pilastras. A maioria desapareceu, mas um estilo e escala modestos são sugeridos em desenhos contemporâneos e também em avaliações ocasionais. Tome-se Vredenhof, por exemplo, a casa de campo perto de Voorschoten que outrora pertenceu a Andries de Graeff*: em 1733, foi avaliada em 9 mil florins, incluindo os jardins e outras terras ao redor; o inventário de 1733 lista os quartos — havia uma "grande sala" (*groote zaal*), mas apenas onze quartos ao todo, incluindo quatro quartos de serviço (a cozinha, a adega, o quarto dos criados e a cocheira).[10]

Em Amsterdã, as encomendas importantes feitas aos arquitetos não eram privadas, mas públicas. A grande expansão da cidade assegurava que os construtores não ficassem desempregados. Mais como burgomestres que como indivíduos, os de Graeff, os Bicker e outros faziam encomendas para a Igreja do Sul (1603), a Igreja do Oeste (1620), a Bolsa e, o caso mais famoso, a nova Prefeitura. Como na Florença ou na Veneza medievais, o patrocínio das artes na Amsterdã do século XVII era predominantemente cívico.

No final do século XVII, se não antes, os patrícios de Amsterdã parecem ter igualado os venezianos em seu interesse por colecionar pinturas — Jan Six*, o patrocinador de Rembrandt, é o exemplo mais famoso, mas há muitos mais. Havia um interesse semelhante por retratos: Gerard Schaep*, um apaixonado por história familiar, registra uma despesa de 450 florins para mandar copiar e emoldurar retratos da família.[11] Mais característico de Amsterdã, bem como da República Holandesa em geral, era o retrato de grupo — a aula de anatomia, por exemplo, como a que Rembrandt pintou para Nicolaes Tulp*, e as que Aert Pieterszoon e Thomas de Keyser pintaram para um outro médico da elite, Sebastiaen Egbertszoon*. Ainda mais im-

portante como gênero era o *schuitersluk*, a pintura dos guardas cívicos uniformizados. No Rijksmuseum, há atualmente dez pinturas desse tipo, nas quais o capitão da guarda é um membro da elite, de Jan de Bisschop* (1599) a Joan Huydecoper* (1648). Essas pinturas eram, às vezes, expostas no *doelen*, ou quartel da milícia, mas podiam ser dependuradas na casa do capitão. Nas casas dos patrícios, podiam-se encontrar pinturas históricas. Lucrécia e Pórcia, por exemplo, provavelmente como símbolos de virtude feminina, e os Horácios, símbolos de patriotismo cívico. Havia "invenções morais", como o rebuscado projeto executado por Nicolaes Held-Stokade para Louys Trip*, no qual figuravam a Prudência, a Sabedoria, a Fortuna e a Riqueza, claramente um panegírico pictórico ao sucesso de Trip* no comércio.[12] Como se teria esperado, os temas do Velho Testamento eram bem mais populares nas coleções de Amsterdã do que nas venezianas: por exemplo, Abraão, Davi, José e Salomão. Também não é surpreendente descobrir muito mais ênfase na paisagem, em naturezas mortas e em pinturas do gênero. Mais espantoso é ver surgir um eventual São Sebastião ou São Estêvão, ou encontrar alguns burgomestres colecionando pinturas mitológicas; Andries de Graeff* tinha em sua casa quadros de Ceres, Flora, Juno, Vênus e "uma Diana nua deitada". O burgomestre Tulp*, fortemente calvinista, protestou certa vez contra o desfile de "deuses e deusas pagãos" arranjado para receber o príncipe de Orange; é de se perguntar o que ele pensava das pinturas de seus colegas. Mas Tulp* também era um patrocinador das artes — a famosa *Aula de Anatomia*, de Rembrandt, foi pintada para esse burgomestre, e ele gostava particularmente da obra de Paul Potter, que se especializou em pintar animais em paisagens; Tulp* convidou Potter para vir morar em Amsterdã e possuía a maior parte de sua obra. Esse contraste entre as coleções de Tulp* e de Graeff* talvez dê algum fundamento à afirmação de que o calvinismo encorajou indiretamente o surgimento da pintura de paisagens.[13]

Quase o mesmo pequeno grupo de patrícios também atuava como patrocinador da literatura. No começo do século XVII, as "câmaras de retórica", uma espécie de clube literário, ainda eram importantes na cultura das Províncias Unidas. A câmara de Amsterdã, "A Madressilva", incluía membros de famílias patrícias como Pauw, Reael e Schaep. Os irmãos de Graeff*; os Huydecoper*, pai e filho; Jan Six* são nomes que aparecem mais de uma vez nas dedicatórias das obras de Vondel e de Jan Vos, um poeta menor que desempenhava em Amsterdã o mesmo papel de poeta laureado que Ivanovitch exercia em Veneza. Os patrícios de Amsterdã, como os venezianos, recebiam "louvores poéticos" quando se casavam, partiam em embaixada ou eram nomeados burgomestres. Escreviam-se poemas sobre seus retratos ou suas casas de campo, produzia-se uma enorme quantidade desses versos ocasionais (pelo menos vinte e quatro pessoas celebraram em versos latinos os cargos de burgomestre e a morte de Willem Backer*). Quanto a obras mais sérias, é interessante encontrar nas peças escritas para o teatro de Amsterdã a mesma mistura de temas clássicos e bíblicos das galerias dos Huydecoper* e dos de Graeff*; peças sobre Davi, Salomão, Medéia e Claudius Civilis, o herói batavo da resistência a Roma.[14]

É natural querer saber se os patrícios tinham alguma influência sobre as peças que lhes eram dedicadas, e o que desejavam. A respeito de pelo menos um caso, tem-se um boa evidência em que basear a resposta, o caso de *Palamedes*, de Vondel. Certo dia, em 1625, quando Vondel falava com Albert Burgh* sobre Oldenbarnevelt, que tinha sido executado seis anos antes, Burgh* teria dito: "Escreva uma tragédia a respeito". Vondel respondeu: "Ainda não é hora". Burgh* replicou: "Basta mudar o nome".[15] O resultado foi *Palamedes*. Numa era acostumada a paralelos históricos, não foi difícil reconhecer Oldenbarnevelt no "inocente e injuriado" Palamedes; Maurice, príncipe de Orange, em Agamenon ou Reynier Pauw*, em Megeer. Vondel foi chamado a comparecer diante dos magistrados

de Amsterdã, para responder pela sua peça; alguns deles queriam que fosse absolvido, enquanto outros, a facção devota, desejavam que fosse punido com severidade; no final, teve simplesmente de pagar uma multa. Esta não foi a única vez em que Vondel enfrentou dificuldades em razão de suas peças: em 1638, o conselho da igreja (*kerkeraad*) reclamou que sua peça *Gysbrecht van Amstel* era "supersticiosa" (tendo como local de ação a Idade Média, continha referências a crenças católicas), entretanto, o burgomestre Jacob de Graeff* declarou que nada havia de ofensivo na peça, e as representações continuaram. Novamente, em 1654, o conselho da igreja reclamou de *Lúcifer*, de Vondel, e desta vez os burgomestres (entre os quais estava Tulp*) proibiram a peça. As divergências entre a família de Graeff e Tulp* estenderam-se a suas atitudes para com o drama. O Conselho da Cidade não se via apenas dividido em relação a Vondel, estava dividido quanto à questão de a cidade ter um teatro. A facção devota (como também os puritanos ingleses) queria que o teatro fosse fechado e o prédio transformado numa escola. Os burgomestres inclinavam-se a adotar uma linha moderada, apoiando a existência do teatro, mas advertindo os atores de que não deviam causar escândalos. Essa moderação parece ter resultado de forças opostas: por exemplo, em 1666, um ano em que os burgomestres deram permissão para que o teatro fosse reaberto, porém advertindo severamente os atores, os burgomestres incluíam Tulp*, mas também os patrocinadores de Vondel, Cornelis van Vlooswijk* e Andries de Graeff*.[16]

Muito foi escrito sobre a possível relação entre a contra-reforma e o estilo barroco, e alguma coisa sobre o calvinismo e o classicismo.[17] Um estudo comparado do gosto de dois patriciados do século XVII, um católico e o outro predominantemente calvinista, parece um modo óbvio de atacar o problema.

Em Veneza, havia patrícios influentes de gostos sóbrios no final do século XVII — Ferigo Contarini*, por exemplo, — mas o gosto pelo ornamento logo se tornou dominante. Tintoretto tinha sido um pintor polêmico, mas na geração seguinte seu discípulo Sante Peranda tornou-se muito conhecido pelas suas pinturas religiosas, e entre seus patronos estavam membros ilustres da facção devota, como Marin Grimani*, que o levou para Roma em 1592, e Renier Zen*, que possuía uma *Agonia no Jardim* e uma *Flagelação no Pilar*, de sua autoria (a piedade ostentatória de Zen* também se evidencia de outros modos). O estilo de Peranda era admirado na época por sua graça e elegância, sua *maniera così graziosa, gentile e leggiadra.*[18] Para retratos, o homem famoso chamava-se Tiberio Tinelli, um pintor muito influenciado por van Dyck. (Antonio Nani* e Antonio Priuli* possuíam obras de Tinelli.) Outro pintor em moda na época era Pietro Liberi, um discípulo de Padovanino: Francesco Molin* admirava a obra de Liberi e fez o pintor ser nomeado cavaleiro em 1652; a família Fini* encomendou-lhe a decoração de seu palácio; tanto Alvise Pisani* como Giacomo Correr* possuíam uma pintura desse artista. Correr* também tinha algo do "extravagante" Joseph Heinz e uma "pintura estranhamente bela" (*pittura pelegrina*) de Luca Ferrari.[19] De aproximadamente 1640 em diante, o crescente gosto pelo exuberante pode ser ilustrado pela ópera, que neste período era, nessa ordem, espetáculo, drama e música. A mais famosa das esculturas barrocas, Santa Teresa de Bernini, foi encomendada pelo cardeal Ferigo Corner, filho do doge Zuan I Corner*. O monumento de Tirali a Silvestro Valier* (1705-8) tem todo o aparato barroco de drapejamentos, festões e mármore colorido. Foi Vincenzo Fini* quem encomendou a fachada de S. Moisè ao arquiteto Tremignon e ao escultor Meyring, um discípulo flamengo de Bernini. A riqueza de decoração dificilmente poderia ir mais além. As colunas na fachada de S. Moisè não são apenas caneladas, têm faixas ornamentais transversais, que, por sua vez, são ornamentadas com rosetas. Talvez seja significativo que os patrocinadores desta peça verdadeiramente monumental, de mau gosto dispendioso, tivessem se tornado nobres apenas vinte anos antes.

De gostos mais ecléticos era o doge Nicolò Sagredo*: seu testamento refere-se a algumas de suas pinturas, inclusive duas "no quarto em que durmo", um Pietro di Cortona e um Poussin. O gosto por Poussin parece inusitado num patrício veneziano do período e talvez resultasse do fato de Sagredo* ter residido em Roma como embaixador, na década de 1650.

Em literatura, a elite veneziana dividia-se entre o gosto pelo ornado e o difícil e o gosto pelo despojado e o simples. Dizia-se que Pietro Basadonna* era "um amante de conceitos e de motetes picantes" (*amico delle arguzie e de'concettini frizzanti*). Zuanfrancesco Loredan era um grande admirador do poeta barroco Marino, de quem escreveu a biografia, e ele cultivava o que os contemporâneos teriam chamado um estilo pessoal "impregnado de conceitos". Um gosto pelo exótico é encontrado nos temas das óperas e romances, bem como em seu tratamento.[20] Ocorria uma inflação (para não dizer depreciação) da linguagem; a palavra "heróico" é um exemplo óbvio deste processo, especialmente ao sair da pena de Cristoforo Ivanovitch, quando descreve, por exemplo, a construção de um teatro em Piazzola como o resultado do "gênio heróico" e da "generosidade heróica" de Marco Contarini*. Brincar com as palavras era popular, e trocadilhos surgem nos contextos mais sérios — quando Domenico Contarini* refere-se em seu testamento às "virtudes angélicas" de seu irmão, talvez o leitor moderno se surpreenda ao descobrir que o nome do irmão era Angelo.

Outros venezianos, como Paolo Sarpi e seu círculo, inclusive Nicolò Contarini* e Lunardo Donà*, escreviam com um estilo simples e não eram os únicos a terem esses gostos. O Senado não gostava dos discursos de Basadonna, porque preferia um "estilo sólido e vigoroso" (*le sole e vigorose sentenze*) a um agudo e cheio de conceitos. Foi também o Senado que votou a favor do projeto de Longhena para a Igreja de *Salute*, preferindo-o ao de seu rival; um projeto que o comitê de construção lhes descreveu não em termos de volume e ornamento, mas em termos de amplitude e luz.[21] É tentador ver o gosto pela simplicidade como correspondente ao estilo veneziano tradicional de frugalidade, e o gosto pelo ornado como associado ao novo estilo de consumo mais ostentoso. No século XVII, o estilo ornado estava vencendo.

Em Amsterdã, o estilo simples parece ter predominado durante todo o período, na arquitetura de Vingboons e Van Campen, nas paisagens de Potter, nos quadros florais de Van Huysums ou nos retratos de Van de Helst. Van de Helst parece ter sido o mais famoso retratista da elite de Amsterdã entre as décadas de 1640 e 1660; seus modelos incluíam Daniel Bernard*, Frans Banningh Cocq* (que é mais conhecido por aparecer na brilhante *Ronda Noturna*, de Rembrandt), Joan Huydecoper*, Albert Pater*, Cornelis de Vlooswijk* e Cornelis Witsen*. Suas obras são perspicazes, mas não parecem idealizar os seus temas. O artista e escritor Houbraken menciona especificamente a falta de ornamentos nas casas projetadas por Philips Vingboons, por exemplo a casa que ele construiu em Pijnenburgh, perto de Utrecht, para a viúva de Jacob Hinlopen*.[22]

Um pequeno número de patrícios parece ter se sentido atraído por um estilo mais grandioso. Andries de Graeff* (além de posar para Rembrandt e brigar a respeito do preço) empregou o pintor Jacob Jordaens e o escultor Artus Quellin (ambos de estilo barroco e, significativamente, de Antuérpia) e tinha relações de amizade com o pintor Govert Flinck, que tomava emprestadas poses elegantes de Van Dyck para fazer com que os seus modelos parecessem mais aristocráticos — por exemplo, Flinck pintou o retrato de um membro não identificado da família Munter (que contribuiu com quatro membros para a elite), no qual o modelo tem uma das mãos sobre o peito e a outra pendendo elegantemente.[23]

Coenraed van Beuningen*, excêntrico como de costume, não se encaixa em nenhuma das categorias; seus gostos em pintura tendiam para Dürer e Bles. Mas a impressão geral causada pelo gosto dos patrícios de Amsterdã é

predominantemente sóbria com uma pitada de algo mais grandioso, uma impressão sintetizada pela Prefeitura, uma construção despojada cujas linhas simples não se harmonizam com os enormes frontões cheios de escultura alegórica, novamente uma obra de Artus Quellin. O gosto pelo difícil em literatura parece ter sido mais difundido do que o gosto pelo ornado na pintura: trocadilhos, anagramas e acrósticos eram populares na literatura dirigida à elite. Para Peter Schaep* (Petrus Schaepius) alguém compôs o anagrama "*tu spe hic superas*". Quando Vos escreveu um epitáfio sobre Abraham Boom*, não resistiu à referência óbvia a uma árvore (*boom*), e, em seu epitáfio sobre Albert Burgh*, chama-o de "fortaleza do povo" (*Burgerburg*). Também não consegue descrever Marsseveen, a vila de seu principal patrocinador, Joan Huydecoper*, sem um trocadilho elogioso sobre "Marte e Vênus".[24]

Instrução

Este capítulo trata da instrução, não no sentido relativamente estreito da instrução formal oferecida pelas escolas e universidades, embora isto certamente esteja incluído, mas no sentido mais amplo de "socialização", todo o processo pelo qual uma geração mais velha transmite a sua cultura a uma geração mais jovem, desde o nascimento.

Conhece-se muito pouco sobre os primeiros anos dos nobres venezianos, e os comentários que se seguem são necessariamente impressionistas e, até, especulativos. Entretanto, o assunto é importante demais para ser deixado de lado. Vimos que a família aristocrática em Veneza era quase sempre grande, incluindo não apenas irmãos e irmãs, mas também tios e muitos criados. O pai poderia se achar ausente por estar servindo como oficial naval, embaixador ou *rettore* no continente. Esta é, por exemplo, a situação que transparece em uma carta escrita em 1540 por uma dama nobre veneziana a seu marido, então em Chipre, dando-lhe notícias de seus cinco filhos: "Lunardo está aprendendo muito bem, e acredito que dele podemos esperar muito... Antonio... está começando a falar e é o meu consolo". "Lunardo", então com quatro anos, é o famoso doge Lunardo Donà* que apareceu muitas vezes nestas páginas.[1] Já se fez menção a Zuan Dolfin, que abandonou a igreja

para cuidar de seu irmão mais moço enquanto seu pai ocupava um cargo longe de Veneza. A criança nobre veneziana era educada por seu pai, quando este se encontrava em casa, pela mãe, e também pelos tios, pelos irmãos mais velhos e pelos criados; há, também, razões para supor que era entregue a uma ama-de-leite (sua mãe não a amamentava) e desmamada tarde (para os padrões modernos), aproximadamente com dois anos.[2]

A criança nobre veneziana tinha consciência da hierarquia desde a mais tenra idade, em razão da hierarquia rígida dentro da casa em que estava crescendo — criados, mulheres e irmãos mais moços, todos sabiam o seu lugar. A criança não fazia grandes investimentos emocionais em nenhum membro da família, mas antes em todo o grupo. Era provável que sua educação fosse mais severa no período inicial do que no final. A educação tradicional, como foi descrita pelo nobre Francesco Barbaro, na metade do século XV, consistia em ensinar as crianças a comerem e beberem relativamente pouco, a se manterem em silêncio e a reprimirem "risos excessivos". Esse estilo de educação combina certamente com o comportamento de patrícios adultos bem conhecidos no começo do século XVII; entretanto, parece ter havido mudanças ao longo do século: um observador do final do século XVII, um francês, notou a "liberdade" com que os filhos dos nobres eram então educados; outro francês comentou que os pais, as mães e os criados, todos idolatravam as crianças nobres, que se tornavam orgulhosas, violentas e acostumadas a fazer tudo o que quisessem. Em suma, recebiam uma educação segura e afetuosa que tendia a dissuadi-los de sair do palácio familiar. Uma família extensa tende a desencorajar o desejo de realização pessoal, pois o indivíduo nunca se vê entregue a seus próprios recursos, e o mecanismo tende a ser mais eficaz quando a família é nobre, pois o senso de identidade de um nobre dependia da sua "casa", e não de suas próprias realizações.[3]

Quanto à educação formal, um visitante estrangeiro

observou que em Veneza "os filhos da alta nobreza... eram em geral educados em casa por professores particulares". Silvestro Valier* e Zuan II Corner* certamente se ajustavam a este padrão. A educação fora de casa era dominada pelas ordens religiosas, com a exceção significativa da ordem mais famosa do período pela sua dedicação ao ensino, os jesuítas. As meninas nobres podiam ser enviadas a conventos; os meninos nobres podiam ser educados pelos dominicanos, como Batista Nani*, ou pelos *somaschi*, como Francesco Molin*. Podiam ser enviados para fora de Veneza — Francesco Morosini* foi enviado ao seminário de S. Carlo, em Modena, uma educação que parece não ter impedido que ele fizesse a carreira naval mais bem-sucedida do século.[4]

Com aproximadamente dezesseis anos, o jovem podia entrar na universidade (uma menina também seguiu esse caminho, a famosa literata Elena Lucrezia Corner, filha ilegítima de Zuanbattista Corner*). Para um veneziano, universidade significava Pádua; não havia permissão para estudar em outro lugar, embora essa proibição não impedisse Lunardo Donà* de estudar durante um breve período em Bolonha, em 1555. Infelizmente é impossível dizer quantos membros da elite foram a Pádua, mas pelo menos oito dos 25 doges do período lá estudaram. Essa proporção, aproximadamente 30%, talvez seja característica da alta nobreza dentre a qual os doges e os procuradores eram usualmente escolhidos. Muitos membros da pequena nobreza tinham uma formação medíocre; na verdade, se o comentário contemporâneo for confiável, eram quase analfabetos. Estudar em Pádua custava caro. Pode-se dizer que Nicolò Contarini*, cujo ramo desse famoso clã não tinha boa situação financeira, trabalhou para custear seus estudos em Pádua; ele era um *camerlengo*, um pequeno funcionário veneziano em Pádua, quando tinha vinte anos.[5]

Os temas de estudo mais populares em Pádua eram a Retórica, a Filosofia e o Direito. A Filosofia significava filosofia escolástica; a forma paduana local de aristotelismo

ainda era forte no século XVII. Entre 1591 e 1631, o célebre Cesare Cremonini ensinou na universidade; seu salário era o dobro do de Galileu, e o Senado veneziano descrevia-o como "a honra da universidade de Pádua", embora a inquisição o tivesse investigado três vezes por pretensa heterodoxia: por um seminário secreto sobre a mortalidade da alma, por uma piada às custas dos devotos que iam beijar o túmulo de Santo Antônio, em Pádua, e por sua opinião de que Deus mantinha-se afastado do funcionamento do universo. Estava numa posição em que podia influenciar jovens que mais tarde seriam eminentes na vida veneziana, e as atitudes de Zuanfrancesco Loredan e seu círculo talvez pudessem ser creditadas em parte ao exemplo de Cremonini.[6]

Esta era a educação formal de um patrício, mas a educação informal também tinha a sua importância. Quer soubessem ler ou escrever, os nobres venezianos aprendiam o que um contemporâneo descreveu cruelmente como "um certo estilo e um modo suave de falar acompanhado de umas maneiras sérias que enganam as pessoas com facilidade".[7] Como em Oxford e Cambridge, no século XVII, o jovem cavalheiro não dedicava a sua atenção exclusivamente ao currículo acadêmico. Havia escolas de equitação, de esgrima e de dança em Pádua, desde o começo do período. Alguns pais venezianos tinham consciência do valor da viagem como uma forma de educação, especialmente como uma forma de educação política — Domenico Contarini* e seu irmão Anzolo Contarini*, o primeiro um doge e o outro um diplomata de renome, foram enviados ao exterior quando jovens, para ganhar experiência nas cortes de príncipes, "a fim de nos tornarmos competentes e aptos para governar bem a nação". Da mesma forma, Francesco Contarini* viajou pela França, Espanha e Portugal, e Ferigo Corner* viajou pela França, Espanha e Alemanha, e não era incomum que jovens de boa família viajassem no séquito de um embaixador — Giacomo Foscarini* visitou a França desta maneira, e Pietro Basadonna* visitou Istambul.[8]

Uma outra forma de "noviciado político", como um contemporâneo a chamava, era institucionalizada; tratava-se da nomeação para o cargo de *savio agl'ordini*, aproximadamente aos 25 anos, com o objetivo de aprender sobre as questões públicas escutando as discussões do Colégio. Assim, Lunardo Donà*, Agostino Nani* e Bertucci Valier* foram nomeados *savi* aos 25 anos; Marcantonio Barbaro*, inusitadamente cedo, aos 23 anos; e Nicolò da Ponte, aos 22, aproximadamente. Essa iniciação política era um meio óbvio para o jovem de relações influentes passar à frente de seus contemporâneos na corrida pelos cargos — acesso a uma educação especial é um meio bem conhecido pelo qual uma aristocracia permanece no poder por várias gerações. Havia cinco desses *savi* no mesmo período, e cada um exercia o cargo durante seis meses, sendo possível voltar a ocupá-lo, como Francesco Erizzo*, que o fez por três vezes.[9] Um último tipo de educação informal, que podia começar já desde os doze anos, era o serviço no mar como *nobile di galera*, uma espécie de aspirante de marinha que aprendia a comandar: dois postos eram reservados a jovens nobres em cada galera, e seis em cada galeaça. As carreiras navais de Zuan Bembo* e Francesco Morosini*, entre outros, começaram desta maneira.[10]

Tanto em Amsterdã como em Veneza, quase nada sabemos sobre os importantíssimos primeiros anos de formação, mas os fragmentos de informação disponíveis sugerem um considerável contraste entre as duas cidades. Em Amsterdã, o filho de um membro da elite era educado numa família relativamente pequena, sem tios e sem muitos criados. A família era uma sociedade mais democrática do que em Veneza. As esposas e os criados holandeses tinham uma posição relativamente favorável que tendia a surpreender os visitantes estrangeiros.[11] É razoável suspeitar de um menor emprego da ama-de-leite em Amsterdã, porque havia menos criados; e de um desmame mais cedo, em virtude do menor uso de amas-de-leite. Tem-se sugerido que o desmame prematuro provoca ansiedade na criança, a ansie-

dade leva à ganância, a ganância gera ambição no adulto, e a ambição conduz a realizações.[12] Verdade ou não, a elite de Amsterdã era formada por realizadores, e a ganância era um vício mais caracteristicamente seu que dos venezianos; devendo-se acrescentar que, em suas famílias menores, os indivíduos, apenas para sobreviver economicamente, sentiam maior necessidade de realizações do que os venezianos; e que, como eram plebeus, sua identidade dependia mais de suas realizações do que a identidade dos nobres venezianos. A educação era provavelmente mais severa em Amsterdã do que em Veneza: os calvinistas inclinavam-se a ver as crianças pequenas como perversas, uma idéia associada à sua ênfase no pecado original, e, assim, é provável que fossem severos ao educar as crianças no "temor a Deus".[13] A vergonha do corpo era mais desenvolvida na sociedade holandesa do que em qualquer outra parte da Europa — Nicolaes Witsen*, numa visita à Rússia, registrou o seu choque ao ver homens e mulheres tomando banho nus, "como animais, sem vergonha". A extraordinária limpeza das casas holandesas causava grande impressão nos visitantes da Inglaterra e da França; é, portanto, provável que as virtudes de limpeza e ordem fossem inculcadas nas crianças desde cedo, contribuindo para a formação de adultos organizados.[14] Em suma, é tentador comparar a infância dos amsterdameses com a dos índios *yurok* tão brilhantemente descrita por Erik Erikson; por mais diferentes que sejam as duas estruturas sociais, encontramos a mesma ênfase em economia e limpeza. Os *yurok* eram uma sociedade de pescadores de salmão, e a riqueza de Amsterdã também se baseava no peixe — no comércio do arenque.[15]

Uma data significativa na história da educação em Amsterdã, por razões negativas, é 1578: as escolas monásticas foram abolidas, restando apenas as escolas particulares e os "ginásios públicos", ou escolas secundárias, na "Parte Antiga" e na "Parte Nova" de Amsterdã. A da Parte Antiga tinha maior reputação e, no começo do século XVII,

o mais conhecido dos professores era um homem de Devonshire, Matthew Slade, em certa época um brownista. O Conselho da Cidade demonstrou um interesse considerável pela escola, nomeando, dentre seus próprios membros, *scholarchs* para dirigi-la: por exemplo, Gerard Schaep*, Nicolaes Tulp*, Jacob de Graeff*, Cornelis de Graeff*. Alguns membros da elite certamente ali estudaram: Willem Backer*, por exemplo, Nicolaes Tulp*, Nicolaes Witsen* e Coenraed van Beuningen*. Ainda se conservam listas de alunos a partir de 1685 em diante, mostrando que a escola, então, continha cerca de duzentos alunos e que havia muitos nomes de patrícios entre eles. A competição era encorajada pela concessão de prêmios e, assim, em 1704, Joannes Corver, da famosa família de burgomestres, recebeu o prêmio por aplicação, com um registro especial sobre a sua capacidade e o seu estímulo para os outros alunos.[16] Alguma idéia da proficiência em latim e dos valores inculcados na escola emerge dos versos recitados publicamente por um aluno exemplar no começo do ano letivo, sendo depois publicados — por exemplo, o encômio a VOC proferido por Jan Backer*, então com dezesseis anos em 1678, ou a "oração métrica" sobre a necessidade de harmonia cívica pronunciada por Jan Trip*, em 1681. Também era possível aprender ali "um pouco de grego", como Nicolaes Witsen* registra em sua autobiografia.[17] Todas estas evidências referem-se à parte final do período, pois o início é muito mais obscuro e, embora saibamos, a partir dos documentos de C. P. Hooft* (nascido em 1547), que ele se mostrava capaz de citar Lívio livremente em latim, não sabemos se ele era a regra ou a exceção.

Da escola, mais de um terço da elite seguia para a universidade, a escolha mais óbvia sendo Leiden, que tinha sido fundada em 1575: mais de 50 membros do grupo ali estudaram; não eram coagidos a ir para Leiden, e os pais amsterdameses podiam mandar seus filhos à universidade Franeker, em Friesland (pelo menos oito assim o fizeram), ou a uma universidade estrangeira — Martin Coster* estu-

dou em Ferrara; Pieter Schaep*, em Heidelberg; Gerard Schaep*, em Orleans; Volckert OIverlander*, em Basel; Andries de Graeff*, em Poitiers; François de Vicq*, em Pádua. O tema de estudo mais popular era o Direito. Em Leiden, trinta membros da elite matricularam-se em Direito; dez, em Filosofia; oito, em Letras e, em 1637, Frans Reael* matriculou-se em História, uma escolha incomum na época, embora as aulas de História em Leiden, durante o período, fossem dadas por eruditos de alta excelência como Lipsius, Merula e Heinsius. O interesse pela História, que vimos ser uma característica do grupo, era certamente encorajado pela sua educação universitária.[18]

De 1632 em diante, havia uma instituição de ensino superior na própria Amsterdã: o Athenaeum. Parece ter sido usado como um estágio entre a escola e a universidade; no final do século XVII, a classe mais adiantada de latim podia passar diretamente para o Athenaeum. As listas de estudantes durante todo o século desapareceram, mas é plausível conjecturar que o número de membros da elite que ali estudaram, em casa, superava o dos que seguiam para Leiden. O que tornava o Athenaeum especialmente importante era o seu currículo. Uma nova instituição tem maior facilidade para ensinar novos temas e abandonar antigos objetos de estudo do que uma instituição tradicional. O Athenaeum foi inaugurado com Barlaeus ensinando filosofia e Vossius ensinando história. Ambos eram arminianos (Barlaeus tinha perdido o seu posto de professor em Leiden por esta razão), o que mostra a facção predominante em Amsterdã, em 1632. As conferências inaugurais de ambos os professores sugerem uma abordagem pragmática de seus respectivos temas; Barlaeus falou sobre o "mercador sábio" (*mercator sapiens*), e Vossius, sobre "o emprego de história". As ciências naturais logo se tornaram uma parte importante do currículo no Athenaeum. Na metade do século XVII, ensinavam-se ali Matemática, Astronomia, Botânica e Medicina. Sabemos que Nicolaes Witsen* estudou Astronomia nessa instituição. Alguns dos professores simpatizavam com Descartes e sua filosofia numa época em que ele era considerado um perigoso inovador em outros lugares, tanto em Leiden como na França. Professor de Raey, que lecionou no Athenaeum de 1669 em diante, tentou fazer uma síntese de Aristóteles e Descartes e, mais tarde, os partidários de Descartes parecem ter triunfado, pois uma edição das suas obras foi publicada, em 1694, para uso dos estudantes do Athenaeum. Um interesse pelas ciências naturais, simpatia por inovação intelectual (p. 111, acima), um modo de pensar cartesiano — todos estes elementos eram encorajados, se não implantados, pelos professores no Athenaeum.[19]

Em Amsterdã, havia também uma instituição política com uma função semelhante ao posto de *savio agl'ordini* em Veneza. Tratava-se do "secretário", uma nomeação secundária quase sempre atribuída a jovens de família patrícia, às vezes anos antes de eles próprios entrarem no Conselho da Cidade. Assim Coenraed van Beuningen* foi secretário quando tinha 21 anos, e entrou no Conselho com 38 anos; Gerrit Hooft* foi secretário quando tinha 24 anos, e entrou no Conselho com trinta anos; Cornelis Munter* foi secretário com 24 anos e conselheiro com 49 anos. A viagem era um tipo importante de educação informal, tanto em Amsterdã como em Veneza, e poderia ser feita por razões comerciais — C. P. Hooft* viajou "para o Leste", conforme suas palavras, provavelmente para Koenijsberg, passando ali três ou quatro anos, quando era aprendiz de comerciante (*iong coopgesel*), no início de seus vinte anos — ou, em outros casos, com uma orientação mais política — Coenraed van Beuningen* foi a Paris em 1642, com vinte anos, como secretário do célebre Grotius, e Nicolaes Witsen* foi a Moscou em 1664, com 23 anos, no séquito do embaixador. Outros faziam a Grande Viagem (*groote tour, speelreis*) com ou sem tutor. Em 1591 o famoso erudito Lipsius viajou para o exterior como tutor de sete jovens neerlandeses, inclusive Jacob de Graeff*, então com vinte

anos; o filho de Jacob, Cornelis de Graeff*, foi a Paris nos seus vinte anos; Joan Huydecoper*, o jovem, foi à França e à Itália. Ao voltar da Rússia, Nicolaes Witsen* visitou (entre outros lugares) Paris, Milão, Florença, Roma, Genebra e Frankfurt.

É provável que tanto os venezianos como os amsterdameses, por razões econômicas e políticas, viajassem mais do que a maioria das elites governantes na Europa do século XVII, apesar da moda crescente da Grande Viagem. Viajar na juventude talvez fosse considerado uma socialização que promovia a tolerância, o que ajudaria a explicar a notável ênfase nesse valor em ambos os patriciados.

De *entrepreneur* a *rentier*

Em todos os capítulos anteriores, foram feitas referências a mudanças durante o período. Essas mudanças merecem um capítulo especial que descreva as diferenças entre os patrícios de Amsterdã e Veneza, em 1580 e em 1720. A pergunta óbvia a fazer, uma pergunta que tem sido formulada desde o próprio século XVII, é se Veneza e Amsterdã "entraram em decadência". "Decadência" é um conceito sem o qual os historiadores enfrentariam dificuldades, mas é, não obstante, um termo muito vago e, portanto, é necessário fazer toda espécie de distinções antes de se poder utilizá-lo confiavelmente. As cidades de Veneza e Amsterdã entraram em decadência ou foram as suas elites que decaíram? A decadência foi uma diminuição de população, uma diminuição de riqueza ou uma diminuição de poder? A decadência foi relativa ou absoluta?

Vamos examinar primeiro a população. Em Veneza, onde a elite constituía a parte superior de uma nobreza formalmente definida, a decadência demográfica era bastante visível. Os nobres venezianos com mais de vinte e cinco anos (isto é, com idade para ingressar no Grande Conselho) chegavam a 1 967, em 1594, mas esse número tinha diminuído para 1 703, no ano de 1719. Nesse meio tempo, cem novas famílias haviam se tornado nobres, acrescentando

316 indivíduos com mais de vinte e cinco anos, em 1719; por isso o declínio nas famílias mais antigas foi enorme, de 1 967 para 1 387. Deveria acrescentar-se que as novas famílias não apresentavam a organização de clã das mais antigas; em 1719, as novas famílias tinham em média três adultos para cada sobrenome, as famílias antigas registravam em média doze.[1]

Uma razão para esse declínio da população era a praga, em particular a praga de 1630-31, uma vez que a escolha de 1580 como uma linha básica significa que os efeitos da outra grande praga, a de 1575-7, já foram levados em consideração. Veneza como um todo recuperou-se de pragas no sentido de que sua população voltou a crescer até atingir o antigo nível, cerca de 140 mil habitantes; a nobreza não se recuperou. Pode ser que Veneza tenha recuperado seu antigo tamanho apenas através da imigração, e que o número das famílias de naturais de Veneza em geral tenha se reduzido; não houve estudo desse problema. Mas no caso da nobreza, os historiadores foram atraídos por uma explicação dada na época, a de que a quantidade de nobres estava diminuindo devido ao menor número de casamentos dos mesmos. Um estudo de caso sobre 21 famílias nobres venezianas mostrou que, no século XVI, 51% dos nobres que chegavam à idade de se casar não contraíam matrimônio; no século XVII, a proporção subiu para 60% e, no século XVIII, subiria para 66%.[2]

Outra mudança na estrutura da nobreza veneziana foi o equivalente local da "inflação de honrarias", fenômeno bem conhecido da Inglaterra do século XVII. Durante as guerras contra o Império Otomano pela disputa de Creta, na metade do século, e pela disputa da Moréia, perto de seu final, o governo tinha grande necessidade de dinheiro e permitiu que novas famílias ingressassem na nobreza. O preço era 100 mil ducados. Para o governo, até uma família que vendia salsichas e provinha de Bergamo (os Minelli) tornava-se aceitável por esse preço, um fato que causava grande amargura entre os nobres de estirpe antiga.

Também era possível comprar procuradorias, por 20 mil ou 25 mil ducados — o número de procuradores de 1578 havia dobrado em 1719, e alguns não tinham ocupado nenhum outro cargo importante. Especialmente marcante, numa gerontocracia como Veneza, é a venda de cinco procuradorias a adolescentes, uma, em 1649, para o filho do doge, Silvestro Valier*, e as outras quatro na década de 1690, quando a falta de homens para preencher os cargos, bem como a falta de dinheiro, estavam se tornando um problema agudo para o governo veneziano. Entretanto, as famílias nobres antigas virtualmente monopolizavam essas honras. Apenas cinco membros das novas famílias tornaram-se procuradores durante o período.[3]

Na República Holandesa, os patriciados de algumas cidades, Zierikzee, por exemplo, tinham problemas de população decrescente semelhantes aos de Veneza, mas Amsterdã não estava entre esses centros urbanos. Amsterdã continuou a crescer até cerca de 1680, e o número de cargos a serem preenchidos era pequeno comparado com o de Veneza. De fato, na Amsterdã do final do século, observava-se a tendência de a elite se fechar; dos quarenta novos burgomestres escolhidos entre 1696 e 1748, apenas três não tinham relações com burgomestres anteriores. Não houve declínio de poder para famílias como os Corver.[4]

Os patrícios de Veneza e Amsterdã não parecem ter experimentado uma diminuição de riqueza durante o período. Em Veneza, em 1581, os dezoito membros da elite que preencheram declarações de renda afirmaram possuir, em média, 1 300 ducados por ano, e, em 1711 os 38 que preencheram declarações de renda afirmaram possuir, em média, 7 500 ducados por ano. É difícil saber exatamente que conclusões tirar desses números; é improvável que representem um simples aumento de quase seis vezes mais na riqueza da alta nobreza veneziana. Tem-se de fazer algum desconto devido à desvalorização do dinheiro, pelo menos de 1581 até cerca de 1620; e outro desconto devido ao fato de que a crescente venda de procuradorias atraía

homens ricos para a elite. Pode-se também suspeitar, sem se ter meios de verificar a hipótese, que a diferença nas rendas declaradas em 1581 e 1711 é, em grande parte, a diferença entre um grupo que possui uma boa quantidade de capital investido no comércio (capital que não aparece nas declarações) e um grupo que tira da propriedade de terras e casas o grosso de sua renda. Mesmo assim, a elite não parece estar em decadência econômica; não foi a elite, mas a cidade que entrou em decadência, passando de um porto de importância européia a um porto de importância regional. E, mesmo neste caso, o que aconteceu foi menos uma mudança de Veneza do que o fato de Veneza ter continuado a mesma, enquanto o mundo ao seu redor mudava; os holandeses e os ingleses começaram a operar no Mediterrâneo, e o Mediterrâneo entrava em decadência em virtude da nova importância do Atlântico.[5]

Em Amsterdã, o aumento espetacular na riqueza dos cidadãos mais ricos (inclusive a elite) foi tanto real como visível. Amsterdã não era uma cidade rica ou populosa em 1585, quando a população consistia em cerca de 30 mil habitantes e apenas 65 famílias tinham as suas propriedades estimadas em 10 mil florins ou mais, mas era ambas as coisas em 1674, quando a população chegava quase a 200 mil habitantes e o patrimônio de 259 famílias era estimado em 100 mil florins ou mais. A riqueza da cidade continuou a aumentar além dos limites do nosso período (até aproximadamente o ano de 1730), e a elite continuou a ter uma boa parte dessa riqueza.

Onde está então a decadência? Houve decadência? Os contemporâneos fixaram-se numa mudança de estilo de vida das duas elites, o que freqüentemente interpretaram como uma decadência moral, uma substituição (para voltar à linguagem de Paretol) de um grupo de *entrepreneurs* por um grupo de *rentiers*. Essa mudança realmente aconteceu? Em caso positivo, quando ocorreu e por quê?[6]

É conveniente começar com as respostas do século

XVII a estas perguntas. Por volta de 1612, o embaixador britânico, Dudley Carleton, descreveu a nobreza veneziana da seguinte maneira:

> *Eles aqui mudam as suas maneiras... Seu antigo modo de vida era o comércio; o que está agora totalmente abandonado, pois eles se voltam para a terra comprando casa e terras, equipando-se de carruagem e cavalos, e entregando-se a uma boa vida com mais ostentação e galanteria do que aquela a que estavam acostumados... seu costume era enviar os filhos ao Levante, em galeras, para familiarizá-los com a navegação e o comércio. Agora, enviam-nos em viagens para aprender antes os modos do cavalheiro que os do mercador.*

Em 1620, um contemporâneo anônimo, escrevendo em italiano, sugeria que "os nobres venezianos, agora, permanecem em casa ociosamente, em vez de viajarem para o Levante", e que eles passaram a se dedicar à exploração dos campos do continente para grande perda da população subjugada.[7]

Quanto aos Países Baixos, o historiador holandês Aitzema registra a queixa, feita em Amsterdã, em 1652, "de que os regentes não eram comerciantes, de que não assumiam riscos nos mares, mas tiravam sua renda de casas, terras e títulos (*renten*), deixando desse modo que o mar se perdesse". A passagem foi citada muitas vezes em discussões sobre a história social holandesa nos últimos cem anos.[8]

Em outras palavras, os contemporâneos observaram uma mudança muito importante no estilo de vida das duas elites, durante o desenrolar-se do século XVII. A mudança foi um deslocamento do mar para a terra, do trabalho para o prazer, da parcimônia para o consumo ostentatório, do *entrepreneur* para o *rentier*, do burguês para o aristocrata.

Antes de continuar a discutir explicações possíveis para esta mudança, é melhor seguirmos o excelente conselho de John Selden. "Não se deve investigar a razão de um fenômeno, antes de se ter certeza de que o próprio fenômeno existe". Em geral, perguntamos "qual é a razão disso"?, antes de termos certeza do fenômeno em questão". A mudança realmente ocorreu? Os contemporâneos nem sem-

pre têm razão a respeito dos processos sociais nos países que visitam ou, até, nos países em que vivem. No começo do século XVI, um diarista do clã nobre veneziano dos Priuli queixara-se, quase nos mesmos termos de Carleton, de que a nobreza veneziana estava abandonando o mar pela terra e preferindo o prazer ao trabalho. Por volta de 1600, o *capitano* veneziano de Pádua declarou que um terço da terra em Padovano era propriedade dos venezianos; mas a mesma afirmação já havia sido feita antes, em 1446. Na verdade, os venezianos já tinham comprado grandes extensões de terra perto de Pádua, quase no final do século XIII. Por falar nisso, os nobres venezianos tinham propriedades na Itália Setentrional, no século IX. Assim, a substituição do *entrepreneur* pelo *rentier* começa a ficar parecida com a ascensão da classe média: é descrita como tendo acontecido em tantos períodos que se começa a duvidar de que realmente tenha acontecido.[9]

Quanto a Amsterdã, os historiadores que citaram a famosa passagem de Aitzema nem sempre se lembraram de que ela não representa o veredito ponderado desse cronista meticuloso e sensato.[10] Ele registra o fato como uma queixa feita por alguns comerciantes de Amsterdã no primeiro ano da primeira guerra anglo-holandesa, no sentido de que a guerra não estava sendo travada com bastante firmeza e de que seus interesses estavam sendo negligenciados. Não estavam tentando descrever a mudança social, mas criando um caso político. De fato, se examinadas as ocupações dos membros do Conselho da Cidade em 1652, deve-se constatar que dezoito dos 37 membros eram comerciantes ou fabricantes, e outros oito eram diretores da VOC ou da Companhia das Índias Ocidentais, restando apenas onze homens que não eram nem uma coisa nem outra, dos quais o mais famoso foi o burgomestre Cornelis de Graeff*. Mais uma vez, o ceticismo é adequado.[11]

Outra forma de procurar saber se a substituição do *entrepreneur* pelo *rentier* realmente ocorreu é examinar famílias específicas. Isto não é fácil de se fazer em Veneza, onde as afirmações sobre as atividades comerciais dos nobres são tão fragmentárias, embora talvez se pudesse comparar Zuanbattista Donà*, mercador no Levante, com seu filho Lunardo Donà*, cuja riqueza derivava-se principalmente de terras nos arredores de Verona.[12] O estudo de mudanças dentro de famílias individuais foi levado muito mais adiante no caso de Amsterdã e, como exemplo, historiadores gostam de indicar as três gerações da família de Graeff. Dirck Graeff* era um comerciante de ferro, que se tornou burgomestre em 1578; seu filho Jacob também era um comerciante, mas comprou o feudo de Zuidpolsbroek, passou a se denominar Jacob de Graeff*, Vrijheer van Zuidpolsbroek e foi burgomestre de 1613 em diante. Dois dos filhos de Jacob foram os famosos irmãos Andries e Cornelis de Graeff*, que não eram de modo algum comerciantes, mas *rentiers* e políticos (o famoso retrato de Cornelis de Graeff*, feito por Nicolaes Elias Pickenoy, apresenta-o vestido como um cavalheiro, de gibão de brocado com gola e punhos de renda, de calças e sem o manto do mercador). Também se podem considerar as três gerações da célebre família Bicker. Gerrit Bicker*, que se tornou burgomestre em 1603, era um fabricante de cerveja; seu filho, o famoso Andries Bicker*, que se tornou burgomestre em 1627, era um mercador no comércio russo, tinha uma propriedade e usava o título de Heer van Engelenberg, mas seu retrato, feito por van de Helst, mostra-o vestido simplesmente e com uma expressão severa. Os historiadores holandeses gostam de comparar este retrato com um do filho de Andries Bicker*, Gerard, que ali aparece gordo e dissoluto e, na verdade, não veio a ser nada. Outro contraste famoso nas vidas e retratos é o estabelecido entre C. P. Hooft*, mercador e burgomestre, com seu longo e sóbrio manto, e seu filho P. C. Hooft, historiador e poeta, que não seguiu a carreira do pai no comércio e na política da cidade, mas viveu como um cavalheiro no castelo de Muiden.

Todas estas mudanças no estilo de vida de duas ou três gerações são bastante claras, e mais exemplos poderiam

ser dados, mas é importante não confundir o que acontece a uma família com o que acontece a um grupo social. A família Graafland, por exemplo, apresentou o mesmo padrão de mobilidade social e mudança de estilo de vida verificado junto aos de Graeff, mas um século mais tarde. Cornelis Graafland*, o primeiro de sua família a entrar no Conselho da Cidade, comerciava ferro, exatamente como Dirck Graeff*; era filho de um imigrante de Amsterdã, um fabricante de arcas que veio de Roterdã, e entrou no Conselho em 1667. Seu filho Joan Graafland*, nascido em 1652, foi para a universidade, casou-se com uma jovem da família Valckenier, uma das mais famosas no patriciado de Amsterdã, e tornou-se burgomestre em 1703. Seu filho Gillis Graafland* veio a ser Heer van Mijnden, onde possuía uma casa de campo.

A moral da história é que não basta tomar exemplos individuais; para estudar o problema da "aristocratização", ou a substituição do *entrepreneur* pelo *rentier*, é necessário adotar uma abordagem mais quantitativa. Dois dados sobre a elite prestam-se a uma quantificação: saber se eles tinham uma ocupação e se tinham uma casa de campo. O *entrepreneur* é mais propenso a ter uma ocupação, mas nenhuma casa de campo; o *rentier*, a ter uma casa de campo, mas nenhuma ocupação. A regra não é infalível; se as diferenças entre os dois grupos são definidas em termos de atitude, é perfeitamente possível encontrar um proprietário de terras *entrepreneur* (como Jacob Poppen*), bem como um *rentier* sem casa no campo. Ainda assim, é provável que um aumento na posse de casas de campo e um decréscimo em ocupações registradas indiquem entre si uma substituição do *entrepreneur* pelo *rentier*. A tendência é a seguinte:[13]

Período	Sem ocupação	Com casa de campo
1618-50	33%	10%
1650-72	66%	41%
1672-1702	55%	30%
1702-48	73%	81%

Esses números sugerem que a mudança realmente ocorreu; que foi gradual, e não repentina; e que a predominância do *rentier* não aconteceu por volta de 1650 (como sugere a citação de Aitzema), mas por volta de 1700, parecendo ter estado associada a um crescente interesse pelas artes.

É uma pena que uma abordagem quantitativa semelhante não possa ser tentada no caso de Veneza, mas nesta cidade todos os patrícios possuíam terras no começo do período, bem como no seu fim; eram todos nobres e, por isso, não descreviam a sua ocupação; embora alguns deles estivessem envolvidos com o comércio, direta ou indiretamente, as declarações de renda não forneciam informações a respeito. Entretanto, há alguma evidência de uma substituição do comércio pela terra nesse período.[14]

Havia forças empurrando a elite veneziana para fora do comércio, e forças atraindo-a para a terra. A perda de Chipre, em 1570, foi um golpe no comércio; assim como a presença, no Mediterrâneo e no Adriático, de navios ingleses e holandeses que combinavam comércio e pirataria, aproximadamente de 1580 em diante; e também a aparição dos piratas bárbaros e dos uscocos, que operavam a partir de bases na costa da Dalmácia. Outro golpe no comércio foi o fracasso do último banco privado, propriedade de membros dos clãs Pisani e Tiepolo, em 1584. Sabemos alguma coisa sobre o impacto da perda de Chipre sobre um membro da elite, Francesco Corner*, que possuía plantações de açúcar na ilha: ele estava elaborando o seu testamento quando ficou sabendo da perda, e teve de mudar algumas de suas disposições. Quanto à atração pela terra, há o fato de que os preços do trigo triplicaram em Veneza entre 1550 e 1590. Os venezianos comiam trigo; protestaram contra os pães de painço em 1570. O crescente poder do Império Otomano ameaçava as importações de milho da Europa Oriental, fazendo com que se tornasse um bom negócio cultivar milho no continente.[15]

Por essas razões, é provável que os nobres venezianos,

inclusive os membros da elite, se voltassem para a terra no final do século XVI e começo do século XVII, embora mantivessem as atitudes ativas de *entrepreneurs*. Nesse período, houve uma explosão de saneamento de campos no continente veneziano, em que predominavam os consórcios nobres, que incluíam membros da elite como Ferigo Contarini* e Luca Michiel*. Em 1636, os venezianos possuíam 38% de Padovano, em comparação com os 33%, de 1600.[16] Entretanto, a valorização da terra não durou muito tempo. A depressão econômica do século XVII, que afetou a maior parte da Europa, já era visível no Vêneto na década de 1610, e em 1630-31 foi reforçada pela praga, que rapidamente reduziu a população sob o domínio veneziano de aproximadamente 1 milhão e 700 mil a cerca de 1 milhão. A população rural recuperou-se por volta de 1690, mas permanece a impressão de que os grandes proprietários de terra venezianos demonstravam menos interesse por suas terras como empresas do que até então, de que desenvolviam atitudes de *rentier*. Foi no final da década de 1620 que Renier Zen* fez no Grande Conselho um discurso famoso contra o comércio. O tratado sobre a educação de um nobre veneziano, escrito por Colluraffi, no começo do século XVII, previne o leitor do perigo do comércio, que afasta o nobre da política, atividade mais importante. Um tratado anônimo, às vezes atribuído a Sarpi, também recomenda que os nobres mantenham-se longe do comércio, e no final do século XVII um tratado escrito pelo nobre cretense Zuanantonio Muazzo comenta a substituição de um envolvimento com o comércio pelo investimento em terras, explicando-a por um desejo de rendas mais seguras, mesmo se menores.[17] A evidência dos projetos de vilas aponta na mesma direção. O arquiteto Scamozzi distinguia entre dois tipos de vilas: a vila menor, na qual a fazenda fica perto dos alojamentos do proprietário, de modo a permitir que ele veja facilmente o que se passa, e a vila maior, na qual os alojamentos ficam bem afastados do resto da propriedade. Da vila Maser, que pertencia a Marcantonio

Barbaro* (morto em 1595) e na qual os estábulos e os quartos de se fabricar vinho faziam parte do conjunto central, à vila Manin ou à vila Pisani, em Strà, nas quais não há prédios da fazenda perto dos alojamentos, a tendência é bastante clara: a vila-fazenda via-se substituída pela vila-palácio.[18] O aumento de importância do intendente ou administrador, já mencionado (p. 77 acima), faz parte da mesma mudança.

Em suma, a substituição de atitudes de *entrepreneur* por atitudes de *rentier* parece ter sido geral em ambas as elites. Em Veneza, ela ocorreu por volta de 1630, e em Amsterdã, perto de 1700 — nos dois casos a mudança deveria ser datada mais tarde do que usualmente tem sido. Mas por que ocorreu afinal? Há duas possibilidades óbvias que precisam ser discutidas, cada uma por sua vez: explicações em termos de fatores internos e externos. Em cada caso, a explicação será um exemplo do que Fernand Braudel chamaria de "história inconsciente", no sentido de que as duas elites nunca pretenderam mudar as suas atitudes ou o seu estilo de vida. Qualquer veneziano do século XVII, como Michele Foscarini ou Zuanantonio Muazzo, poderia notar o menor número de casamentos dos nobres e até relacionar este fato com o declínio do comércio, mas é improvável que isso entrasse nos cálculos dos indivíduos e das famílias interessadas. Não há muitas sociedades onde os homens, ao agir, possam se ver participando de uma tendência social geral. Ao mesmo tempo, deveria enfatizar-se que as mudanças que estamos discutindo não foram impostas aos dois grupos por necessidade; havia para eles outras reações ou estratégias possíveis. Um determinado patrício não tinha de comprar terras ou investir na dívida pública; assim o fazia, porque lhe parecia a medida mais adequada no momento. Sabia por que estava tomando esta decisão, mas não tinha consciência de todas as conseqüências deste ato para a sua própria família e para as famílias de seus contemporâneos, que estavam tomando decisões semelhantes na mesma época.[19]

A primeira explicação possível para essa substituição do *entrepreneur* pelo *rentier* é a que se formula em termos de fatores internos. A essência do processo foi resumida por Adam Smith, quando escreveu que "os comerciantes têm, em geral, a ambição de se tornarem cavalheiros rurais".[20] Os mercadores eram *entrepreneurs*, eram um grupo orientado para as realizações; não constituíam o grupo de status mais elevado na sociedade e tomavam o grupo mais elevado, a nobreza, como um "grupo de referência" ou modelo cultural, mas a nobreza era formada por *rentiers*. Assim, na Europa pré-industrial, um burguês bem-sucedido tenderia a se tornar um nobre, ou seu filho atingiria esse objetivo. É fácil ilustrar este processo com exemplos da história da Inglaterra, França ou Espanha dos séculos XVI e XVII. Os mercadores compravam terras, adquiriam títulos e, então, abandonavam o comércio. Deste ponto de vista, o surpreendente não é a mudança, mas o fato de ter demorado tanto a acontecer não só em Veneza, mas também em Amsterdã. Pode-se explicar esta demora pelo fato de ambas as cidades estarem situadas em repúblicas, onde não havia reis com nobrezas da corte a serem imitadas, e pelo fato de ambas as cidades ficarem distantes de terras boas, de modo que as duas elites quase se viram forçadas a fazer investimentos mais produtivos. Mas esses obstáculos só podiam retardar a mudança, não podiam impedi-la completamente.

Essa explicação parece funcionar muito bem para Amsterdã. Na República Holandesa, a elite de Amsterdã não era o grupo de status mais elevado. Embora não houvesse rei, havia uma nobreza ao redor do *stadholder* em sua corte em Haia, que funcionava como um grupo de referência para os comerciantes de Amsterdã. O comerciante poderia mudar o seu estilo de vida. Uma missão no exterior poderia levá-lo a ser nomeado cavaleiro por um monarca estrangeiro. A tentação de viver num estilo apropriado ao seu título de cavaleiro era considerável e, se não mudasse o seu estilo de vida, como, por exemplo, Sir Reynier

Pauw* aparentemente não mudou, ainda poderia, desejando que seus filhos tivessem uma posição social melhor que a sua, educá-los com esse objetivo, mandando-os para o Athenaeum ou para a universidade (pelo menos três membros da elite fizeram seus doutorados, antes de entrarem no comércio; Dr. Cornelis van Dronckelaer*, Dr. Jan ten Grootenhuys* e Dr. Gerard van Hellemont*). Esses homens eram realmente *mercatores sapientes*, mas constituíam exceção. Em geral, a educação superior tornava os homens incapazes de seguirem os passos de seus pais, envolvendo-se nos negócios da família. O mecanismo social é bem conhecido. Os Medici são um exemplo famoso, e é interessante descobrir P. C. Hooft escrevendo um livro sobre os Medici e comparando Cosimo, um homem rico e inteligente, mas sem grande instrução, com seu neto Lorenzo, patrocinador de literatura e ele próprio um poeta, mas sem grande interesse por negócios. É difícil resistir à impressão de que Hooft estava pensando em seu pai e nele próprio.[21] O processo não poderia ser resumido mais elegante e brutalmente do que num *haiku* japonês do século XVIII:

> *Casa à venda*
> *Ele escreve em fino estilo chinês*
> *A terceira geração.*[22]

No caso de Veneza, essa espécie de explicação não funciona tão bem. A elite veneziana fazia parte de uma nobreza formalmente definida, não tendo nenhum grupo de referência além de si mesma, a não ser que se tratasse dos nobres do continente da Itália Setentrional. Os venezianos adquiriram um império na Itália Setentrional, no século XV, e, gradativamente, passaram a comprar mais terras e a ter um estilo de vida e valores parecidos com os dos nobres do continente. Assim como a China assimilou os invasores mongóis e manchus, a Itália Setentrional assimilou os venezianos invasores. A terra começou como serva e terminou como mestra.

No caso de Amsterdã, fatores internos parecem explicar a curva de desenvolvimento dentro de famílias individuais como os de Graeff, os Bicker ou os Hooft, porém não explicam tão satisfatoriamente as mudanças no grupo como um todo. No caso de Veneza, já fomos levados a dar alguma espécie de explicação externa; entretanto, a explicação mais óbvia da mudança social em termos de fatores externos implica examinar a economia. Como disse Pareto, períodos de crescimento econômico são favoráveis às elites de *entrepreneurs*, enquanto períodos de estagnação ou depressão econômica são favoráveis aos *rentiers*. Se um período de crescimento é seguido por um de depressão, há duas possibilidades: ou o grupo dominante modificará suas atitudes e comportamento, ou será substituído por um outro grupo. A formulação clássica do dilema é *O Leopardo*, de Lampedusa, no qual um aristocrata da nova geração, Tancredi, diz a um aristocrata da geração mais velha, Fabrizio, que "se quisermos que tudo fique como está, é preciso mudar tudo" (*se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi*). A adaptação nem sempre é tão consciente, mas se poderia afirmar que, em tempos economicamente difíceis, uma reação natural é o desprezo pelo comércio; os homens não somente mudarão seus investimentos, mas também suas atitudes sociais. Em toda a Europa, o século XVII foi uma época de depressão ou crise econômica, por isso não é surpreendente descobrir nesse período esta substituição do *entrepreneur* pelo *rentier*. No caso de Veneza, recentemente descrita como tendo passado por um longa crise comercial entre 1602 e 1669, esta explicação parece realmente bastante plausível. De fato, havia um círculo vicioso. Como o comércio estava em decadência, os nobres o abandonavam, e como os nobres o abandonavam, o comércio estava em decadência. Quando Addison visitou Veneza, no começo do século XVIII, sugeriu que o comércio veneziano estava diminuindo, porque "seus nobres julgam uma tarefa indigna de sua posição social envolver-se em transações", enquanto "os mercadores que se tornam ricos compram títulos de nobreza e geralmente abandonam o comércio".[23]

No caso de Amsterdã, é necessário ser um tanto mais cauteloso. A economia holandesa em geral funcionou muito bem até aproximadamente 1730, quando os holandeses finalmente perderam a famosa posição intermediária em que sua prosperidade tinha repousado. O que decaiu realmente em Amsterdã foi o comércio de cereais no Báltico. No final do século XVI e começo do século XVII, os amsterdameses desempenharam um importante papel empresarial importando cereais da Polônia e de outros lugares da Europa Oriental, vendendo-os, a seguir, nos Países Baixos ou exportando-os novamente para a Itália, Espanha e outros lugares. C. P. Hooft*, por exemplo, havia se envolvido nesse comércio. Em 1631, o preço do centeio prussiano em Amsterdã atingiu o clímax — 263 florins por oitenta alqueires —, mas depois desse apogeu, caiu, e os preços do trigo seguiram a mesma tendência. Esse declínio foi neutralizado pelo aumento do comércio das Índias Orientais, mas o período de 1650-70 foi (a julgar pelo declínio da renda de "comboios e licenças") um período de decadência para o comércio de Amsterdã em geral. Nessa época, Jan de Witt estava tornando o investimento na dívida pública uma proposição atraente. Se a elite veneziana passou do comércio para as terras, os amsterdameses começaram a passar do comércio para os títulos.[24]

Essas explicações estão longe de serem completas. No caso de Amsterdã, é também necessário, por exemplo, levar em consideração o aumento na quantidade de negócios realizados no Conselho da Cidade; ser um regente estava se tornando um trabalho de tempo integral, incompatível com um interesse ativo pelo comércio. Se os governantes precisam ter carisma, então se poderia dizer que o uso de títulos pela elite de Amsterdã e seu estilo de vida mais cavalheiresco tinham uma função política; o burguês não heróico tinha de se tornar um cavalheiro para ser obedecido.[25]

Há também o problema de relacionar mudanças de atitude dentro de famílias com mudanças dentro de grupos.

Este problema é pequeno em Veneza, onde os procuradores de 1720 provinham mais ou menos dos mesmos clãs que os procuradores de 1580, porém é muito maior em Amsterdã, onde novas famílias ingressaram na cidade e na elite ao longo do século XVII. Mas o problema tem uma solução; a ligação entre as mudanças nas atitudes de famílias específicas e na elite em geral é demográfica.

Na Europa do século XVII, não houve apenas uma estagnação econômica, mas uma interrupção no crescimento da população. Havia de fato um círculo vicioso, porque tempos difíceis acarretavam maior número de celibatos e casamentos tardios (os pares não tinham dinheiro para se casar), e estes últimos reforçavam o declínio da população, o que tornava os tempos mais difíceis (porque a demanda de produtos, então, decrescia).[26] Esse declínio demográfico atingiu Amsterdã mais tarde, porque a imigração, bem como o aumento natural da população, tinham promovido o seu crescimento. De 1580 a 1680, houve uma imigração contínua em Amsterdã, inclusive homens com capital, talentos e ambição. Como vimos, alguns desses imigrantes ingressaram na elite, e, em outros casos, este passo coube a seus filhos. Essa imigração continuada foi (como gostaria de sugerir) a razão para a sobrevivência de atitudes empresariais em Amsterdã. Quando o processo de "aristocratização" forçou os de Graeff, por exemplo, a abandonar o comércio, outras famílias, como os Graafland, vieram substituí-los. Mas, por volta de 1680, Amsterdã parou de crescer. A fronteira fechou-se finalmente. Depois de 1672, quando dois membros foram inseridos pelo príncipe de Orange, apenas um imigrante de primeira geração ingressou na elite de Amsterdã, a qual, é claro, se tornou predominantemente *rentier* em sua composição.

As Repúblicas de Veneza e das Províncias Unidas continuaram a existir até o fim do século XVIII, mas do ponto de vista do historiador social, um ciclo de importantes mudanças tinha se completado por volta do ano de 1720.

Agradecimentos

A pesquisa em Veneza e Amsterdã necessária para este livro foi viabilizada graças ao Leverhulme Trust que me tornou um membro da Faculdade de Estudos Europeus, em 1972. Sou muito grato. Também gostaria de agradecer à equipe do Archivio di Stato, em Veneza, e do Gemeente Archief, em Amsterdã, em particular ao Dr. F. Tiepolo e ao Dr. S. Hart. Pelos conselhos, informações e estímulo, sou grato ao Dr. Gaetano Cozzi, de Veneza (cujas publicações são citadas com tanta freqüência neste livro); ao Dr. Brian Pullan, de Manchester; ao professor K. Swart, de Londres; ao professor I. Schöffer, de Leiden; ao professor C. H. Wilson, de Cambridge; e a Riccardo Steiner. Um curso sobre "aristocracias e elites" que ministrei na Universidade de Sussex foi o que me levou ao assunto em primeiro lugar, e as discussões com os estudantes que freqüentaram as aulas contribuíram muito para clarificar minhas idéias, assim como conversas com colegas de trabalho em Veneza — Bill Brown, Alex Cowan, Oliver Logan, Ed Muir e Jim Williamson. Partes deste livro ainda em forma de esboço foram testadas em platéias nas universidades de Edimburgo e Londres, bem como na conferência da Royal Historical Society sobre "Civilização Urbana", em Oxford, em 1972. Muitas das sugestões feitas nessas oca-

siões revelaram-se de grande auxílio. Pelo seu exame cuidadoso do texto datilografado e pelos aperfeiçoamentos sugeridos, gostaria de agradecer ao professor John Hale, a Rupert Wilkinson e a Maurice Temple Smith.

Apêndice

OS INVESTIMENTOS DA ELITE DE AMSTERDÃ

No começo do século XVII

Os bens de J. P. Reael*, que morreu em 1621, dividiam-se da seguinte maneira: 46% em dinheiro em caixa; 28% em casas; 12% em ações ou viagens; 8% em títulos (inclusive um empréstimo particular); 6% em terras (Amsterdã, GA, Weeskamer, Div. Mem. vol. 3, fólio 110).

Jacob Poppen*, que morreu em 1624, tinha cerca de 55% de sua riqueza investida em terras; 33% em títulos; 11% em casas (W. van Ravesteyn, *Onderzoeking over de ontwikkeling van Amsterdam* (Amsterdã, 1906, 331f.).

Barthold Cromhout* morreu em 1624, deixando pouco mais de 50% de sua riqueza investida em terras (Ravesteyn, 276 f.).

Jan Bal* (vulgo Huydecoper) morreu em 1624, deixando 66% de sua riqueza investida em casas; 24% em terras; 10% em títulos (Amsterdã, GA, Weeskamer, Div. Mem. vol. 3, fólio 212).

Simon de Rijck* morreu em 1652, deixando mais de 70% de sua riqueza investida em casas, e 25% em terras

(Amsterdã, GA, Registros de Sucessão Colateral, vol. 1, fólio 1).

Cornelis Backer* declarou seus bens por ocasião de seu casamento, em 1655; 56% de terras e 44% de títulos (Amsterdã, GA, Documentos Backer, n. 77).

No começo do século XVIII

Quinze membros da elite morreram sem filhos entre 1701 e 1725, por isso uma divisão de sua riqueza está registrada nos Registros de Sucessão Colateral, agora no GA, em Amsterdã.

Nome	Data	Ações	Títulos	Casas	Terras
A. Backer*	1701	—	41	55	4
D. Munter*	1701	50	12	20	18
C. Collen*	1704	60	40	—	—
J. Hudde*	1704	20	69	7	4
J. de Vries*	1708	23	62	9	6
F. W. van Loon*	1708	—	70	—	30
D. Bas*	1709	—	76	23	1
J. Bicker*	1713	1	95	—	4
D. Bernard*	1714	26	59	9	6
N. Witsen*	1717	10	80	5	5
J. Blocquery*	1719	71	14	15	—
A. Velters*	1719	68	25	7	0,3
N. Bambeeck*	1722	64	33	—	3
M. van Loon*	1723	9	58	22	11
J. de Haze*	1725	77	15	6	2

(todos os números expressam porcentagens)

Bibliografia

Esta bibliografia restringe-se às fontes secundárias mais importantes. Para maiores informações, ver as notas de cada capítulo.

Que eu saiba, apenas dois livros tratam de Amsterdã e Veneza em conjunto: de H. Havard, *Amsterdam et Venise* (Paris, 1876), um livro de viagem; e de J. C. de Jonge, *Nederland en Venetië* (Haia, 1852), um estudo das relações entre os dois Estados.

Estudos notáveis sobre dois membros da elite e seu meio são: G. Cozzi, *Il doge Nicolò Contarini* (Veneza/Roma, 1958), e H. A. Enno van Gelder, *De Levenbeschouwing van C. P. Hooft* (Amsterdã, 1918).

Sobre a estrutura da elite de Amsterdã, o livro indispensável é: J. E. Elias, *De Vroedschap van Amsterdam*, 2 volumes (Haarlem, 1903-5). De H. van Dijk e D. J. Roorda, "Sociale mobiliteit onder regenten van de Republiek", *Tijdschrift voor Geschiedenis* (1971), é um estudo quantitativo e comparado dos regentes de Amsterdã, Zieriksee e Veere. Para um exame mais geral, ver D. J. Roorda, "The ruling class in Holland in the seventeenth century", in J. S. Bromley e E. H. Kossmann (eds.) *Britain and the Netherlands*, vol. 2 (Groningen, 1964). Sobre a estrutura social holandesa, I. Schöffer, "La stratification sociale de la République des Provinces-Unies au XVIIe siècle", in R. Mousnier (ed.), *Problèmes de stratification sociale* (Paris, 1968). Sobre a família holandesa, A. M. van der Woude, in P. Laslett (ed.), *Household and family in past time* (Cambridge, 1972).

Sobre a estrutura da elite veneziana, há biografias dos doges A. da Mosto, *I dogi di Venezia*, segunda edição, (Milão, 1960), mas nada existe publicado sobre os procuradores como um grupo. Sobre a nobreza veneziana em geral, E. Rodenwalt, "Untersuchungen über die Bio-

logie des Venezianischen Adels'', *Homo*, vol. 8 (1957); J. C. Davis, *The Decline of the Venetian Nobility as a Ruling Class* (Baltimore, 1962).

Sobre a política de Amsterdã: J. E. Elias, *Geschiedenis van het Amsterdamsche Regentenpatriciaat* (Haia, 1923) (uma versão revisada da introdução a seu *Vroedschap*); G. W. Kernkamp, ''Historie en regeering'', in A. Bredius (ed.), *Amsterdam in de 17e eeuw*, 3 volumes (Haia, 1897), e também a sua releitura de Elias, ''Amsterdamsche patriciërs'', *Vragen des Tijds* (1905). Sobre as instituições das Províncias Unidas: S. J. Fockema Andreae, *De Nederlanse Staat onder de Republiek* (Amsterdã, 1961). J. G. van Dillen, ''Amsterdam's role in seventeenth century Dutch politics and its economic background'' in J. S. Bromley e E. H. Kossmann (eds.), *Britain and the Netherlands*, vol. 2 (Groningen, 1964).

Sobre a política veneziana, uma narrativa útil é: S. Romanin, *Storia documentata di Venezia*, vol. 7 (Veneza, 1858). As instituições políticas de Veneza são discutidas por G. Maranini, *La constituzione di Venezia* (Veneza, 1931). Sobre a crise da Interdição e seu *background*, W. J. Bouwsma, *Venice and the Defense of Republican Liberty* (Berkeley e Los Angeles, 1968). Sobre a Marinha, M. Nani Mocenigo, *Storia della marina veneziana* (Roma, 1935). Sobre os cargos e seus ocupantes, J. C. Davis, *op. cit.*, e B. Pullan, ''Service to the Venetian state'' in *Studi Secenteschi* (1964). O melhor guia para a política veneziana no começo do século XVII continua a ser o estudo de Cozzi sobre Nicolò Contarini.

Sobre a base econômica da elite de Amsterdã, H. Brugmans, ''Handel en nijverheid'' in A. Bredius (ed.), *Amsterdam in de 17e eeuw*, 3 volumes (Haia, 1897); W. van Ravesteyn, *Onderzoeking over de ontwikkeling van Amsterdan* (Amsterdã, 1906) (que vai até cerca de 1625); V. Barbour, *Capitalism in Amsterdam in the Seventeenth Century* (Baltimore, 1950). Sobre a expansão da propriedade, N. de Roever, ''Tweeërlei regenten'' *Oud-Holland* 7 (1889). Sobre a VOC, a introdução de J. G. van Dillen ao seu livro *Aandeelhoudersregister* (registro de acionistas) (Haia, 1958); sobre a Companhia das Índias Ocidentais, W. J. van Hoboken, ''The Dutch West India Company'', in J. S. Bromley e E. H. Kossmann (eds.), *Britain and the Netherlands*, vol. 1 (Londres, 1960); J. G. van Dillen, ''De West-Indisch Compagnie, het Calvinisme en de politiek'', *Tijdschrift voor Geschiedenis 74* (1961).

Sobre Veneza, D. Beltrami, *Forze di lavoro e proprietà fondiaria nelle campagne venete* (Veneza/Roma, 1961), trata da penetração econômica no continente; A. Stella, ''La crisi economica veneziana della seconda metà del secolo XVI'', in *Archivio Veneto* (1956), trata do fato de os venezianos terem passado do comércio para o investimento em terras. S. J. Woolf, ''Venice and the terraferma'', in B. Pullan (ed.), *Crisis and Change in the Venetian Economy* (Londres, 1968), é uma discussão crítica sobre o livro de Beltrami. O mesmo volume contém: D. Stella, ''Crisis and transformation in Venetian trade''. Ver também U. Tucci, ''The psychology of the Venetian merchant in the sixteenth century'', e B. Pullan, ''The occupations and investments of the Venetian nobility in the middle and late sixteenth century'', in J. R. Hale (ed.), *Renaissance Venice* (Londres, 1973). Outros estudos importantes sobre a agricultura são: J. Georgelin, ''Une grande propriété en Vénitie au 18e siècle'', in *Annales E. S. C.* (1968), e A. Ventura, ''Considerazioni sull'agricoltura veneta'', *Studi storici* (1968).

Sobre a cultura de Amsterdã, K. Fremantle, *The Baroque Town Hall of Amsterdam* (Utrecht, 1959), tem um alcance mais amplo do que o título sugere. R. B. Evenhuis, *Ook dat was Amsterdam*, 2 volumes, (Amsterdã, 1965-7), trata da religião a partir de um ponto de vista calvinista. Sobre a disputa arminiana, C. Bangs, ''Dutch theology, trade and war'' in *Church History* (1970). R. van Luttervelt, *De buitenplaatsen aan de Vecht*, seção 1 (1943), trata de casas de campo numa região em que havia muitos proprietários de Amsterdã.

Sobre a cultura veneziana, F. Haskell, *Patrons and Painters* (Londres, 1963), focaliza o século XVIII, mas tem algo a dizer sobre o século XVII; S. Savini-Branca, *Il collezionismo veneziano nel '600* (Pádua, 1964), trata das coleções de arte: W. J. Bouwsma, *op. cit.*, discute as atitudes dos patrícios; um estudo geral da história cultural de Veneza durante o período é: P. Molmenti, *La storia di Venezia nella vita privata*, tradução inglesa do relevante volume (Londres, 1908).

Notas

Abreviações

ASV — Archivio di Stato, Veneza
Bolletino — Bolletino di storia della società e dello stato veneziano (agora redenominado Studi Veneziani)
EIP — Esame istorico politico (ms. anônimos em Veneza, Biblioteca Correr, Gradenigo 15)
GA — Gemeente Archief, Amsterdã
RA — "Relazione dell'anonimo", ed. P. Molmenti em seu *Curiosità di storia Veneziana*, (Bolonha, 1919)
BMV — Biblioteca Marciana, Veneza
BCV — Biblioteca Correr, Veneza

Apresentação

1. No Novo Dicionário Aurélio prosopografia é a descrição das feições do rosto ou o esboço de uma figura.
2. Stone, Lawrence. "Prosopography". Daedalus, Winter, 1971.
3. Deve ser mencionado também o estudo importante do sociólogo americano R. K. Merton, *Science, technology and Puritanism in seventeenth century England* (1938), que difere dos outros citados por não procurar desvendar o lado oculto das ações políticas, mas sim o universo mental do puritanismo frente a questões da ciência e da tecnologia. Não obstante, seu trabalho aproxima-se dos demais por centrar a atenção em uma elite e não nas amplas camadas da população em que era forte o peso do puritanismo.
4. Stone, Lawrence *op. cit.*, p. 59.
5. Burke publicou recentemente um trabalho muito sugestivo sobre a trajetória intelectual dos historiadores da escola dos *Annales*. *A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. Editora da UNESP, 1991.

O estudo das elites

1. G. M. Trevelyan, *English Social History* (Londres, 1942) p. vii. Para um bom resumo sobre o valor da história comparada, ver F. Redlich, "Toward comparative historiography", *Kyklos* XI, 1958.

2. Ver a epígrafe.

3. A formulação original da idéia de dois tipos de elite encontrava-se num artigo de 1911, "Rentiers et spéculateurs". Mas a proposição mais famosa desta idéia está em seu *Trattato di sociologia generale* (Florença, 1916), parágrafo 2233 em diante. Essa numeração dos parágrafos é preservada nas traduções inglesas.

4. R. A. Dahl, "A critique of the ruling élite model", *American Political Science Review*, 52 (1958).

5. Devo esta crítica de Dahl a meu amigo e colega Rupert Wilkinson.

6. R. A. Dahl, *Who Governs?*, New Haven, 1961.

7. Duc de Rohan, *Mémoires*, Paris, 1661, vol. 2, p. 359, descreve suas impressões de Amsterdã em 1600 e as semelhanças com Veneza: "Je ne trouve rien en l'une qui n'ait beaucoup de conformité en l'autre". (N.T. — "Nada encontro numa que não seja muito semelhante na outra."). P. J. Blok, (ed.), *Relazioni veneziane*, Haia, 1909, publica o relatório de Donà; a citação é tirada da p. 112. Sobre o panfleto de Amsterdã, ver capítulo 3, nota 32.

8. L. Stone, "Prosopography", *Daedalus*, Winter, 1971.

9. C. Yriarte, *Un patricien de Venise*, Paris, 1885; G. Cozzi, *Il doge Nicolò Contarini*, Veneza/Roma, 1958; F. Seneca, *Leonardo Donà*, Pádua, 1959; H. A. Enno van Gelder, *De levensbeschouwing van C. P. Hooft*, Amsterdã, 1918; J. F. Gebhard, *Het leven van Mr. Nicolaas Witsen*, Utrecht, 1881; C. W. Roldanus, *Coenraed van Beuningen*, Haia, 1931; H. Terpstra, *Jacob van Neck*, Amsterdã, 1960.

10. Comparar com as sugestões de R. B. Notestein, "The Patrician", *International Journal of Comparative Sociology*, 9 (1968), para quem os patrícios são membros da classe alta, provenientes de antigas famílias e detentores de cargos, numa sociedade em que também há indivíduos não patrícios que ocupam cargos e pertencem à classe alta.

Estrutura

Não serão dadas referências para o material biográfico tirado das três seguintes fontes: J. E. Elias, *De vroedschap van Amsterdam*, 2 volumes, Haarlem, 1903-5; *Il Barbaro*, árvores genealógicas anotadas da nobreza veneziana, em manuscrito, compiladas nos séculos XVII e XVIII, cópias no BCV e no ASV; G. A. Capellari, *Il campidoglio veneto*, um manuscrito do começo do século XVIII, com notas sobre os nobres venezianos, agora no BMV (it. VII. 8304).

1. Para uma discussão útil sobre a diferença entre "Estamentos e Classes", ver. R. Mounier, *Les hiérarchies Sociales*, Paris, 1969, capítulos 1 e 3.

2. Os nobres de 1594 são listados num manuscrito do BCV *Donà* 225; os nobres de 1719, no BCV Cicogna 913. A população de Veneza era de aproximadamente 135 mil habitantes em 1581; caiu para 102 mil habitantes em 1633, depois da praga; tinha voltado a subir para 138 mil habitantes em 1696 (D. Beltrami, *Storia della popolazione di Venezia*, Pádua, 1954, p. 38).

3. O número de 800 cargos é tirado de J. C. Davis, *The Decline of the Venetian Nobility as a Ruling Class*, Baltimore, 1962, p. 22. Um modo possível de procurar identificar possíveis cargos essenciais seria computar as informações presentes nos documentos do *Segretario alle voci*, no ASV, e verificar que outros cargos tinham aqueles que ocupavam cargos essenciais conhecidos.

4. Tentar converter somas como estas em possíveis equivalentes modernos implica enormes problemas. É menos desorientador comparar os ricos e os pobres dentro de Veneza. Em 1581, um mestre-de-obras artesão ganhava cerca de cinqüenta ducados por ano.

5. Sobre os registros de impostos, ver capítulo 4, nota 1.

6. P. Molmenti (ed.), "Relazione del'anonimo", em seu *Curiositá di storia veneziana*, Bolonha, 1919, p. 401. A partir deste ponto, essa fonte será citada como RA.

7. Uma descrição contemporânea dos procuradores encontra-se em F. Manfredi, *Degnità procuratoria di Venezia*, Veneza, 1602. Seus deveres são definidos nos encargos passados e procuradores individuais; por exemplo, aquele dado a Alvise Barbarigo*, em 1649, acha-se preservado no BCV Cicogna 2233. Os sete doges que não foram procuradores foram C. Contarini*, D. Contarini*, F. Corner*, B. Valier, M. A. Zustinian*, Zuan II Corner* e Alvise II Mocenigo*. Os procuradores podem ser listados, consultando-se o *Segretario alle voci, elezioni del Maggior Consiglio*; há também catálogos manuscritos que cobrem o período no BCV e BMV (ambos compilações do século XVIII).

8. C. P. Hooft, *Memoriën en Adviesen*, I, Utrecht, 1871, pp. 109, 168.

9. K. 8670, p. 2. Isto é, n. 8670 no catálogo W. P.C. Knuttel dos panfletos na Biblioteca Real em Haia.

10. Sobre *classis*, ver no *Woordenboek der Nederlandsche Taal* (1892 em diante) o verbete deste termo; Spinoza é citado por S. Ossowski, *Class Structure in the Social Consciousness*, trad. inglesa (Londres 1963), p. 122n.

11. Sir William Temple, *Observations upon the United Provinces*, ed. G. N. Clark, Cambridge, 1932, p. 97.

12. Comparar I. Schöffer, "La stratification sociale de la République des Provinces-Unies au 17e siècle", in R. Mousnier (ed.). *Problèmes de stratification sociale*, Paris, 1968.

13. Citado em C. Wilson, *Queen Elizabeth and the Revolt of the Netherlands*, Londres, 1970, p. 23. Um membro do Conselho Municipal de Amsterdã nessa época, B. Appelman*, foi na verdade um negociante de queijo.

14. Esta idéia foi proposta por Robert Fruin, "Bijdrage tot de geschiedenis van het burgermeesterschap van Amsterdam tijdens de Republick", in *Bijdragen voor Vaderlandsche Geschiedenis en Dudbeidskunde*, Derde Reeks, V (1889).

15. Elias, *op. cit.*, biografias 1-305 inclusive, mais quatorze burgomestres que não foram conselheiros: em ordem cronológica, são F. de Vrij*, J. de Vrij*, J. Backer*, J. Boelens*, F. H. Oetgens*, J. Cat*, G. J. Witsen*, H. Bicker*, C. Bicker*, A. van Bempden*, J. van den Poll*, C. van Bambeeck*, J. van Graafland*, J. Munter*.

16. Sobre os registros de impostos em Amsterdã, ver capítulo 4, nota 28.

17. Em 1620, na cidade de Leiden, próxima a Amsterdã, um alfaiate poderia ganhar cerca de oitenta florins por ano.

18. G. Contarini, *La republica e i magistrati di Vinezia*, Veneza, 1544), f. 58.

19. A idéia do "tripé" é tirada de um manuscrito anônimo do século XVII. *Esame istorico politico* (daqui em diante EIP), in BCV, *Gradenigo*.

15. A citação do manuscrito anônimo do século XVII, *Relatione della cità e republica di Venezia*, no British Museum, Add. 10.130, f. 77 verso.

20. A expressão "príncipes do sangue" é do manuscrito anônimo do século XVII, *Distinzioni segrete che corrono tra le casate nobili di Venezia*, em BMV. It. VII. 2226, p. 18. Para o Corner como "Medici", Z. Venier (atribuído a), *Storia delle rivoluzioni seguite nem governo della Republica di Venezia*, manuscrito em BCV Cicogna 3762, p. 137.

21. C. Freschot, *Nouvelle relation de la ville et république de Venise*, Utrecht, 1709, p. 263.

22. A. da Mosto, *I dogi di Venezia*, segunda edição, Milão, 1960, p. 314; EIP, p. 42.

23. RA, p. 401.

24. EIP, p. 63; RA, p. 401.

25. EIP, 67f.

26. EIP, 77f.

27. Francesco da Molin, *Compendio*, manuscrito em BMV. It. VII, 8812, p. 124.

28. Sobre a população de Amsterdã, ver P. Schraa, "Onderzoekingen naar de bevolkingsomvang van Amsterdam 1550-1650", *Jaarbock Amstelodanum* 46 (1954).

29. J. G. van Dillen (ed.), *Bronnen tot de geschiedenis van het bedrijfsleven en het gildwesen van Amsterdam*, I, Haia, 1929, p. xxxii.

30. J. E. Elias, *Geschiedenis van het Amsterdamsche Regentenpatriciaat*, Haia, 1923, p. 119.

31. Ibid., p. 105.

32. N. Witsen, "Kort verhael van mijn levensloop", in P. Scheltema (ed.), *Aemstel's Oudheid* 6 (1872) p. 43.

33. S. Muller, *Schetsen uit de middleeuwen* 2, Amsterdã, 1914, 369f.

34. Para a lista de nobres em 1594, ver nota 1 acima.

35. G. Cozzi, *Il doge Nicolò Contarini*, Veneza/Roma, 1958, p. 6n.

36. A. da Mosto, *op. cit.*, p. 358.

37. P. Litta, *Celebri famiglie italiane*, Milão, 1819, vol. 2, genealogia da família Correr; ver Elisabbetta Correr (d. 1706).

38. Ra, pp. 374, 395.

39. O testamento de Antonio Grimani* (1624). Nesta nota e nas seguintes, não dou as referências para testamentos preservados no ASV e com entrada no fichário de testamentos ali acessível.

40. BMV, manuscrito Gradenigo Dolfin, 134, p. 138.

41. Beltrami, *op. cit.*, 188f.

42. G. Gualdo Priorato, *Sceno d'alcuni uomini illustri*, vol. 2, Veneza, 1659, biografia de "Giovanni Delfino".

43. Estes são os números apresentados por E. Rodenwalt, "Untersuchungen über die Biologie des venezianischen Adels" *Homo* 8 (1957), fundamentados em sua amostra de 21 famílias venezianas. Graças a seu trabalho e ao de J. C. Davis, *op. cit.*, trato os problemas demográficos da nobreza veneziana de um modo relativamente sumário.

44. Para um exame geral da estrutura da família holandesa, ver A. M. van der Woude, "De omvang en samenstelling van de huishouding in Nederland in het verleden", in *Afdeling Agrarische Geschiedenis*, Bijdragen 15 (1970); versão inglesa in P. Laslett (ed.) *Household and Family in Past Time*, Cambridge, 1972.

45. Ver. G. J. Renier, *The Dutch Nation*, Londres, 1944, cap. 9.

Funções políticas

1. D. Beltrami, *Storia della popolazione di Venezia*, Pádua, 1954, 63f.

2. Como os registros de *Segretario alle voce* não estavam disponíveis na época em que me encontrava em Veneza, tive de me basear em Barbaro e Capellari (acima p. 119) para detalhes sobre os cargos.

3. Para detalhes sobre a Marinha, ver M. Nani Mocenigo, *Storia della marina veneziana*, Roma, 1935; para as forças terrestres, o livro a ser publicado pelo professor John Hale (que abrangerá até 1630) vai preencher uma séria lacuna.

4. F. Nani Mocenigo, *A. Nani*, Veneza, 1894, p. 100.

5. G. Cozzi, *Il doge Nicolò Contarini*, Veneza/Roma, 1958, p. 149f.

6. J. C. Davis, *The decline of the Venetian Nobility as a Ruling Class*, Baltimore, 1962, cap. 1, é uma discussão importante sobre a estrutura política em Veneza, bem como B. Pullan, "Service to the state" in *Studi Secenteschi* (1964), que diverge de Davis em pontos importantes.

7. G. Contarini, *La republica e i magistrati di Venezia*, Veneza, 1544; T. Boccalini, *Ragguagli di Parnasso*, 3 volumes, Bari, 1910-48.

8. J. Bodin, *Six Livres de la République*, Livro 4, cap. 1 (cito a tradução de 1606 feita por R. Knolles); G. Bacco (ed.) *Relazione sulla organizzazione politica della Republica di Venezia al cadere del secolo xvii* (Vicenza 1856).

9. F. da Molin, *Compendio*, manuscrito em BMV, It. VII. 8812, p. 119. Molin é um dos escritores que se referem a conflitos entre os "jovens" e os "velhos" na política veneziana no final do século XVII, conflitos centrais para os estudos de G. Cozzi (acima, nota 5) e de W. J. Bouwsma, *Venice and the Defense of Republican Liberty* (Berkeley and Los Angeles 1968). Para uma abordagem mais cética, ver M. J. C. Lowry, "The reform of the Council of X, 1582-3", in *Studi Veneziani* XIII (1972). Lowry previne os historiadores para não tomarem os jovens e os velhos como grupos organizados.

10. Bacco, *op. cit.*, p. 35.

11. Sobre R. Zen*, ver especialmente o capítulo em Cozzi, *op. cit.*

12. Z. A. Venier, (atribuído a), *Storia delle rivoluzioni seguite nel governo della republica di Venezia*, manuscrito em BCV, Cicogna 3762, p. 119; ver também Cozzi, *op. cit.*, 247n.

13. Tiro esta sugestão de M. Gluckman, *Custom and Conflict in Africa*, Oxford, 1956, cap. 1.

14. Sobre os secretários em 1582, da Molin, *op. cit.*, p. 119f; sobre os secretários e o movimento de Zen, Cozzi, *op. cit.*, p. 265f.

15. A idéia de Botero é desenvolvida em B. Pullan, *Rich and Poor in Renaissance Venice*, Oxford, 1971, p. 626.

16. Sobre a *Bestia di molti capi*, ver o anônimo *Relatione del politico governo di Venezia* (1620) no British Museum, Add. Mss. 18.600, f. 139 verso. Sobre a função política das brigas de socos, um outro trabalho anônimo no British Museum, *Relatione della cità e republica de Venezia*, em Add. Mss. 10, 130, f. 77 verso.

17. G. Botero, *Relatione della repubblica venetiana*, Veneza, 1595, p. 43f.

18. Aproximadamente trinta das cem famílias que ingressaram na nobreza veneziana, durante o período, eram famílias nobres do continente. Ver. C. Freschot, *Nouvelle relation de la ville et république de Venise*, Utrecht, 1709, para 3 e ASV, Misc. Cod. III, Cod. Soranzo 15. Estes dois autores concordam usualmente, mas nem sempre, quanto à origem de famílias específicas.

19. B. Pullan, (*op. cit.*), enfatiza que os *rettori* quase sempre "se viam indefesos diante das complexidades da intriga local". O exemplo citado provém de B. Belotti, *Storia di Bergamo*, vol. 4, Bergamo, 1959, p. 54.

20. Sobre Erizzo, Add. Mss. 10, 130 (conforme nota 16 acima), f. 84 verso. Zagallo, citado por N. Borgherini-Scarabellin, *La vita privata a Padova nel secolo XVII*, Veneza, 1917, p. 42. P. Sarpi (atribuído a) *Opinione toccante il governo della Republica veneziana*, Londres, 1788; cito a partir da versão inglesa, Londres, 1707, p. 55. Tem-se de admitir a possibilidade de que este conselho seja uma sátira contra os venezianos. A. Ventura, *Nobilità e popolo nella società veneta del '400 e '500*, Bari, 1964, p. 385, 469f., discute os *rettori* venezianos como mediadores entre os nobres e o povo do continente.

21. D. J. Roorda, *Partij en Factie*, Groningen, 1961, p. 70f.

22. É curioso que Johan Huizinga, em seu estudo clássico sobre o elemento lúdico na cultura, *Homo Ludens* (1938), tradução inglesa (Londres 1941), não mencione os *schutterij*, embora Huizinga tivesse um grande conhecimento sobre a República Holandesa no século XVII.

23. J. E. Elias, *Geschiedenis van het Amsterdamsche Regentenpatriciaat*, Haia, 1923, p. 202.

24. K. 6773, p. 4; isto é, *Den Ommegano van Amsterdam*, n. 6773 no catálogo de W. P. C. Knuttel sobre os panfletos na Biblioteca Real de Haia.

25. G. Schaep*, "Alloquium ad filos" (1655), in *Bijdragen en Mededelingen van de Historische Genootschap* 16 (1895), p. 356f.

26. Amsterdã, GA, Vroedschap, Resolutiën, volumes sobre 1700-1702. Certa vez J. G. van Dillen comparou Amsterdã a Veneza, como raros exemplos de conselhos das cidades do século XVII que discutiam assuntos internacionais: "Amsterdam's role in seventeenth-century Dutch politics", in J. S. Bromley e E. H. Kossmann (eds.), *Britain and the Netherlands*, vol. 2, Groningen, 1964, p. 147.

27. Para uma boa discussão geral, P. Geyl, *The Netherlands in the 17th century*, vol. 1, tradução inglesa, Londres, 1961, cap. 2; para o *background* institucional, S. J. Fockema Andreae, *De Nederlanse Staat onder de Republiek*, Amsterdã, 1961. Comparar com H. Rowen, "Juan de Witt" in Société Jean Bodin Gouvernés et Gouvernants, Bruxelas, 1966.

28. C. P. Hooft, *Memorien en Adviezen*. I, Utrecht, 1871, p. 70. Para um relato das atividades de um membro da elite no Raad van State, ver H. Terpstra, *Jacob van Neck*, Amsterdã, 1950, pp. 138f. 165f.

29. Sobre a VOC, ver a introdução de J. G. van Dillen à sua edição do primeiro registro de acionistas (Haia, 1958); sobre a WIC, W. J. van Hoboken, "The Dutch WIC", in Bromley e Kossmann, *op. cit.*, vol. I, Londres, 1960; respondido em parte por J. G. van Dillen, "De WIC, het calvinisme en de politiek", in *Tijdschrift voor Geschiedenis*, 74 (1961).

30. W. S. Unger, "Het inschrijvings-register van de kamer Zeeland der VOC". Economisch-Historisch Jaarboek, vol. 24.

31. M. A. van Rhede van der Kloot, *De gouverneurspgeneraal... van Nederlands Indië*, Haia, 1891.

32. K. 6673, 5-6 (ver nota 24 acima).

33. J. H. Kernkamp, *De Handel op den Vijand*, vol 2, Utrecht, n. d. p. 190f.

34. H. Brugmans, "Handel en Nijverheid", in A. Bredius (ed.), vol. 2, Amsterdã, 1901, p. 61.

35. O *stadholder* era uma espécie de doge holandês, um nobre (da casa de Orange) que desempenhava as funções de chefe de Estado na maioria das Províncias Unidas, um sobrevivente, na época republicana, dos nobres que governavam províncias em nome de um príncipe.

36. Elias, *op. cit.*, p. 79f.

37. Ibid., p. 112f.

38. Ibid., p. 173f.

39. Roorda, *op. cit.*, cap. 1, levanta objeções à distinção moderna entre "partido" e "facção", porque os termos eram usados como sinônimos pelos contemporâneos (isto vale tanto para os italianos como para os holandeses). Ainda assim, é conveniente ter dois termos para dois tipos de grupos e reservar o termo "partido" para um grupo político que é relativamente muito organizado, permanente e interessado não só pela política, mas também pelas personalidades. Comparar com C. W. Nicholson, "Factions", in M. Barton (ed.), *Political systems and the Distribution of Power*, Londres, 1965.

40. Esta idéia é proposta por N. de Roever, "Tweeërlei regenten", *Oud-Holland*, 7 (1889).

41. Comparar com R. A. Dahl, *Who governs?* (discutido no capítulo 1 acima), com sua ênfase em decisões sobre a reurbanização como uma área-chave para se descobrir a distribuição do poder.

42. Ver abaixo p. 60f. (base econômica) e p. 81f. (religião).

43. Amsterdã, GA, J. Hudde, *Brieven en papieren*, n. 42.

Base econômica

1. As declarações de renda são descritas por B. Canal, "Il collegio, l'ufficio e l'archivo del dieci savi", *Nuovo Archivo Veneto*, 16 (1908); J. C. Davis, *The Decline of the Venetian Nobility as a Ruling Class*, Baltimore, 1962, elimina-as (a meu ver, muito facilmente) como "demasiado esporádicas" e "difíceis de serem consultadas".

2. As declarações de renda de 1581 consultadas foram as de M. A. Barbaro*, Ferigo Contarini*, Lorenzo Correr*, Andrea Dolfin*, Giacomo Foscarini*, Marco Grimari*, Andrea da Lezze*, Battista Morosini*, Vicenzo Morosini*, Gerolamo da Mula*, Paolo Nani*, Nicolò da Ponte sênior* (o doge), Nicolò da Ponte júnior*, Francesco Priuli*, Jacopo Soranzo*, Alvise Tiepolo*, Polo Tiepolo*, Nicolo Venier*.

As declarações de renda de 1711 consultadas foram as de Polo Antonio Belegno*, Filippo Bon*, Pietro Bragadin*, Gerolamo Canal*, Alvise Contarini*, Carlo Contarini*, Pietro Contarini*, Francesco Corner*, Zuan Corner*, Nicolò Corner*, Vittore Correr*, Anzolo Diedo*, Daniel Dolfin* (junto), Vicenzo Fini*, Alvise Foscarini*, Giulio Giustinian*, Girolamo Giustinian*, Vicenzo Grademigo*, Bortolo Gradenigo* (três irmãos desse nome, juntos), Alvise Gritti*, Andrea da Lezze*, Francesco Loredan*, Girolamo Mocenigo*, Alvise Pisani*, Pietro Pisani*, Polo Querini*, Carlo Ruzzini*, Nicolò Sagredo*, os irmãos Andrea, Sebastian e Lorenzo Soranzo* (juntos), Lorenzo Tiepolo*, Girolamo Venier*, Piero Zen* e Gabriel Zorzi*.

Essas declarações foram microfilmadas na biblioteca da Universidade de Sussex, junto com as referências exatas ao manuscrito.

Também examinei as declarações de renda do doge Domenico Contarini* e de doze procuradores em 1661, mas fiz pouco uso dessas informações. Uma análise detalhada de todas essas declarações torna-se complicada pelo fato de que grande parte da renda declarada é em espécie, e nem sempre fica claro por que meios os escrivãos chegavam ao total do qual o imposto era deduzido. Entretanto, elas apresentam um quadro detalhado dos tipos de propriedade que os patrícios venezianos possuíam no período.

3. Giacomo Agostinetti, *110 ricordi che formano il buon fattor di villa* (1679), Veneza, 1704, pp. 58f, recomenda um arrendamento de cinco anos. Um arrendamento de três a cinco anos era aparentemente o sistema dominante na área de Pádua.

4. É difícil saber o que admitir quanto à inflação, porque não existem estudos de preços no Vêneto no século XVII. O material florentino e lombardo sugere que os preços duplicaram em 1550-1600, mas caíram ligeiramente em 1600-1617 (C. M. Cipolla, "The so-called 'Price Revolution' " in P. Burke (ed.), *Economy and Society in Early Modern Europe*, Londres, 1972, p. 44). As pesquisas de Maddalena sobre Milão e as de Parenti sobre Siena sugerem que a queda dos preços tornou-se mais acentuada na década de 1630 e continuou até o final do século. Uma dicussão importante a respeito desses resultados é J. Meuvret, "L'example des prix milanais", *Annales* E. S. C. (1953), criticado por R. Baehrel na mesma publicação em 1954; Baehrel afirma que os preços italianos começaram a cair no final do século XVI. F. Braudel, "Note sull'economia del Mediterraneo nem 17 secolo", *Economia e storia* 2 (1955), observa uma recessão a longo prazo no mundo mediterrâneo de aproximadamente 1640 em diante. A tendência parece clara, embora sua velocidade e a extensão da variação regional sejam incertas.

5. Ver a tabela em B. Pullan, "Wage-earners in the venetian economy,1550-1630", in Pullan (ed.) *Critics and Change in the Venetian Economy*, Londres, 1968, p. 158.

6. Sobre empréstimos dissimulados sob a forma de arrendamentos, ver Pullan, "The occupations and investments of the Venetian nobility in the middle and late seventeenth century", in J. R. Hale (ed.), *Renaissance Venice*, Londres, 1973.

7. Há grande necessidade de um estudo sobre os investimentos na Veneza do século XVII que explicasse as alternativas abertas aos homens com dinheiro e comentasse os termos técnicos usados nos documentos, como as "ações amadurecidas" (*rate maturata*) referidas por Ferigo Corner* em 1708. Dr. Brian Pullan me sugeriu que elas talvez fossem algo semelhante a uma renda anual diferida.

8. Deveria ser observado que, com exceção de três, todos os exemplos citados são do período anterior a 1624. Para mudanças nas atividades econômicas dos patrícios, ver o capítulo 9, mais adiante.

9. I. Cervelli, "Intorno alla decadenza di Venezia", *Nuova Rivista Storica*, 50 (1966), discute A. Bragadin*, G. Foscarini* e seu interesse pelo comércio veneziano de especiarias. Devo a informação sobre Zuanne Dolfin* e Agostino Nani* às pesquisas não publicadas de Dr. M. J. C. Lowry: "The Church and Venetian political change in the later '500'", tese de doutorado (Universidade de Warwick 1971), pp. 343, 354. Sobre Almoro Tiepolo*, ver ASV, Archivio Notarile, busta 720, f. 181. Devo esta referência a Alex Cowan.

10. Exemplos de dotes de 5 000 a 6 000 ducados: Zuan Barbarigo*, Antonio Cannal*, Domenico Contarini*, Francesco Corner*: 6 000 ducados eram, de fato, o limite legal dos dotes.

11. Os dez casos são os seguintes: Molin* — Purperata (1576); Corner* — Noris (*c.* 1625); Soranzo* — Flangini (1640); Grimani* — Bergonzi (1646; os Bergonzi tornaram-se nobres em 1665); Foscarini* — Labia (1650; os Labia tinham se tornado nobres em 1646); Contarini* — Tomi (1665); Ottobon — Maretti (1665); Lando* — Zenobio (1668; a família Zenobio tinha se tornado nobre em 1647); Zen* — Pio (1692); Bragadin* — Zenobio (1697). Também se comentava que o doge Z. Pesaro se casou com a sua governanta.

12. Campanella é citado por A. Ventura, "Considerazioni sull'agricoltura veneta". *Studi Storici* 9 (1968), p. 677.

13. Sobre os Grimani, EIP, p. 47; sobre os Corner, A. Simioni, *Storia di Padova*, Pádua, 1968, p. 904; sobre os Dolfin, N. H. B. G. Dolfin, *I Dolfin*, Milão, 1924, p. 163.

14. *Relatione di tutti le renditi e spese che la Republica di Venezia ordinariamente cava*... British Museum, Add. Mss. 18.660 (anônimo, c. 1620), 174f.

15. Sobre a "alquimia", EIP, p. 18: sobre a corrupção em 1617, ver *Relatione del politico governo di Venezia*, anônimo (1620), encadernado no mesmo volume do manuscrito mencionado na nota 12 acima, f. 143 recto; sobre Morosini, A. da Mosto, *I dogi di Venezia*, segunda edição (Milão, 1960), p. 435.

16. G. Bacco (ed.), *Relazione sulla organizzazione politica della Repubblica di Venezia*, Vicenza, 1856, (final do século XVII), 153f. Sobre o *bailo*, comparar R. A. 393 e C. Freschot, *Nouvelle relation de la ville et république de Venise*, Utrecht, 1709, p. 264.

17. F. Corner* em seu testamento (1706) faz uma doação a "meu *fattore* em Veneza... que conhece todos os meus negócios".

18. Esta informação é da declaração de renda de M. A. Barbaro* em 1581, um documento que no presente se encontra muito estragado.

19. ASV, Archivio Bernardo, Busta 22, *passim*, sobre Frigo Contarini*; sobre Girolamo Corner*, consultar o fichário em BCV, Provenienze Diverse, nas entradas com o seu nome.

20. E. Campos, *I consorzi di bonifica nella republica veneta*, Pádua, 1937, especialmente pp. 15f. A abordagem adotada é a legal, e é uma pena que um historiador econômico não estude o mesmo material.

21. BCV, Provenienze Diverse; ver no fichário as entradas com o nome de "Luca Michiel" para estes e outros exemplos.

22. *Relatione del politico governo di Venezia* (nota 15), pp. 144f.

23. D. Beltrami, *Forze di lavoro e proprietà fondiaria*, Veneza/Roma, 1961, pp. 74f.

24. BCV, Provenienze Diverse, C. 2347, Busta 17.

25. Sobre o *fattore*, ver A. Ventura, "Aspetti storico-economici della villa veneta", in *Bolletino Centro A. Palladio* XI (1969), e Giacomo Agostinetti, *op. cit.*

26. Sobre Anguillara, J. Georgelin, in *Annales* (1968); a afirmação sobre a ausência de tratados a respeito de agricultura é feita por M. Berengo, *La società veneta alla fine del '700*, Florença, 1956, p. 94.

27. G. B. Barpo, *Le delitie e i frutti dell'agricoltura e della villa*, Veneza, 1634, pp. 26f.

28. O *kohier* de 1585 foi editado por J. G. van Dillen (Amsterdã, 1941); o de 1631, por J. G. Frederiks e P. J. Frederiks (Amsterdã, 1890); o de 1742, por W. F. H. Oldewelt (Amsterdã, 1945); o de 1674 continua inédito no GA em Amsterdã.

29. Hans Bontemantel, *De Regeering van Amsterdam*, (ed.) G. W. Kernkamp, (Haia, 1897) vol. 2, pp. 107f.

30. Mais especificamente os Registros de Sucessão Colateral, que começam em 1658; herdeiros colaterais ficavam sujeitos a um imposto de 5% sobre o valor de sua herança, a qual tinha de ser descrita com detalhes.

31. A estimativa de 1622 é citada por G. W. Kernkamp em seu capítulo in A. Bredius (ed.) *Amsterdam in de 17de eeuw*, vol 1, Haia, 1897, p. 29; ele não dá nenhuma referência.

32. Amsterdã, GA, Registros de Sucessão Colateral, vol. 19, f. 300.

33. Ibid., vol. 16, f. 482.

34. Ibid., vol. 13, f. 158.

35. Estimativa de 1622, ver nota 31. Os documentos dos de Graeff estão no GA em Amsterdã. A. N. 44 contém as contas do intendente sobre o feudo de Zuidpolsbrock 1555-1651, isto é, quando seu proprietário era um nobre e um membro da elite de Amsterdã. Merece a atenção de historiadores econômicos.

36. Amsterdã, GA, documentos Backer, n. 63. Sobre a importância de ações em viagens como uma forma de investimento *c.* 1600, ver

H. A. Enno van Gelder, *De Levensbeschouwing van C. P. Hooft*, Amsterdã, 1918, pp. 29f.

37. Amsterdã, GA, Registros de Sucessão Colateral, vol. 18, f. 1156.

38. Ibid., vols. 18, f. 61 (Velters) e 19, f. 1017 (Haze).

39. Amsterdã, GA, Vroedschap, Resolutien, vol. 33, pp. 4f., dá a taxa de juros em 1679.

40. Descrições ocupacionais contemporâneas são convenientemente compiladas por J. E. Elias e incluídas nas biografias em seu *De Vroedschap van Amsterdam*, Haarlem, 1903-5.

41. Sobre a mudança por volta de 1600, ver Ravesteyn, *Onderzoekingen*, p. 272.

42. C. Koeman, *Joan Blaeu and his Grand Atlas*, Amsterdã, 1970, p. 10.

43. A. Nielsen, *Danische Wirtschaftsgeschichte*, Jena, 1933, pp. 141, 166.

44. J. Bouman, *Bedijking, opkomst en bloei van de Boemster*, Purmerend, 1856-7, pp. 263f.

45. Brugmans (como no capítulo 3, nota 34), p. 61.

46. N. de Roever, "Tweeërlei regenten", *Oud-Holland* 7, (1889), pp. 66f.

47. Depois da fundação do Banco de Câmbio de Amsterdã em 1609, torna-se relativamente fácil converter ducados e florins. Em 1609, o ducado veneziano valia 106 *grooten* em Amsterdã. 1 *groot* correspondia a 0,025 de um florim, por isso o ducado era trocado por cerca de 2 1/2 florins. Em 1718, o ducado tinha desvalorizado para cerca de 80 *grooten* ou 2 florins (N. W. Posthumus, *Nederlandsche Prijsgeschiedenis* vol. I, Leyden, 1943, p. 590f). O problema real é comparar a renda veneziana (derivada da *decima* de 1711) com a propriedade de Amsterdã (derivada do *kohier* de 1674). (Numa época de estagnação econômica, a diferença entre estas duas datas não precisa ser levada demasiado a sério.) A comparação de renda e propriedade é um problema, porque a propriedade em Amsterdã podia produzir uma renda que variava entre 3% e 12% por ano. Um tanto arbitrariamente, escolhi 5% para converter a renda veneziana em propriedade veneziana: "um rendimento de vinte anos", como os contemporâneos ingleses o teriam chamado.

48. Kernkamp, *op. cit.*, p. 100.

Estilo de vida

1. Entre outros escritores, Amelot de le Houssaie e Parival discutem os *moeurs* dos venezianos e amsterdameses, respectivamente.

2. Poggio Bracciolini, *Facetiae* n. 21: usei a edição de Paris 1880: T. Coyat, *Crudities*, I. Glasgow, 1905, p. 364: (Coryat visitou Veneza em 1608).

3. Sobre Donà como um nobre modelo, P. Sarpi, *Istoria dell'Interdetto*, Bari, 1940, p. 9; sobre a parcimônia de Donà, A. Cutolo, "Un diario inedito del doge Leonardo Donà", *Nuova Antologia* (1953), p. 278.

4. RA, p. 414.

5. Coryat, *op. cit.*, pp. 415, 397.

6. Sobre as Leis suntuárias, ver G. Bistort, *Il magistrato alle pompe nellea republica di Venezia*, Veneza, 1912; pp. 414-67 tratam do século XVII.

7. Sobre Morosini*, A. da Mosto, *I dogi di Venezia*, segunda edição, Milão, 1960, p. 435; sobre N. Corner*, RA, p. 399; F. Moryson, *An Itinerary* I, Glasgow, 1907, p. 164.

8. Coryat, *op. cit.*, p. 399; M. Misson, *Nouvelle voyage d'Italie*, Haia, 1691, I, p. 196.

9. G. Bardi, *Dichiaratione di tutte le istorie*, Veneza, 1587, f. 30. Sobre *taciturnitá* F. Sebeca, *Leonardo Donà*, Pádua, 1959, p. 37.

10. A. Colluraffi, *Il nobile veneto*, Veneza, 1623, p. 201. Amelot de la Houssaie, *Histoire du gouvernement de Venise*, Paris, 1676, p. 338.

11. Donà citado por W. J. Bouwsma, *Venice and the Defense of Republican Liberty*, Berkeley e Los Angeles, 1968, p. 234.

12. Para os termos *genio spagnuolo, genio francese*, ver EIP, *passim.* Sobre N. Corner*, RA, p. 399; sobre P. Dolfin*, RA, p. 374 e EIP, p. 49; sobre D. Contarini*, A. de St-Didier, *Venise*, Paris, 1680, p. 180.

13. Academias de equitação espalharam-se no continente no começo do século XVII. Ver J. Hale, "Military academies on the Venetian *terraferma*", a ser publicado em *Studi Veneziani.*

14. F. Erizzo* citado por M. Borgherini-Scarabellin, *La vita privata a Padova nel secolo xvii*, Veneza, 1917, p. 12.

15. F. M. Piccioli, *L'Orologio del piacere*, Piazzola, 1685, é o relato oficial dos procedimentos.

16. As despesas de M. Grimani* foram publicadas por Giomo em *Archivio Veneto* (1887).

17. EIP, 63f.

18. RA, p. 391.

19. Sobre N. Corner*, RA, p. 391; sobre Antonio Contarini* e Renier Zen*, BCV Cicogna 2538.

20. Amsterdã, GA, Documentos Bicjer, n. 717.

21. H. Sidney, *Diary* I, Londres, 1843, pp. 63f.; Sir William Temple, *Observations upon the United Provinces*, (ed.) G. N. Clark, Cambridge, 1932, pp. 59f.

22. T. Contarini em P. J. Blok (ed.), *Relazione veneziane*, Haia, 1909, p. 38.

23. RA, p. 384.

24. Sobre o mercado político, Houssaie, *op. cit.*, p. 17. e St. Didier, *op. cit.*, p. 35.

25. Sobre o "front", E. Goffman, *The presentation of self in everyday life*, Nova York, 1959, pp. 22f.; Colluraffi, *op. cit.*, tem um capítulo sobre como o nobre devia se comportar no broglio; a pintura de Malombra é referida por C. Ridolfi, *Le Maravigli dell'arte*, Veneza, 1648, vol. 2, p. 157.

26. Sobre as academias venezianas, M. Battagia, *Delle accademie veneziane*, Veneza, 1826; sobre a Academia Délfica, F. Sansovino, *Venezia città nobilissima* (ed.) G. Martinioni, Veneza, 1663, p. 396.

27. Sobre *Cacciatrice*, A. Favaro, "Un ridotto scientifico in Venezia al tempo di Galileo Galilei", *Nuovo Archivo Veneto* 5 (1893).

28. Sobre os *Incogniti*, A. Lupis, *Vita di G. F. Loredano*, Veneza, 1663, p. 17; G. F. Loredan (ed.), *Discorsi academici*, Veneza, 1635; G. F. Loredan, *Bizzarrie accdemiche*, Bolonha, 1676.

29. F. Nani Mocenigo, *A. Nani*, Veneza, 1894, p. 164.

30. G. Sagredo*, *Arcadia in Brenta*, Veneza, 1669.

31. Para a caça de aves selvagens no começo do século XVII, ver Figura 3. Comparar com o desenho de Longhi *c.* 1750, in T. Pignatti, *Longhi*, Londres, 1969, p. 101 e ilustração 180.

32. A importância dessas vilas no passado e a ameaça que sobre elas paira no presente foram os temas da exposição no Prinsenhof, em Delft, em 1972, *Nederlandse buitenplaatsen bedreigd?*

33. Estas casas eram propriedade de, respectivamente, Willem Backer*, Nicolaes Witsen* e Andries de Graeff*.

34. J. van Heemskerk, *Batavische Arkadia*. Heemskerk era de fato o cunhado de Coenraed van Beuningen*. Sobre Zesen, um emigrado alemão, ver J. H. Scholte, "Philipp van Zesen", *Jaarboek Amstelodanum* 14 (1916). *De Zegepralende Vecht* foi publicado em Amsterdã, em 1719. Contém gravuras de vilas feitas por Daniel Stopendaal e poemas escritos por Andries de Leth.

35. Os volumes de "resoluções" do Conselho Municipal no GA em Amsterdã mostram que eles se reuniam cada vez mais raramente em junho e agosto entre 1650 e 1700.

Atitudes e valores

1. Números calculados a partir de P.A. Zeno, *Memoria de'scrittori veneti patritii*, Veneza, 1662, uma lista de livros em ordem alfabética de autores.

2. N. Contarini*, *De perfectione rerum*, Veneza, 1576; P. Paruta*, *Perfettione della vita politica*, Veneza, 1579; B. Nani*, *Historia della Republica Veneta* I, Veneza, 1662; G. Sagredo*, *L'Arcadia in Brenta*, Veneza, 1669, publicado com o pseudônimo de "Gimnesio Gavardo Vacalerio", G. Sagredo*, *Memorie istoriche de'monarchi ottomani*, Veneza, 1673; todas as cópias do livro de da Ponte* parecem ter desaparecido, mas Zeno, *op. cit.*, s. v. *Ponte*, alega que foi publicado em 1585.

3. Os poemas de S. Contarini* e A. Ottobon* estão na Biblioteca Marciana em Veneza. Há cópias da história de N. Contarini* no ASU; no British Museum e em outros lugares.

4. G. Cozzi, *Il doge Nicolò Contarini*, Veneza/Roma, 1958, p. 200n.

5. A. Colluraffi, *Il nobile Veneto*, Veneza, 1623; M. Boschini, *La Carta del navegar pittoresco. Dialogo. Tra un senator venetian deletante e un professor di pitora...* Usei a edição de 1660, de Veneza.

6. G. F. Sagredo (irmão de Zaccaria Sagredo*) a M. Welser 1614, citado por W. J. Bouwsma, *Venice and the Defense of Republican Liberty*, Berkeley, 1868, p. 87.

7. G. Sagredo*, *Arcadia in Brenta*, Veneza, 1669, p. 1.

8. A. Lupis, *Vita di G. F. Loredano*, Veneza, 1663, p. 25.

9. EIP, p. 34.

10. B. Castiglione, *Il Cortegiano*, Veneza, 1528, Livro I, seção 27.

11. Sobre esta distinção, ver M. W. Croll, "Attic prose in the 17th century", *Studies in Philology* (1921), reimpresso em seu *Style, Rhetoric and Rhythm*, Princeton, 1966.

12. Sobre a história oficial, ver G. Cozzi, "Cultura politica e regione nella pubblica storiografia veneziana", *Bolletino* 5 (1965).

13. F. Seneca, *Leonardo Donà*, Pádua, 1959, p. 36.

14. Ver o inventário dos livros e outros bens de F. Contarini*, editado por M. T. Cipollato no *Boletino* 3 (1961).

15. Comparar as afirmações feitas por D. Chambers em seu *The Imperial Age of Venice* (Londres, 1970), pp. 12f.

16. A. Favaro, "G. F. Sagredo e la vita scientifica in Venezia", Nuovo Archivo Veneto (1902).

17. Cozzi, *op. cit.*, p. 57; A. Tenenti, "*Il de perfectione rerum di* N. Contarini" *Bolletino* 1 (1959); A. Favaro, *Galileo Galilei e lo studio di Padova*, 2 volumes, Florença, 1883, vol. 2, p. 74.

18. Favaro, *op. cit.*, vol. 2, p. 94, sobre Donà*; F. Sansovino, *Venezia città nobilissima*, (ed.) G. Martinioni, Veneza, 1663, p. 371, sobre Z. B. Corner*; S. Romanin, *Storia documentata di Venezia*, vol. 7, Veneza, 1858, p. 577, sobre B. Nani* e sua academia.

19. Cipollato, *op. cit.*

20. As memórias de A. Priuli são citadas em *Nuovo Archivo Veneto* (1891), p. 69.

21. *Dimettendo ad altri le sotili e troppo curiose investigationi:* Colluraffi, *op. cit.*, p. 56.

22. Favaro, *op. cit.*, vol. 2, p. 2 e documento XCI.

23. Bouwsma, *op. cit.*, enfatiza o empirismo, mas talvez dê muito pouca importância ao escolasticismo; J. H. Randall Jr. *The School of Padua and the Emergence of Modern Science*, Pádua, 1961, diz pouco sobre o período depois de 1600; L. Berthé de Besaucéle, *Les Cortésiens d'Italie*, Paris, 1920, diz pouco sobre Veneza; B. Trevisan, *Meditazzioni filosofiche*, Veneza, 1704; J. Addison, *Remarks on several parts of Italy*, Londres, 1705, p. 84.

24. L. Reael*, *Observatien aen de magnetsteen*, Amsterdã, 1651, (publicado postumamente); N. Tulp*, *Observationes medicae*, Amsterdã, 1641; J. Commelin*, *Catalogus plantarum indigenarum Hollandiae*, Amsterdã, 1683; J. Blaeu*, *Geographia*, Amsterdã, 1662; J. Six*, *Medea*, Amsterdã, 1648; C. van Beuningen*, *Alle de brieven ende schriften*, Amsterdã, 1689; J. Hudde*, "De reductione aequationum" e "De maximis et minimis" in R. Descartes, *Geometria* (ed.) F. Schooten, Leyden, 1659; N. Witsen*, Scheepsbouw en bestier (Amsterdã, 1671); N. Witsen*, *Noord en Oast Tartarye*, segunda edição, (Amsterdã, 1705). Estes são simplesmente alguns dos livros mais importantes publicados por membros da elite; não são uma lista exaustiva.

25. Estes livros listados por H. A. Enno van Gelder, *De levensbeschouwing van C. P. Hooft*, Amsterdã, 1918, apêndice 2.

26. Sobre os livros de Coster*, ver o inventário de 1594 em Amsterdã, GA, Weeskamer, Boedelpapieren, Lade 139.

27. Sobre este homem extraordinário, ver A. Cameroni, *Uno scrittore avventuriero del secolo xvii* (s.l. 1893).

28. Sobre Moisés e Aarão, C. P. Hooft, *Memoriëen en Adviesen* I, Utrecht, 1871, p. 97. As peças referidas são: P. C. Hooft, *Baeto*, Amsterdã, 1626, e J. Vondel, *Batavische Gebroeders*, Amsterdã, 1662.

29. *Fin de la Guerre*, n. 3428 no catálogo Knuttel dos panfletos do século XVII na Biblioteca Real em Haia.

30. Sobre a Prefeitura, ver K. Fremantle, *The baroque town hall of Amsterdam*, Utrecht, 1959.

31. Para os interesses de Witsen, ver os livros citados na nota 24 acima. O significado do escudo do Dr. Woodward será discutido pelo professor J. Levine num futuro livro.

32. Este aspecto de Witsen* aparece claramente no volume de documentos publicados por J. Gebhard como o segundo volume de sua biografia, *Het leven van Mr Nicolaas Witsen*, Utrecht, 1882.

33. Um bom e breve estudo de Hudde* feito por C. de Waard em *Nieuw Nederlands Biographical Woordenboek*, vol. I, Leiden, 1911.

34. C. P. Hooft (conforme nota 28), p. 206.

35. C. L. Thijssen-Schoutte, *Nederlands Cartesianisme*, Amsterdã, 1954, pp. 246, 125 f.

36. Van Gelder, *op. cit.*, especialmente parte 2.

37. Amsterdã, GA, Hudde, Brieven en Papieren, n. 49.

38. C. W. Roldanus, *Coenraad van Reuningen*, Haia, 1931.

39. Esta observação feita por Philippe Canaye de Fresnes em 1604, citada por Cozzi, *op. cit.* p. 44. Sobre as idéias de Sarpi, ver L. Salvatorelli, "Le idee religiose di fra Paolo Sarpi", *Atti della Accademia Nazionale dei Lincei, Scienze Morali* (1953); G. Cozzi, "Paolo Sarpi tra il catolico Philippe Canaye de Fresnes e il calvinista Isaac Casaubon" *Bolletino* I (1959); P. Burke (ed.), *Sarpi*, Nova York, 1967; Bouwsma, *op. cit.*, especialmente os últimos três capítulos.

40. Cozzi, *op. cit.*, pp. 211f.

41. F. Seneca, *Leonardo Donà*, Pádua, 1959, p. 36.

42. A. Stella, *Chiesa e stato nelle relazioni dei nunzi pontifici a Venezia*, Cidade do Vaticano, 1964, pp. 13f.; A. Stella, *Dall'anabatismo al socianesimo nel '500*, Pádua, 1967, p. 132.

43. Bouwsma, *op. cit.*, em seu capítulo "Veneza under the giovani" exagera um pouco a coesão deste grupo. Sobre os "libertinos", ver G. Spini, *Ricerca dei libertini*, Roma, 1950, que tem um capítulo sobre o círculo de G. F. Loredan em Veneza. Nenhum membro da elite parece ter sofrido acusações de heresia ou blasfêmia, segundo os registros da inquisição no Archivio di Stato em Veneza.

44. Esta história é contada por Nicolò Contarini*; ver Cozzi, *op. cit.*, p. 218.

45. G. Cozzi, "Federico Contarini", *Bolletino* 3 (1961), especialmente pp. 196, 200.

46. G. Tiepolo, *Trattato delle santissime reliquie...*, Veneza, 1617.

47. Todo este material tirado dos testamentos pode ser encontrado no fichário no ASV.

48. A expressão é a dos *deputati alla fabrica*, em 1679, citada em G. A. Moschini, *La chiesa e il seminario di S. Maria della Salute*, Veneza, 1842, p. 27.

49. Uma boa discussão sobre as opiniões religiosas de C. P. Hooft na parte 2 de Van Gelder, *op. cit.* Um breve resumo em inglês em J. Lecler, *Toleration and the Reformation*, Londres, 1960, vol. 2, pp. 292f. Uma discussão geral sobre o calvinismo em Amsterdã é a obra de R. B. Evenhuis, *Ook dat was Amsterdam*, 2 volumes, Amsterdã, 1965-7; ver vol. 1, p. 99 sobre R. Cant* e p. 275 sobre M. Coster*. Os livros religiosos de Coster* estão listados num inventário de 1594 (acima, nota 26).

50. Estes remonstrantes são listados por G. W. Kernkamp na introdução a sua edição de H. Bontemantel*, *De Regeering van Amsterdam*, Haia, 1897, p. lxiv.

51. Sobre o "grupo devoto", ver J. E. Elias, *Geschiedenis van het Amsterdamsche Regentenpatriciaat*, Haia, 1932, 149 f.; um bom e breve estudo sobre R. Pauw* é o de W. van Ravesteyn in *Nieuw Nederlands d Biografische Woordenhoek*, vol. 9, Leiden, 1911-37.

52. Amsterdã, GA, Documentos Bicker, 717, 218-20.

53. Sobre os "puritanos em dobro", ver o relato feito por D. Carleton de uma conversa com Oldenbarnevelt em 1617 em seu *Letters*, Londres, 1775, p. 100. Para as opiniões de G. Schaep, ver nº 717 dos Documentos Bicker (nota 52 acima), *passim*.

54. Comparar com D. W. Howe, "The decline of Calvinism", *Comparative Studies in Society and History* 14 (1972); Howe também afirma que, em Boston, o abandono do calvinismo pela classe média coincidiu com a mudança que esta sofreu, passando da identificação com a pequena burguesia para a identificação com a aristocracia. O mesmo também pode ter acontecido em Amsterdã. Sobre N. Witsen*, ver seu *Moscovitsche Reyse* (eds. T. J. G. Locher e P. de Buck) 3 volumes, Haia, 1966-7, especialmente pp. 400f., 455f.; e seu *Noord en Oost Tartarye*, segunda edição, Amsterdã, 1705, pp. 664f.

55. Sobre C. van Beuningen*, ver Roldanus, *op. cit.*, especialmente pp. 165f. Sobre o movimento Labadie, L. Kolakowski, *Chrétiens sans église*, Paris, 1969.

Patrocínio das artes

1. Sobre "magnificência", P. Paruta*. *Della Profezione della vita política*, Veneza, 1579, p. 282: o falante é Michele Surian. V. Scanozzi, *Idea dell'architettura universale*, Veneza, 1615, p. 243.

2. Além de se fundamentar em testamentos, este parágrafo se baseia em E. Bassi, *Architettura del '600 e del '700 a Venezia*, Nápoles, 1968.

3. Sobre as vilas, o manual indispensável é G. Mazzotti (ed.), *Le ville venete*, segunda edição, Treviso, 1953.

4. Sobre o ato de colecionar arte, S. Savini-Branca, *Il collezionismo veneziano nel '600*, Pádua, 1964, é fundamental. O apêndice inclui descrições das coleções de quinze membros da elite.

5. A. Lupis, *Vita di GF Loredano*, Veneza 1663, p. 41; C. Ivanovitch, *Minerva al tavolino*, Veneza, 1681, especialmente pp. 83, 103.

6. G. Cozzi, "Appunti sul teatro e i teatri a Venezia, agli inizi del '600", *Bolletino*, 5 (1965).

7. Sobre a ópera, ver S. T. Worsthorne, *Venetian Opera in the 17th century*, Oxford, 1954; T. Wiel, *I codici Musicali contariniani*, Veneza, 1888, cataloga 120 manuscritos da coleção Contarini. Para uma deliciosa descrição da representação de uma ópera sobre César e Cipião em Veneza, ver J. Addison, *Remarks on several parts of Italy*, Londres, 1705, pp. 97f.

8. Sobre a casa Huydecoper*, ver P. Vingboons, *Gronden en afbeeldsels der voornaamste gebouwen*, Amsterdã, 1688, f. 2 recto. As casas de J. de Bisschop* e D. Bernard* foram avaliadas em 1623 e 1714, respectivamente.

9. J. Wagenaar, *Amsterdam*, vol. 1, (Amsterdã, 1779), p. 103.

10. R. van Luttervelt, *De buitenplaatsen aan de Vecht* (s. 1. 1943), p. 128. Sobre "Vredenhof", Amsterdã, GA, documentos de Graeff, 608, f. 82 recto.

11. Amsterdã, GA, Documentos Bicker, 717, seção 4, p. 99.

12. J. Vos, *Alle de gedichten*, Amsterdã, 1726, pp. 380f. Grande parte desta coleção (323f. nesta edição) é dedicada a descrições em verso das coleções de ilustres amsterdameses, uma fonte aparentemente pouco explorada sobre o patrocínio holandês do século XVII.

13. Sobre a coleção de Graeff*, Amsterdã, documentos de Graeff, n. 608. Isto inclui o inventário de 1733 das posses de Aida de Graeff, que herdou bens de Andries de Graeff* (embora não possamos ter certeza de que determinado item pertencia originalmente a ele); folios 56f são especialmente relevantes. O protesto de Tulp* é citado por K. Fremantle, *The Baroque Town Hall of Amsterdam*, Utrecht, 1959, p. 64; para Tulp* e Potter, ver A. Houbraken, *De Groote Schouwburg*, vol. 2, Maastricht, 1944, p. 102. Sobre calvinismo e paisagem, A. Cuyper, *Calvinism*, Londres, 1932, capítulo: "Calvinismo e arte".

14. J. A. Worp, *Jan Vos*, Groningen, 1879, pp. 11f. Discute o patrocínio dos patrícios de Amsterdã. Vondel dedicou *King David in Ballingschap* a A. de Graeff*; Batavische Gebroeders a S. van Hoorn*; *King David Hersteld* a C. van Vlooswijk*. Os versos latinos escritos para Willem Backer* são preservados em Amsterdã, GA, Documentos Backer, 70.

15. G. Brandt, *Leven van Vondel* (ed. S. Leendert Jr), Amsterdã, 1932, p. 14. Brandt escreveu a partir de seu ocnhecimento pessoal de Vondel.

16. Sobre o teatro de Amsterdã, um relato bom e breve em J. A. Worp, *geschiedenis van het drama... in Nederland*, vol. 2, Groningen, 1908, pp. 99f. Comparar com G. Kalff, *Literatuur en tooneel te Amsterdam in de 17e eeuw*, Haarlem, 1895.

17. Para discussões gerais sobre as relações, ver W. Weisbach, *Der Barock als Kunst der Gegenreformation*, Berlim, 1921, e L. Wencelius, *L'esthetique de Calvin*, Paris, 1937.

18. Sobre os gostos de F. Contarini*, O. Logan, *Culture and Society in Venice 1470-1790*, Londres, 1972, p. 192. Savini-Branca, *op. cit.*, é aqui a óbvia obra de referência: ver as muitas referências em seu índice sob o nome de Tintoretto, Peranda, etc. A caracterização do estilo de Peranda é tirada de *Minere*, de Boschini, na introdução (sem paginação).

19. M. Boschini, *Carta del navegar pittoresco*, Veneza, 1660, p. 553.

20. Sobre o gosto pelo exótico na Veneza do século XVII, ver G. Getto, "Il romanzo veneto nell'etá barocca", reimpresso em seu *Barocco in prosa e in poesia*, Milão, 1969.

21. Sobre o Senado e P. Basadonna*, RA, 386. Sobre *Salute*, G. A. Moschini, *La chiesa e il seminario do S. Maria della Salute*, Veneza, 1842, pp. 7f.

22. Houbraken, *op. cit.*, vol. 3, p. 402.

23. *Ibid.*, vol. 2, p. 18. Sobre de Graeff* e Rembrandt, S. A. C. Dudok van Heel, "Het maecenaat de Graeff en Rembrandt" *Amstelodanum Maandblad* (1969), pp. 150f., 149f.

24. C. W. Roldanus, *Coenraed van Beuningen*, Haia, 1931, p. 57n. O anagrama de P. Schaep* em Amsterdã, GA, Documentos Bicker, 717, seção 4, p. 222. Vos, *op. cit.*, p. 399.

Instrução

1. Citado por F. Seneca, *Leonardo Donà*, Pádua, 1959, p. 9.

2. Uma fonte fundamental nobre a vida da família nobre veneziana é Francesco Barbaro, *De res uxoria*. Embora este tratado fosse escrito no século XV, é provável que as atitudes nele reveladas fossem pelo menos as dos venezianos mais tradicionais do século XVII. O livro 2, capítulo 8 faz a recomendação convencional de que as mães deveriam amamentar os seus filhos, mas depois aconselha a adotar uma ama-de-leite. Sobre o desmame, O. Ferrarius, cujo livro sobre as doenças das crianças foi publicado em Brescia, em território veneziano, em 1577, previne os pais de que o desmame depois dos dois anos de idade provoca nas crianças "crescimento tardio" (*tardiusculi*), como se isso fosse uma prática comum.

3. Barbaro, livro 2, cap. 8, (usei a edição de Paris de 1513); C. Freschot, *Nouvelle relation de la ville et république de Venise*, Ultrecht, 1709, p. 261: A. de St-Didier, *Venise*, Paris, 1680, p. 302; comparar P. Molmenti, *La storia di Venezia nella vita privata*, quarta edição, vol. 3, Bergamo, 1908, pp. 52f.

4. "A alta nobreza" — Freschot *op. cit.*, p. 261.

5. Sobre Donà*, Seneca, *op. cit.*, p. 9; sobre Contarini*, G. Cozzi, *Il doge Nicolò Contarini*, Veneza/Roma, 1958, p. 55.

6. L. Mabilleau, *C. Cremonini*, Paris, 1881.

7. *Relatione del politico governo di Venezia* (1920), anônimo, no British Museum, Add. Mss, 18.600, f. 145 recto.

8. Comparar Sir Dudley Carleton sobre a substituição das viagens por razões econômicas pelas viagens por razões sociais, p. 103 abaixo.

9. A expressão "novitiate político" tirada de A. Lupis, *Vita di G. F. Loredano*, Veneza, 1663, p. 14.

10. M. Nani Mocenigo, *Storia della Marina veneziana*, Roma, 1935, p. 24.

11. J. de Parival, *Les delices de la Hollande*, nova edição, Amsterdã, 1969, pp. 20, 25.

12. Comparar Melanie Klein, *Our Adult World and its Roots in Infancy*, Londres, 1960; devo esta referência a Riccardo Steiner.

13. E. S. Morgan, *The Puritan Family*, nova edição, Nova York, 1966, cap. 3, "Pais e filhos". Este estudo da Nova Inglaterra no século XVII parece não ter paralelo para os Países Baixos, mas pode-se examinar com proveito Jacob Cats, *Wercken*, Amsterdã, 1955, como uma expressão de atitudes comuns (suas obras tinham vendido 55 mil exemplares, em 1655); ver particularmente o seu poema "Casamento" (*Houwelick*) publicado pela primeira vez em 1624, especialmente a seção sobre a mulher como mãe, onde ele recomenda ensinar os filhos a temer a Deus; Cats era um membro da classe governante, mas de Zeeland. Comparar os documentos de dois membros dominantes da facção devota, P. Schaep* e W. Backer*, no GA em Amsterdã; Documentos Bicker, 717 e Documentos Backer, 55, respectivamente.

14. N. Witsen, *Moscovische Reyse* (ed. T. J. G. Locher e P. de Buck) 3 volumes, Haia, 1966-7, p. 441; Parival, *op. cit.*, p. 25; e Sir William Temple, *Observations upon the United Provinces of the Netherlands*, (ed. G. N. Clark), Cambridge, 1932, p. 96.

15. E. H. Erikson, *Childhood and Society*, edição revisada, Hardmondsworth, 1965; os *yurok* são descritos no capítulo 4.

16. Amsterdã, GA, Curatoren van de openbare gymnasia, n. 19.

17. Joannes Backer, *Augustissimae societatis indiae orientalis encomium*, Amsterdã, 1678; Joannes Trip, *Oratio metrica de civium concordiae necessitate*, Amsterdã, 1681; N. Witsen, "Kort verhael van mijn levensloop", ed. P. Scheltema em seu *Aemstel's Oudheid* 6, Amsterdã, 1872, p. 41.

18. Para a freqüência em Leiden e Franeker, ver W. N. du Rieu (ed.), *Album studiosorum academiae Lugduno Batavae*, Haia, 1875; S. J. Fockema Andreae e T. J. Meijer (eds.) *Album studiosorum academiae Franekerensis*, Franeker, 1968.

19. Para um bom e breve relato sobre o Athenaeum no século XVII, P. Dilson, *La philosophie néerlandaise en siècle d'or*, Paris, 1954, pp. 220f.

De entrepreneur *a* rentier

1. Cálculos do *libri di nobili*, de 1594 (BCV, Donà 225) e 1719, BCV, Cicogna 913).

2. E. Rodenwalt, "Unteresuchungen über die Biologie des venezianischen Adels", *Homo* 8 (1957). Rodenwalt também observou o fato de que 40% dos casais não tinham filhos ou produziam apenas um filho, e explicou esta ocorrência pela possível difusão da gonorréia entre os nobres; mas J. C. Davis, *The Decline of the Venetian Nobility as a Ru-*

ling Class, Baltimore, 1962, p. 62, nota que as crianças que morriam na infância não eram freqüentemente registradas nas fontes que Rodenwalt usou.

3. H. van Dijk e D. J. Roorda, "Sociale mobiliteit onder regenten van de Republiek", in *Tijschrift voor Geschiedenis* (1971).

4. J. E. Elias, *De Vroedschap van Amsterdam*, vol. 1, Haarlem, 1903, apresenta estes resultados em forma de tabelas.

5. Davis, *op cit.*, cap. 2, sugere que os nobres ricos estavam se tornando mais ricos e os nobres pobres mais pobres.

6. Esta mudança atraiu o interesse de historiadores de ambas as cidades. Sobre Veneza, A. Stella, "La crisi economica veneziana", *Archivio Veneto* 58 (1956); e G. Cozzi, *Il doge Nicolò Contarini*, Veneza/Roma, 1958, cap. 1; sobre Amsterdã, G. W. Kernkamp, "Historie en Regeering", in A. Bredius (ed.), *Amsterdam in de 17ᵉ ceuw* 3 volumes, Haia, 1897, pp. 107f.; W. van Ravesteyn, *Onderzoeking over de ontwikkeling van Amsterdam*, Amsterdã, 1906, p. 186: Van Dijk e Roorda, *op. cit.*

7. Carleton, citado por Cozzi, *op. cit.*, p. 15n; *Relatione del politico governo di Venezia* (1620), anônimo, no British Museum, Add. Mss 18, 660, f. 144.

8. L. van Aitzema, *Saken van Staat en Oorlogh*, vol. 3, Haia, 1669, p. 762.

9. O *capitano* de Pádua citado por D. Beltrami, *Forze di lavoro e proprietà fondiaria*, Veneza/Roma, 1961, p. 52; sobre o século XIII, G. Cracco, *Società e stato nel medioevo venziano*, Florença, 1967, p. 82; sobre o século IX, G. Luzzano, *An Economic History of Italy*, trad. inglesa, Londres, 1961, p. 35.

10. H. Brugmans, "Handel en nijverheid", in A. Bredius (ed.), *Amsterdam in de 17ᵉ ceuw* I, Haia, 1897, p. 158; e G. J. Renier, *The Dutch Nation*, Londres, 1944, p. 105, são, entre outros, exemplos famosos.

11. Dos quatro burgomestres em 1652, um, Nicolaes Corver*, era mercador. Quanto aos conselheiros, os seguintes estavam envolvidos no comércio: J. Backer*, A. Bicker*, C. Bicker*, J. Blaeu*, S. Does*, C. Dronckelaer*, J. Huydecoper*, J. van Neck*, A. Pater*, J. van de Poll*, J. Rendorp*, G. Reynst*, S. Rijck*, W. Six*, H. Spiegel*, J. Vlooswijck* e C. Vrij*. Os seguintes eram diretores de companhias: W. Backer*, R. Bicker*, C. Burgh*, S. Hoorn*, N. Pancras*, L. Reynst*, G. Valckenier*, C. Witsen*.

12. F. Seneca, *Leonardo Donà*, Pádua, 1959, p. 7.

13. Tabela de Van Dijk e Roorda.

14. Ver, além de Stella, *op. cit.*, S. J. Woolf, "Venice and the terraferma" in B. Pullan (ed.), *Crisis and change in the Venetian economy*, Londres, 1968; D. Beltrami, *Forze di lavoro e proprietà fondiaria*, Veneza-Roma, 1961, que enfatiza os melhoramentos agrícolas feitos no período; e R. Romano, "L'Italia nella crisi del secolo 17", *Studi Storici* (1968), que enfatiza a depressão econômica.

15. Sobre os piratas, ver A. Tenenti, *Piracy and the Decline of Venice*, trad. inglesa, Londres, 1967. Sobre os preços do trigo, M. Avmard, *Venice, Raguse et le commerce du blé*, Paris, 1966, pp. 1f.

16. Beltrami (conforme nota 15) p. 61.

17. Sobre Zen*, ver Cozzi, *op. cit.*, p. 229f.; A. Colluraffi, *Il nobile veneto*, Veneza, 1623, p. 179; P. Sarpi (atribuído a), *Opinione toccante il governo della repubblica veneziana*, Londres, 1788, p. 27; Muazzo citado por Davis, *op. cit.*, p. 43n.

18. V. Scamozzi, *Idea dell'architettura universale*, Veneza, 1615, pp. 295f. Comparar F. Barbieri, "Le ville dello Scamozzi", *Bolletino Centro A. Palladio XI* (1969), que relaciona as tendências artísticas com as econômicas.

19. Sobre a "história inconsciente", ver F. Braudel, "History and the social sciences", in P. Burke (ed.), *Economy and society in early modern Europe*, Londres, 1972, pp. 26f.

20. A. Smith, *The Wealth of Nations* (usei a edição londrina de 1904), livro 3, cap. 4.

21. P. C. Hooft, *Rampsaligheden der Verheffinge van den huize van Medicis*, Amsterdã, 1661, pp. 5f., 22.

22. R. P. Dore, *Education in Tokugawa Japan*, Londres, 1965, p. 218.

23. G. Tomasi di Lampedusa, *Il Gattopardo*, Milão, 1966 ed., p. 24; sobre o século XVII como uma era de depressão econômica, P. Chaunu, *La civilization de l'Europe classique*, Paris, 1966, parte 2; E. Hobsbawn, "The crisis of the seventeenth century", in T. Aston (ed.) *Crisis in Europe*, Londres, 1965. Sobre Veneza em particular, D. Sella, *Commerci e industrie a Venezia nel secolo XVII*, Veneza/Roma, 1961; J. Addison, *Remarks on several parts of Europe*, Londres, 1705, pp. 83f. F. Pannocchieschi apresentou a mesma idéia sobre nobres novos abandonando o comércio em seu *Relazione*, editado por P. Molmenti em seu *Curiosità di storia veneziana*, Bolonha, 1919, p. 313.

24. Sobre a economia holandesa, ver Brugmans, *op. cit.*, pp. 112f; I. Schöffer, "Did Holland's golden age coincide with a period of crisis?". *Acta Historiae Neerlandicae* I (1966); J. A. Faber, "The decline of the Baltic grain-trade in the second half of the seventeenth century", no mesmo volume da mesma publicação; J. G. van Dillen, *Van rijkdom en regenten*, Haia, 1970. Estatísticas convenientemente disponíveis em H. E. Becht, *Statistisch Gegevens betreffend den handels omzet van de Republiek*, Haia, 1908.

25. Um modo de medir o aumento dos negócios é examinar o crescimento dos cargos secundários no governo de Amsterdã, cargos como os dos comissários; havia 22 funcionários secundários em 1631, mas 46 em 1674, segundo as listas nos *kohieren* daqueles anos. Sobre ca-

risma e o burguês não heróico, J. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, 1943, p. 137; devo esta última referência a Rupert Wilkinson.

26. B. H. Slicher van Bach, "Report on the study of historical demography in the Netherlands", *Afdeling Agrarische Geschiedenis, Bijdragen* 11 (1964).

Sobre o autor

Peter Burke é professor de história da cultura na Universidade de Cambridge, na Inglaterra. Além de *Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII*, tem publicados no Brasil *Cultura Popular na Idade Moderna* (Companhia das Letras, 1989) e *A Escola dos Annales* (1929-1989): a revolução francesa na historiografia (UNESP, 1991). Escreveu também *Sociology and History, Social History and Theory e The Italian Renascence culture and society in Italy*. Atualmente prepara um livro sobre a construção da imagem do rei Luís XV.

Numa Europa dominada por monarquias guerreiras, as repúblicas de Veneza e Amsterdã destacavam-se pelo refinamento da vida artística, dinamismo do comércio e ativa participação política de seus cidadãos. "Eram raposas num continente de leões", como disse o célebre pensador italiano Vilfredo Pareto.

Apoiado na investigação da biografia de doges venezianos e burgomestres de Amsterdã, o historiador inglês Peter Burke pinta com inteligência e sensibilidade o retrato das elites que comandaram as duas cidades no período de apogeu.

Áreas de interesse:
História, Política e Sociologia

ISBN: 85-11-13105-1